



SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

**Relatório de Actividades
2007**

Imigração, Fronteiras e Asilo





Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

IMIGRAÇÃO, FRONTEIRAS E ASILO

2007

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	4
PARTE I.....	7
Estrangeiros residentes em Portugal.....	7
Capítulo 1 – Evolução da população estrangeira em Portugal 1980-2007	9
Secção 1. Evolução da população.....	9
Secção 2. Distribuição geográfica da população estrangeira.....	14
Secção 3. População estrangeira desagregada por nacionalidade e sexo (<i>stock</i>)	17
Secção 4. População estrangeira desagregada por nacionalidade e grupo etário (<i>stock</i>)	19
Secção 5. Nacionalidades mais representativas	21
Capítulo 2 – Fluxos de entrada de residentes em Portugal no ano de 2007.....	22
PARTE II.....	25
Controlo de fronteiras e imigração	25
Capítulo 1 – Controlo de fronteira.....	25
Secção 1. Controlo das fronteiras aéreas	25
Secção 2. Controlo das fronteiras marítimas	27
Secção 3. Vistos concedidos nos postos de fronteira e passaportes de última hora.....	30
Secção 4. Medidas cautelares detectadas.....	30
Secção 5. Recusas de entrada	32
Capítulo 2 – Actuação em território nacional	35
Secção 1. Fiscalização	35
Secção 2. Investigação criminal	37
Secção 3. Fraude documental	40
Secção 4. Afastamentos	43
Secção 5. Regresso voluntário (OIM)	48
Secção 6. Processos de contra-ordenação.....	50
Secção 7. Sistema de Informação Schengen (SIS)	51
Capítulo 3 – Asilo, protecção internacional e naturalização.....	52
Secção 1. Asilo e protecção internacional	52
Secção 2. Aquisição da nacionalidade por naturalização	53
Capítulo 4 – Actuação internacional	54
Secção 1. União Europeia.....	55
Secção 2. FRONTEX	60
Secção 3. Outras organizações internacionais	62
Secção 4. Cooperação internacional	65
Secção 5. Oficiais de ligação	67
Secção 6. Outros eventos.....	67
PARTE III	71
Medidas legislativas, administrativas e técnicas no âmbito da imigração, asilo e controlo de fronteiras...	71
Capítulo 1 – Medidas legislativas.....	71

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Secção 1. Gestão da imigração	71
Secção 2. Entrada e controlo de fronteira	74
Secção 3. Integração	75
Secção 4. Protecção a refugiados e asilo	75
Secção 5. Jurisprudência	75
Secção 6. Transposição de legislação comunitária no domínio da imigração e asilo	76
Capítulo 2 – Medidas técnicas e administrativas	78
Secção 1. Medidas técnicas	78
Secção 2. Medidas administrativas	79
 PARTE IV	 81
 Estrutura e caracterização organizacional do SEF	 81
 Capítulo 1 – Enquadramento e estrutura orgânica	 81
Capítulo 2 – Competências	82
Capítulo 3 – Formação e recursos humanos	83
Secção 1. Formação	83
Secção 2. Recursos humanos	85
 PARTE V	 86
 Objectivos do Serviço	 86
 CONCLUSÕES	 89
 ANEXOS	 96
 Anexo I – População estrangeira em Território Nacional	
Anexo II – População estrangeira que solicitou o estatuto de residente	
Anexo III – Lista de contactos do SEF	

INTRODUÇÃO

1. Para a análise das actividades empreendidas no decurso do ano de 2007, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras dá continuidade ao presente modelo de relatório de actividades sobre imigração, fronteiras e asilo.

Adoptado no ano transacto, este modelo revelou-se uma útil ferramenta de consulta, a nível interno e externo, para o melhor conhecimento e análise sistemática da realidade nacional na área da imigração, fronteiras e asilo. Este facto constitui um estímulo para a consolidação da presente formulação, em resposta à crescente procura de informação por parte de todos os intervenientes e actores neste domínio.

Incidindo naturalmente sobre a actividade do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, este relatório aborda outros desenvolvimentos transversais ocorridos em Portugal na área da imigração, fronteiras e asilo no período em referência, como é o caso da produção legislativa, a nível interno e no domínio da transposição de legislação comunitária. Outro aspecto de grande significado, à luz do que acima se referiu, é a abordagem estatística da comunidade estrangeira residente em território nacional, acompanhada de uma breve análise sobre as suas características, composição e tendências, informação incontornável para o conhecimento da realidade da imigração em Portugal.

2. Na área da imigração e asilo o ano de 2007 foi marcado pela **entrada em vigor** do novo regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros (**Lei 23/2007, de 4 de Julho**) e pela **Presidência Portuguesa da União Europeia**, no decurso do segundo semestre de 2007, onde a Imigração e a integração dos Novos Estados-Membros no Espaço *Schengen* constituíram duas das prioridades da Presidência. Neste quadro não pode escamotear-se o papel desempenhado pelo SEF na prossecução do programa da Presidência no domínio da “Justiça e Assuntos Internos”, nomeadamente ao nível dos Grupos de Trabalho do Conselho.

Por outro lado, em Abril de 2007, o SEF passou a deter a responsabilidade do controlo de todos os postos de fronteira externa nacionais, por via da transferência de 12 **postos de fronteira marítima**, até então sob a alçada da Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana. Desta forma, concretizou-se o desígnio de reunir numa única entidade as responsabilidades inerentes ao controlo de circulação de pessoas nas fronteiras nacionais.

No decurso do ano de 2007 o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), prosseguiu a execução de uma estratégia cujos principais vectores foram a

expansão da vertente operacional, a renovação tecnológica, o reforço das relações internacionais, a qualificação dos recursos humanos e a desburocratização.

3. É inquestionável a complexidade dos processos migratórios actuais, envolvendo aspectos tão diversos como a globalização, o envelhecimento populacional, a segurança e o terrorismo, o respeito pelos direitos humanos e a luta contra o tráfico de pessoas ou a ajuda ao desenvolvimento e à democracia nos países de origem. Este contexto exige, pois, uma **abordagem global, equilibrada** e atenta aos sinais de uma realidade em constante mutação. Nesse sentido, a actual **política nacional de imigração** estrutura-se em torno de quatro grandes eixos: regulação dos fluxos migratórios, promoção da imigração legal, luta contra a imigração clandestina e integração dos imigrantes.

Na concretização da sua missão legal de execução da política de imigração e asilo, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras intervém directamente na concretização de boa parte dos três primeiros supra mencionados eixos. Tão-pouco deve ignorar-se o contributo da actuação do Serviço no contexto da integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento, em particular no que se prende com a gestão da imigração legal e na área documental, com tutela dos seus direitos fundamentais, com o combate à criminalidade direccionada aos imigrantes, bem assim como no diálogo e interacção com todos os restantes intervenientes no processo migratório. Neste sentido, afigura-se que a acção desenvolvida neste período concorre decisivamente para este efeito.

4. Este relatório encontra-se estruturado em 5 partes. A primeira parte, dividida em dois capítulos, encerra uma síntese da evolução da população estrangeira em Portugal, procedendo à sua caracterização quantitativa e qualitativa, com recurso às bases de dados detidas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras¹.

A segunda parte, com quatro capítulos, aborda, respectivamente os resultados obtidos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras no domínio do controlo de fronteiras; as actividades do Serviço em território nacional nas suas diversas vertentes; o asilo e a protecção internacional e a sua intervenção a nível internacional, com destaque para o trabalho desenvolvido no quadro da União Europeia.

A terceira parte enuncia a evolução legislativa e as medidas administrativas e técnicas registadas em 2007 no âmbito da imigração, fronteiras e asilo. O seu primeiro capítulo é dedicado às alterações legislativas, por áreas temáticas, incluindo a integração de imigrantes, a jurisprudência e as directivas comunitárias que neste domínio foram transpostas. O segundo capítulo elenca os principais projectos e medidas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras durante o período em referência.

¹ A informação sobre cessações relativas ao ano de referência não integra este relatório.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

A quarta parte é dedicada à caracterização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, repartindo-se por três capítulos, respectivamente sobre a sua estrutura orgânica, competências e os aspectos que marcaram 2007 em termos de formação e recursos humanos.

Por último, na quinta parte estão enunciados os objectivos estabelecidos para o Serviço no ano em referência, acompanhados de uma breve nota sobre a sua concretização. Estes objectivos traduzem a estratégia de actuação que o SEF vem definindo para a concretização da sua missão.

Como anexo, incluem-se os mapas estatísticos integrais sobre população estrangeira, complementando a parte I deste relatório, e a lista dos principais contactos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.



PARTE I

Estrangeiros Residentes em Portugal

PARTE I

Estrangeiros residentes² em Portugal

1. Numa **perspectiva histórica**, constata-se que até à década de 60 do século passado, Portugal foi um país de índole predominantemente emigratória. Devido à saída de cidadãos nacionais, nomeadamente com destino à Europa e às então designadas províncias ultramarinas, os fluxos migratórios em Portugal registavam um saldo claramente negativo. Este fenómeno altera-se profundamente com a revolução de 25 de Abril de 1974 e a subsequente independência dos actuais países africanos de língua portuguesa. Assiste-se, então, ao regresso maciço de cidadãos provenientes daqueles territórios, quer originários da então metrópole, quer ali nascidos.

No início da década de 80, este processo gera um aumento exponencial e atípico do número de estrangeiros residentes em Portugal³, devendo assinalar-se que muitos dos cidadãos agora com estatuto de “estrangeiro”, tinham sido, anteriormente, cidadãos portugueses. O exemplo mais significativo é o da comunidade cabo-verdiana residente, a qual, aliás, continua actualmente a deter grande predomínio quantitativo entre as comunidades estrangeiras em Portugal. Os anos 90 caracterizam-se pela consolidação e crescimento da população residente em Portugal com destaque para as comunidades oriundas dos países africanos de expressão portuguesa e do Brasil. Com o limiar do novo século surgem os fluxos do leste europeu, com destaque para a Ucrânia, e assiste-se ao crescimento da comunidade brasileira.

2. Numa perspectiva técnica e para efeitos estritamente estatísticos (tal como já sucedera no ano anterior), em 2007 recorreu-se a um **conceito abrangente de estrangeiro residente** em Portugal. Neste universo foram englobados os estrangeiros detentores de título de residência⁴, os detentores de prorrogação de autorização de permanência e os estrangeiros portadores de prorrogação de permanência de longa duração⁵. Através desta abordagem consegue-se atingir, de forma tão fidedigna quanto possível, o quantitativo de cidadãos estrangeiros que permanecem regularmente em território nacional. Deve chamar-se a atenção para o facto de a composição daquele universo ter sido alterada por via da uniformização dos títulos que habilitam os estrangeiros a residir em Portugal⁶, de acordo com a Lei 23/2007⁷ de 4 de Julho. A

² A expressão “estrangeiros residentes” é aqui utilizada na acessão de estrangeiros com permanência regular de longa duração em território português.

³ Com o surgimento da nova Lei da Nacionalidade em 1981 definem-se as condições de acesso à nacionalidade portuguesa, onde são incluídos os cidadãos oriundos daqueles territórios.

⁴ Nos termos do conceito legal.

⁵ Prorrogação de vistos de trabalho, estada temporária e estudo. Este universo não inclui os estrangeiros a quem nesse ano foi concedido um visto consular, cuja prorrogação (pelo SEF), em regra, apenas ocorrerá no ano seguinte.

⁶ Desde Julho de 2007 e para os anos seguintes.

⁷ Parte III – Capítulo Medidas Legislativas.

uniformização de estatutos operada por esta lei permitirá, a partir do próximo ano, uma visão mais linear da comunidade estrangeira residente em Portugal.

3. No que se refere às **fontes de dados** utilizadas, deve sublinhar-se que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras vem efectuando um grande investimento na melhoria da qualidade e quantidade de informação estatística, na disponibilização da mesma e na divulgação dos dados relativos à população estrangeira residente.

A fonte privilegiada continua a ser a base de dados específica (**INE/SEF**)⁸ que procede à recolha de dados estatísticos da população estrangeira com estatuto legal de residente. Desta base são extraídos os dados relativos à população estrangeira que num determinado ano de referência solicitou um título de residência (TR).

Com base nos dados históricos, acumulados até 1999, foram automatizados *stocks* anuais, de forma a obter um valor para o total anual da população estrangeira com estatuto de residente (desagregação por nacionalidade e sexo, bem como por nacionalidade e distrito de residência).

Em 2001, com base na estrutura etária do Censos desse ano, foi estimada uma estrutura base, à qual são anualmente adicionados os pedidos de novos títulos e retiradas as cessações. Esta situação possibilitou o surgimento de um novo “stock” desagregado por nacionalidade, sexo e grupo etário quinquenal.

Estes *stocks*, embora actualizados de forma dinâmica em sede de pedidos de novos títulos de residência e de cessações, não o são ao nível de renovações de títulos⁹, o que não permite considerar as movimentações internas em termos de distribuição geográfica. Tal situação origina dados negativos caso um estrangeiro tenha solicitado o seu título de residência numa Delegação do SEF, num determinado distrito, e cessado a sua residência num outro. De facto, com aquela cessação o registo será suprimido de um distrito onde o cidadão nunca foi considerado residente. Esta anomalia será suprida com a entrada em funcionamento do novo Sistema de Informação do SEF (SIISEF).

O actual Sistema Integrado de Informações¹⁰ do SEF (SII) é a fonte utilizada para a extracção da informação relativa às prorrogações de Autorizações de Permanência (AP) e de Vistos de Longa Duração (VLD).

As fontes utilizadas no capítulo 1. são a aplicação estatística INE/SEF e o SII. O Sistema Integrado de Informações do SEF (SII) está a ser profundamente reestruturado, sendo que o novo sistema (**SIISEF**), para além de inúmeras novas potencialidades que lhe estão associadas, permitirá a inserção de um módulo específico de estatística, que contribuirá para uma considerável melhoria na quantidade e qualidade de tal informação.

⁸ Base de dados INE/SEF, ao abrigo de Protocolo celebrado com o Instituto Nacional de Estatística, em 1999.

⁹ De momento ainda não disponível para efeitos estatísticos.

¹⁰ Base de dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras onde é registada toda a informação relativa à entrada, permanência e afastamento de cidadãos estrangeiros de território nacional.

Capítulo 1 – Evolução da população estrangeira em Portugal 1980-2007¹¹

A análise da evolução da população estrangeira em Portugal não pode ser dissociada das **alterações legislativas** ocorridas nos períodos em referência. Na verdade, verifica-se que os picos positivos estão directamente associados às alterações legislativas que, em igual período, permitiram a regularização de cidadãos estrangeiros. Este facto é claramente visível nos números absolutos e respectivas percentagens apresentadas na secção 1.

Secção 1. Evolução da população¹²

Concretizando a observação acima enunciada, à luz das alterações legislativas registadas, é possível constatar que:

- A Regularização Extraordinária de **1992**¹³ veio a traduzir-se na emissão de títulos de residência, nos termos da lei geral, nos anos de 93 e 94, dando origem a um crescimento da população estrangeira, que passa de uma média anual de cerca de 5%, para 8 e 10%, respectivamente.
- A Regularização Extraordinária de **1996**¹⁴ produziu os seus efeitos nos anos de 1999 e 2000, com um aumento da população estrangeira residente entre os 7 e 8%, por via da emissão de títulos de residência.
- Em **2001**, a alteração da lei de estrangeiros¹⁵ permitiu a regularização de trabalhadores estrangeiros por conta de outrem, através da figura da autorização de permanência (AP), a qual, decorridos cinco anos, facultava o acesso à autorização de residência¹⁶. Neste processo, evidenciam-se, pela primeira vez, os imigrantes provenientes da Europa Central e Oriental (cerca de 101 000 de entre as 183 000 APs

¹¹ Os dados referentes aos anos de 2006 e 2007 são provisórios, sendo que, existe um período de rectificação até à apresentação final dos dados definitivos, nunca inferior, a um ano após o período de referência.

¹² Fontes utilizadas: INESEF e SII.

¹³ Decreto-Lei n.º 212/92, de 12 de Outubro, que permitiu a concessão de um título provisório pelo período de um ano.

¹⁴ Lei n.º 17/96, de 24 de Maio, que permitiu a emissão de um título provisório anual, renovado pelo período de três anos.

¹⁵ Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro.

¹⁶ Emissão de títulos de residência ao abrigo do art. 87º, al. m), iniciada em Janeiro de 2006.

concedidas), com destaque para os cidadãos ucranianos, com um total de 65 000 concessões.

- Relativamente aos anos de **2002, 2003 e 2004**, apresentam-se os valores cumulativos das autorizações de residência e autorizações de permanência concedidas. Conforme se constata nos dados referentes aos anos de 2005 e de 2006, o quantitativo de autorizações de permanência prorrogadas decresce substancialmente face ao número das inicialmente concedidas, mesmo tendo em conta que alguns dos seus titulares terão beneficiado de outros regimes previstos na lei¹⁷ ou, eventualmente, regressado aos países de origem.
- À luz do que foi referido e para efeitos de análise estatística, o ano de **2007** deve qualificar-se como um ano de transição, face à entrada em vigor da nova lei de imigração (**Lei 23/2007**). Neste contexto, assume especial significado o efeito das disposições transitórias desta lei (cf. art. 217º da mesma lei), através da qual os portadores de vistos e prorrogações de longa duração e autorizações de permanência beneficiarão, no termo da validade dos respectivos títulos, de autorizações de residência temporárias ou permanentes. De um modo geral, assiste-se à agilização dos procedimentos para concessão de título de residência, passando este a englobar várias categorias, de acordo com o motivo que justificou a sua concessão (e não a desagregação por tipologia de visto, tal como vigorava na legislação anterior). Assim, no ano de 2007 assiste-se a um substancial decréscimo nos valores relativos a prorrogações de permanência, ocorridas até ao mês de Agosto inclusive. Em paralelo, regista-se um forte incremento nos títulos de residência, provocado pela conversão das autorizações de permanência (já verificado no ano de 2006), pela conversão das prorrogações de vistos de longa duração em títulos de residência e ainda as emissões ao abrigo do regime excepcional previsto no art. 88º, nº 2 da nova lei de imigração.

¹⁷ Designadamente a solicitação de um título de residência com dispensa de visto, por motivo de casamento com cidadão nacional ou da União Europeia, pelo facto de ser progenitor de cidadão nacional, pela aquisição de nacionalidade portuguesa e pela conversão de AP em AR no ano de 2006.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Ilustração 1

ANO	RESIDENTES	Aut. de Permanência/Prorrog. de Aut. de Permanência (2005 a 2007)	Prorrogações de Vistos de Longa Duração	TOTAL População Estrangeira em T.N.	CRESCIMENTO %
1980	50.750			50.750	
1981	54.414			54.414	7,22
1982	58.674			58.674	7,82
1983	67.484			67.484	15,01
1984	73.365			73.365	8,71
1985	79.594			79.594	8,49
1986	86.982			86.982	9,28
1987	89.778			89.778	3,21
1988	94.694			94.694	5,47
1989	101.011			101.011	6,67
1990	107.767			107.767	6,68
1991	113.978			113.978	5,76
1992	123.612			123.612	8,45
1993	136.932			136.932	10,77
1994	157.073			157.073	14,70
1995	168.316			168.316	7,15
1996	172.912			172.912	2,73
1997	175.263			175.263	1,35
1998	178.137			178.137	1,63
1999	191.143			191.143	7,30
2000	207.607			207.607	8,61
2001	223.997	126.901		350.898	69,02
2002	238.929	174.558		413.487	17,84
2003	249.995	183.655		433.650	4,87
2004	263.322	183.833		447.155	3,11
2005	274.631	93.391	46.637	414.659	-7,27
2006 *	332.137	32.661	55.391	420.189	1,33
2007 *	401.612	5.741	28.383	435.736	3,70

* - Dados provisórios

Atentos os valores constantes no quadro supra, e no que se prende com os dados provisórios da população estrangeira relativos ao ano de 2007, constata-se que neste ano se registou **um saldo positivo de 3.7%**, relativamente aos valores de 2006.

Outro aspecto a destacar, decorrente da maior consolidação dos dados provisórios referentes a 2006, é a variação positiva de 1.33% registada neste ano, infirmo os valores recolhidos no relatório do ano transacto, que apontavam no sentido de um ligeiro decréscimo populacional relativamente ao ano de 2005.

Por outro lado, a análise evolutiva da população estrangeira em Portugal terá que atender à natureza dos diferentes títulos habilitantes da permanência de longa duração e às características da respectiva população. Neste contexto, sublinha-se que os valores negativos registados em 2005 se reportam exclusivamente ao universo das autorizações de permanência, sendo certo que esta população sempre revelou características mais volúveis quanto à sua permanência em Portugal do que os beneficiários dos demais títulos, nomeadamente autorizações de residência, cujo quantitativo registou um aumento constante ao longo do tempo. Na verdade, os beneficiários de autorizações de permanência (equiparadas a um visto de trabalho) constituíam uma população mais flutuante, com vínculos menos consolidados no país de acolhimento, revelando até, por vezes, características de imigração temporária, cuja motivação é a permanência no país de destino por um lapso temporal limitado, retornando ao país de origem, após o aforro de algum capital.

Através do gráfico que segue (ilustração 2), é possível verificar que no ano em análise a população detentora de **títulos de residência** registou um **aumento francamente positivo**, na ordem dos 20.9%.

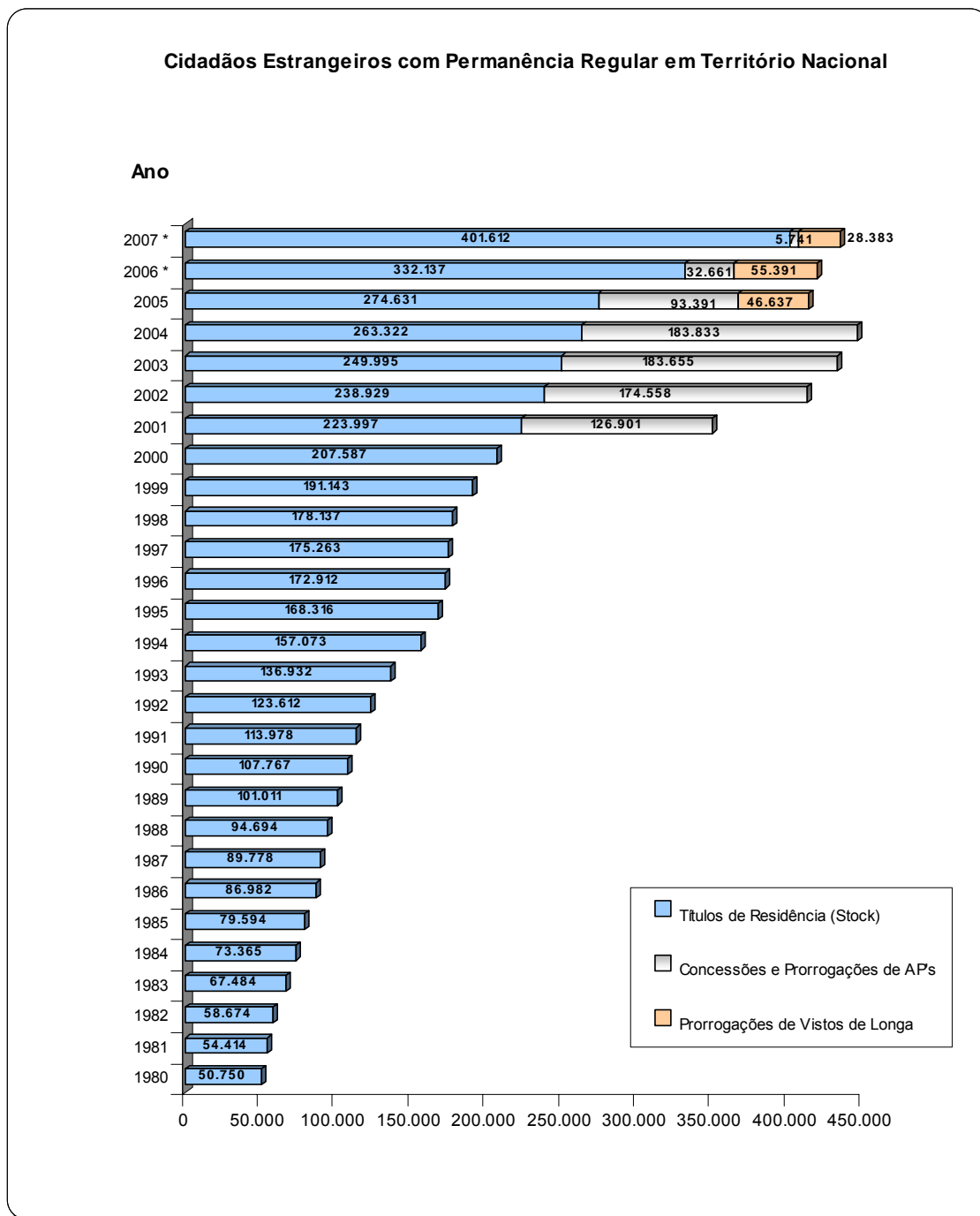
Já as **prorrogações de permanência**, maioritariamente associadas a portadores de vistos de trabalho, apresentam uma **descida significativa**, face ao ano anterior (cerca de menos 41%). Neste contexto há ainda que referir que outras situações equiparadas, tais como o “pré-registo” de cidadãos estrangeiros, nos termos do art. 71º do Decreto Regulamentar n.º 6/2004 de 26, de Abril, e os cidadãos brasileiros que beneficiaram do regime excepcional previsto no “Acordo Luso-Brasileiro sobre contratação recíproca de nacionais” (Acordo Lula), que no ano anterior registaram um impacto mais significativo. Do mesmo modo, as prorrogações de Autorizações de Permanência tornaram-se praticamente residuais, com uma quebra em cerca de menos 79.8%.

Acompanhando a linha evolutiva dos dados relativos ao *stock* de títulos de residência (barras azuis no gráfico 2), verifica-se uma evolução positiva, equilibrada e gradual, sem prejuízo de um aumento abrupto verificado nos anos de 2006/2007. Nestes dois anos o número de pedidos de títulos de residência rondou valores na ordem, de respectivamente 50 e 60 mil, contrastando com os anos de 2000 a 2005, em que o número destes pedidos nunca ultrapassaram os 20 milhares/ano¹⁸.

¹⁸ Cf. Capítulo 2.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

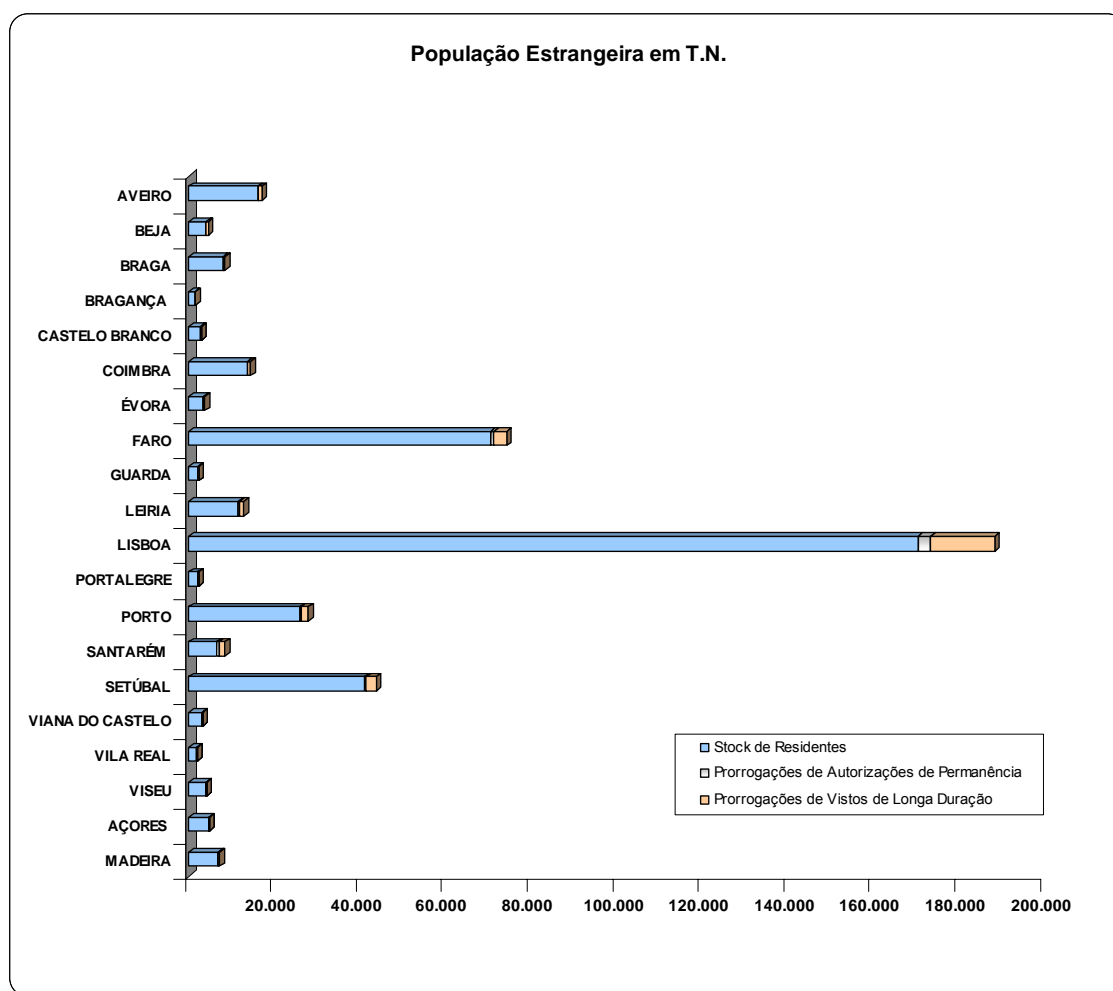
Ilustração 2



Secção 2. Distribuição geográfica da população estrangeira¹⁹

Quanto à **distribuição territorial** da população estrangeira, verifica-se que esta se concentra predominantemente na **zona litoral** do país, com destaque para os distritos de **Lisboa, Faro, Setúbal e Porto** (ilustração 3), respondendo, em grande parte, às necessidades de mão-de-obra sentidas nestas concentrações urbanas. A soma da população residente nos três primeiros distritos (Lisboa, Faro e Setúbal), representa cerca de 70% do valor total do país (306 672 cidadãos, face ao universo de 435 736), expressando a grande assimetria na distribuição da população estrangeira pelo território nacional.

Ilustração 3



Em paralelo, a partir do ano 2000 emerge um novo padrão de distribuição espacial da população estrangeira pelo território nacional, potenciado pelo regime de autorizações de permanência. Em este fenómeno conduziu ao aumento exponencial da população estrangeira em **distritos**, que até aí detinham reduzida expressão em termos de estrangeiros residentes. Por

¹⁹ Fontes utilizadas: INESEF e SII.

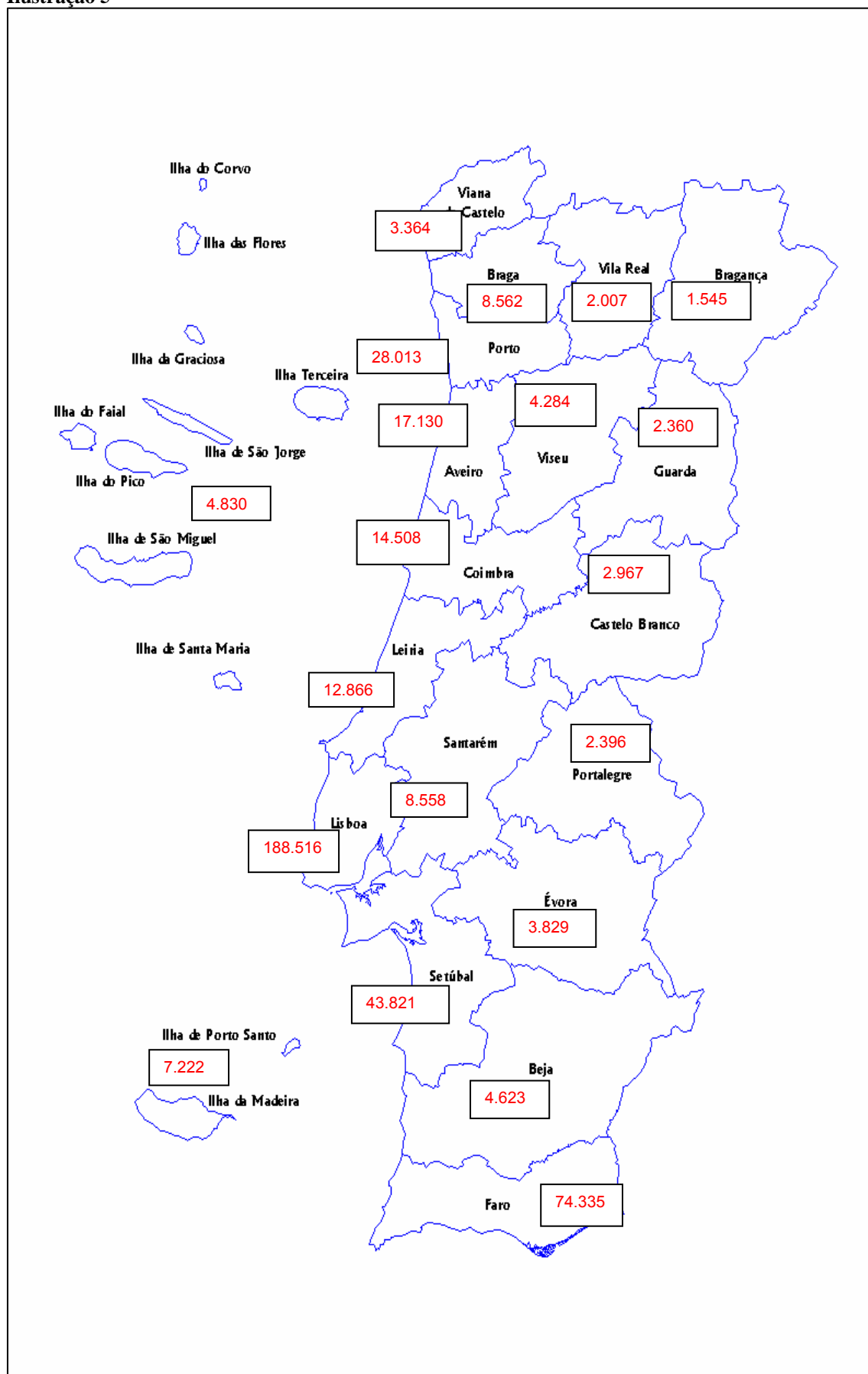
SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

exemplo, o distrito de Santarém ocupa, respectivamente o 3º e 5º lugares, a nível nacional, quanto a prorrogações de AP e de VLD. Porém, face aos valores já referidos, este fenómeno da dispersão territorial dos estrangeiros por todo o território nacional não prejudica a supremacia dos distritos do litoral, nos quais se concentra a grande maioria da população estrangeira.

Ilustração 4

DISTRITOS	Stock de Residentes	Prorrogações de Autorizações de Permanência	Prorrogações de Vistos de Longa Duração	TOTAL
AVEIRO	16.274	125	731	17.130
BEJA	4.018	41	564	4.623
BRAGA	7.998	94	470	8.562
BRAGANÇA	1.423	18	104	1.545
CASTELO BRANCO	2.755	19	193	2.967
COIMBRA	13.759	58	691	14.508
ÉVORA	3.492	37	300	3.829
FARO	70.609	727	2.999	74.335
GUARDA	2.234	20	106	2.360
LEIRIA	11.689	239	938	12.866
LISBOA	170.584	3.030	14.902	188.516
PORTALEGRE	2.132	27	237	2.396
PORTO	26.118	166	1.729	28.013
SANTARÉM	6.545	585	1.428	8.558
SETÚBAL	41.172	400	2.249	43.821
VIANA DO CASTELO	3.218	25	121	3.364
VILA REAL	1.889	17	101	2.007
UISEU	4.052	31	201	4.284
AÇORES	4.692	25	113	4.830
MADEIRA	6.959	57	206	7.222
TOTAL NACIONAL	401.612	5.741	28.383	435.736

Ilustração 5



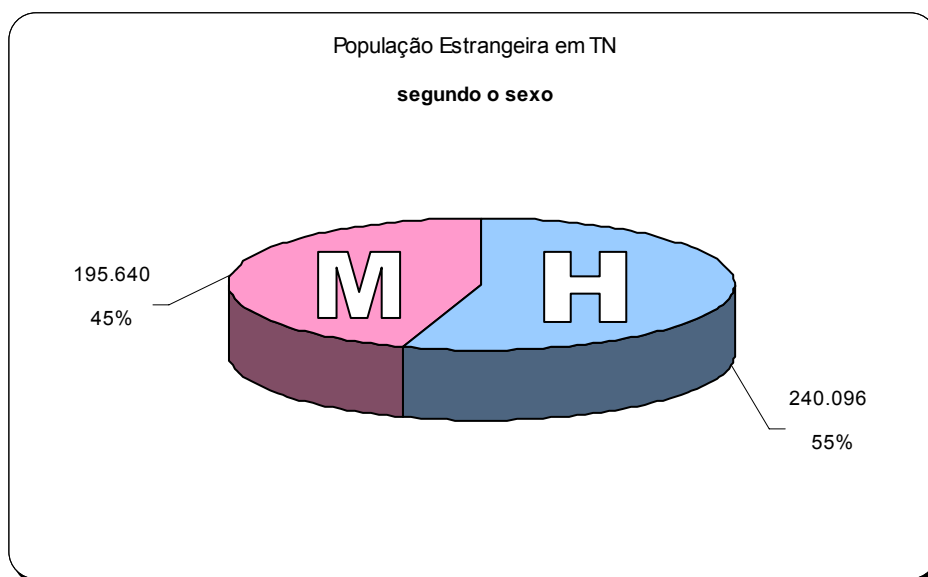
Na ilustração 5 transparece claramente a dispersão dos estrangeiros por todo o território nacional com uma nítida predominância da **ocupação dos distritos do litoral**, no sentido Sul-Norte, em detrimento dos distritos do interior do país. Esta ocupação territorial, reproduz a realidade existente em termos de distribuição geográfica da população portuguesa.

Secção 3. População estrangeira desagregada por nacionalidade e sexo (stock)²⁰

Numa análise da população estrangeira desagregada por **género**, à semelhança do que vem sucedendo nos anos anteriores, verifica-se que o **sexo masculino** continua a apresentar os valores mais elevados, mantendo-se a diferença percentual em cerca de **10%** relativamente às mulheres.

Ao longo da história da imigração em Portugal, a imigração masculina tem invariavelmente assinalado índices superiores à feminina, pese embora em anos mais recentes esta tendência tenha sido atenuada por via do reagrupamento familiar. No entanto, com a conversão das autorizações de permanência (AP) em títulos de residência (TR) aquela diferença voltou a acentuar-se novamente devido ao peso relativo do sexo masculino na fase inicial do processo das AP.

Ilustração 6

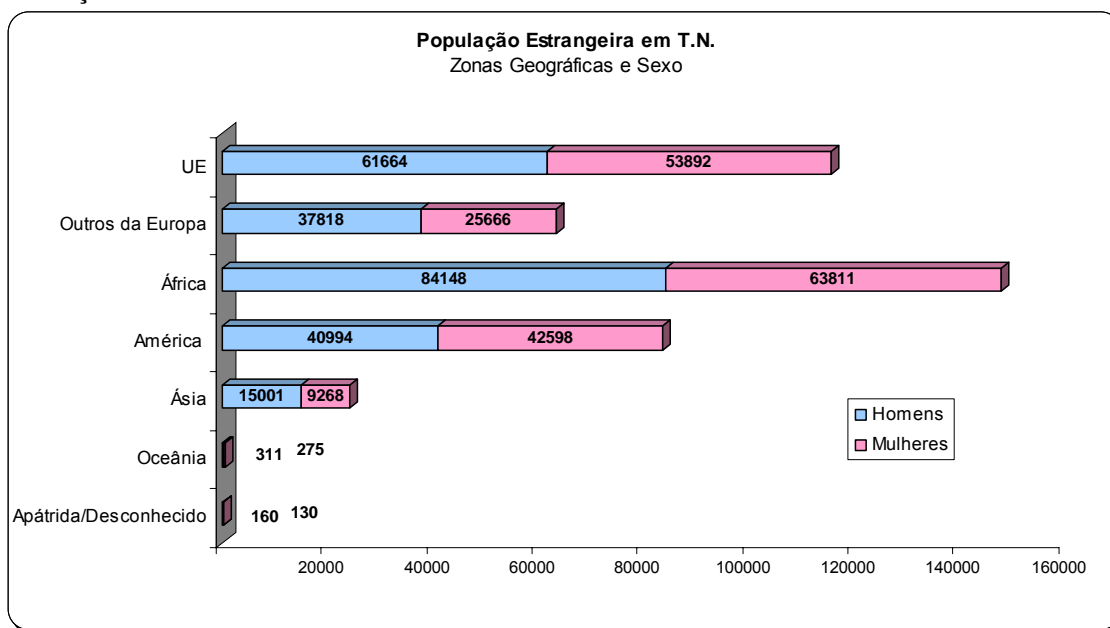


Por outro lado, associarmos a desagregação por género à sua distribuição por grandes zonas geográficas de origem (ilustração 7) verifica-se que os valores relativos ao sexo masculino se mantêm, de uma forma geral, para todos os continentes, com excepção do continente americano, onde se assinala uma ligeira supremacia do sexo feminino.

²⁰ Fontes utilizadas: INESEF e SII.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Ilustração 7



Numa análise de género das nacionalidades mais representativas, apenas no caso do **Brasil**, o **sexo feminino** apresenta **valores superiores** aos do sexo masculino.

Ilustração 8

PAÍS	Sexo	Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Brasil	HM	66354	55665	1719	8970
	H	31834	26300	1036	4498
	M	34520	29365	683	4472
Cabo Verde	HM	63925	61110	399	2416
	H	35075	33678	227	1170
	M	28850	27432	172	1246
Ucrânia	HM	39480	34240	1470	3770
	H	24243	21032	1084	2127
	M	15237	13208	386	1643
Angola	HM	32728	30431	411	1886
	H	17610	16337	239	1034
	M	15118	14094	172	852
Guiné-Bissau	HM	23733	22174	194	1365
	H	15555	14458	129	968
	M	8178	7716	65	397

Secção 4. População estrangeira desagregada por nacionalidade e grupo etário (*stock*)²¹

No contexto do presente relatório, optou-se por agregar dados em grandes grupos etários, em vez de grupos etários quinquenais; a saber 0-19 anos, 20-39 anos, 40-64 anos e mais de 65 anos.

Através desta desagregação é possível extrair alguns indicadores quanto a:

- População activa (20-39 anos, 40-64 anos) e inactiva (0-19 anos, mais de 65 anos);
- População estrangeira activa jovem ou envelhecida;
- População estrangeira inactiva jovem ou envelhecida;
- Relação entre as principais nacionalidades – se todas se situam de igual forma na desagregação por grandes grupos etários;
- Relação entre o grande grupo e o tipo de enquadramento legal que o estrangeiro possui em Portugal.

Constata-se que a população estrangeira possui um **índice de envelhecimento relativamente baixo**, justificado parcialmente pelo facto de a imigração constituir um fenómeno relativamente recente em Portugal, conforme tem vindo a ser referido no presente relatório.

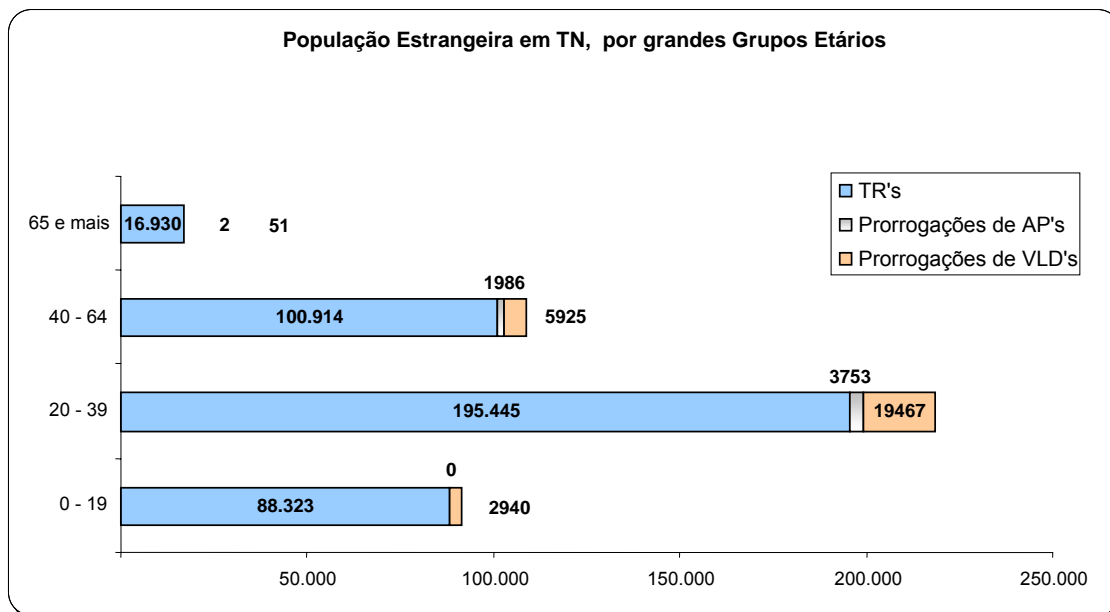
Assim verifica-se que o grupo com maior representatividade é o de 20-39 anos (cerca de 50% do total), seguindo-se o de 40-64 (com 25%). O grupo até aos 20 anos apresenta valores muito próximos deste último (com 21%) e o grupo dos mais de 65 anos com o valor (ainda residual) de 4%.

Ilustração 9

População Estrangeira em Território Nacional por grandes Grupos Etários	Sexo	Total	Grupo Etário			
			0 - 19	20 - 39	40 - 64	65 e mais
TOTAL	HM	435736	91263	218665	108825	16983
	H	240096	48.369	120265	63292	8170
	M	195640	42894	98400	45533	8813
TR's	HM	401.612	88.323	195.445	100.914	16.930
	H	219.765	46.857	106.225	58.535	8.148
	M	181.847	41.466	89.220	42.379	8.782
Prorrogações de AP's	HM	5.741		3.753	1.986	2
	H	3.906		2.521	1.385	
	M	1.835		1.232	601	2
Prorrogações de VLD's	HM	28383	2940	19467	5925	51
	H	16425	1512	11519	3372	22
	M	11958	1428	7948	2553	29

²¹ Fontes utilizadas: INESEF e SII.

Ilustração 10



Focando a análise no tipo de título detido pelo estrangeiro, observa-se que os portadores de um **título de residência** se encontram distribuídos de uma forma **mais equilibrada** ao longo de todos os **grandes grupos etários**, embora com especial incidência na idade activa, por razões que dispensam explicação adicional. Por outro lado, seguindo-se o mesmo raciocínio, nos grupos dos extremos não se encontram prorrogações de AP's e verifica-se um número reduzido de prorrogações de VLD's.

Face à análise acima explanada, concluiu-se que em Portugal se encontram perfeitamente demarcados **dois tipos distintos** de imigração:

- Uma primeira tipologia reportada ao **processo migratório** ocorrido ainda no **século passado**, composta por imigrantes de todos os grupos etários, portadores de títulos de residência e que beneficiaram do reagrupamento familiar para **cônjuges, descendentes e ascendentes**; como são os casos de Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau.
- Um segundo tipo de **imigração**, já registada no **presente século**, composto por beneficiários de regimes de regularização extraordinários ou equiparados, que numa primeira fase surgem isolados, associados a uma imigração predominantemente económica e apenas depois, surge a reunião familiar direccionada predominantemente para **cônjuges e descendentes**, como são os casos do Brasil e da Ucrânia.

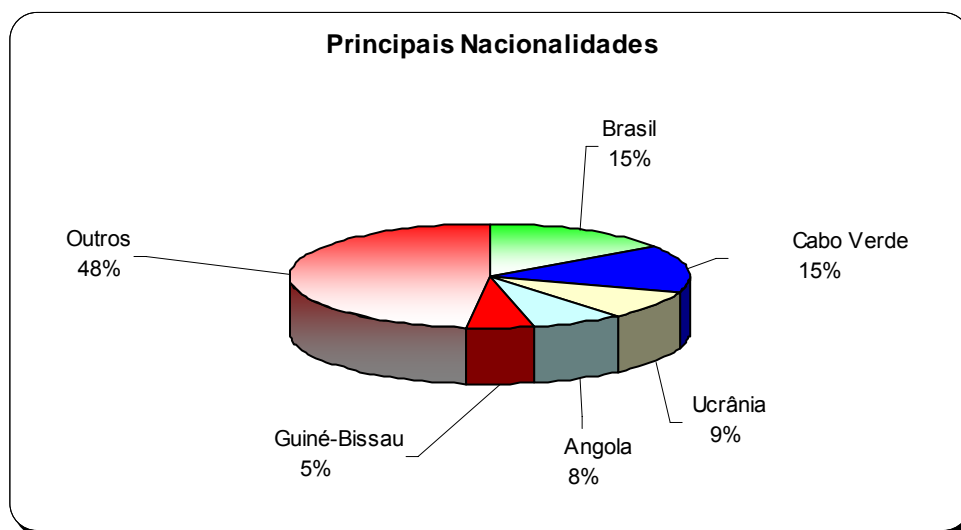
Secção 5. Nacionalidades mais representativas²²

As nacionalidades estrangeiras com maior destaque em Portugal reportam-se aos nacionais de **Brasil, Cabo Verde, Ucrânia, Angola e Guiné-Bissau**, os quais, na sua totalidade, representam cerca de **52%** da população estrangeira com permanência regular em território nacional.

Pela primeira vez, desde que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras possui registo de dados sobre população estrangeira em Portugal, a nacionalidade **brasileira** passa a ser a mais representativa, em detrimento da cabo-verdiana. Este fenómeno vinha, no entanto, a desenhar-se desde o início do presente século, através de um crescimento forte e contínuo da comunidade brasileira face a um crescimento sustentado da comunidade cabo-verdiana. Por outro lado, não devem ser ignorados outros factores exógenos, a montante, nomeadamente os que se prendem com a realidade e evolução registadas naqueles dois países.

Em termos de caracterização destes fluxos, de forma sintética, poderá dizer-se que a imigração cabo-verdiana é de carácter residual, ocorrendo eminentemente ao abrigo do reagrupamento familiar e para estudos, enquanto que a imigração brasileira é essencialmente laboral, sem prejuízo dos efeitos de reunião familiar a ela associada.

Ilustração 11



No entanto, analisando-se a composição de regimes legais de regularização, verifica-se que o factor de ponderação de cada uma das nacionalidades é totalmente distinto.

Através da ilustração 11 é possível constatar que três países do continente africano representam cerca de 28% dos residentes; a saber **Cabo Verde**,

²² Fontes utilizadas: INESEF e SII.

Angola e Guiné-Bissau; todos eles PALOP e integrando as comunidades imigrantes mais antigas em Portugal.

Por outro lado, parte significativa das comunidades **brasileira e ucraniana** (representando cerca de 24% da população total) beneficiou dos **regimes excepcionais** em vigor após o ano de 2000, designadamente o “Acordo Lula” (para cidadãos brasileiros), as autorizações de permanência e o regime de “pré-registo”, o qual se traduziu num elevado número de prorrogações de permanência de longa duração.

Não obstante o facto de a maioria das AP's concedidas haver já sido convertida em TR's, o fenómeno descrito é ainda visível nos valores parciais apresentados relativamente a cada uma das nacionalidades mais representativas (ver ilustração 8).

Capítulo 2 – Fluxos de entrada de residentes em Portugal no ano de 2007

No decurso do ano de 2007 foram registados **60 117 pedidos de títulos de residência**²³ (dados provisórios). Por comparação com o ano de 2006, no período em referência verifica-se um aumento de cerca de 15.7% face ao número de pedidos registados naquele ano (51 970). Conforme tem vindo a ser referido, neste ano assiste-se ainda à **conversão das autorizações de permanência**, concedidas no ano de 2001, em autorizações de residência, acrescido também da conversão para títulos dos demais regimes, de harmonia com o regime transitório previsto na nova lei de estrangeiros.

Em termos de distribuição por género, mantém-se a predominância dos indivíduos do sexo masculino, já registada no ano transacto, mas distinta dos anos precedentes, com um total de 32 239 pedidos (cerca de 54%), a par de 27 878 pedidos do sexo feminino (46% do total). Estes valores dever-se-ão à conversão das AP's em TR's, sendo certo que aquelas foram concedidas maioritariamente a indivíduos do sexo masculino.

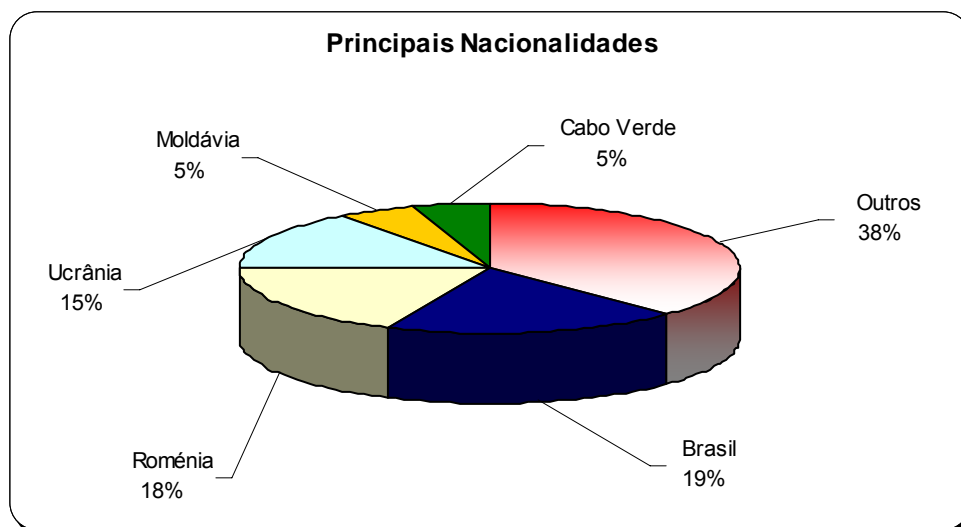
Esta tendência harmoniza-se com aquelas que foram identificadas em todas as análises de fluxos migratórios, onde, ressalvados casos pontuais, o afluxo inicial de imigrantes é maioritariamente composto por homens. Por outro lado, nos anos antecedentes (2000 a 2005) registara-se uma tendência inversa, em consequência do impacto do reagrupamento familiar.

A análise das nacionalidades mais representativas que solicitaram título de residência neste ano permite claramente constatar o **impacto das prorrogações de AP's e VLD's nos pedidos de títulos de residência**. A

²³ Fonte utilizada: INESEF.

nacionalidade com maior número de pedidos foi a **brasileira**, seguindo-se, por esta ordem, a **romena**, a **ucraniana**, a **moldava** e a **cabo-verdiana**. Recordase que Brasil, Cabo Verde, Ucrânia, Angola e Guiné-Bissau são os países mais expressivos em termos de valores globais de população estrangeira.

Ilustração 12



Em síntese, no que concerne aos estrangeiros residentes em Portugal, no ano de 2007 apurou-se um *stock* provisório de **435 736 estrangeiros residentes**. Este valor representa um saldo positivo de 3.7% face aos valores do ano anterior. Poderá assim dizer-se que, no ano em análise, a população estrangeira residente em Portugal registou um crescimento moderado, consolidando a tendência identificada desde 2003, com excepção do ano de 2005, onde se registou uma taxa de crescimento negativa.

Significativo é o facto de a maior consolidação dos dados provisórios referentes a 2006, ter permitido concluir que nesse ano a população estrangeira aumentou em 1.33%, infirmoando os valores provisórios recolhidos a 31 de Dezembro de 2006, os quais apontavam no sentido de um ligeiro decréscimo populacional relativamente ao ano de 2005.

Em termos da composição da comunidade estrangeira, sublinha-se o facto de 43% deste universo populacional se reportar a países de língua portuguesa: Brasil e Cabo Verde (15% em ambos os casos), Angola (8%) e Guiné-Bissau (5%), cujos cidadãos, a par da Ucrânia (9%), integram as comunidades estrangeiras mais representativas em Portugal.

Desta forma, não se registam alterações significativas ao nível das comunidades mais representativas. O facto de o Brasil ter assumido, pela primeira vez, o primeiro lugar entre aquelas nacionalidades não traduz, em termos objectivos, qualquer alteração substancial digna de nota, antes se

tratando do corolário de um processo de crescimento contínuo que se vem desenhando nos anos mais recentes.

Em termos de estatuto dos imigrantes, a entrada em vigor da nova lei de estrangeiros gerou um forte aumento nos títulos de residência, através da conversão das autorizações de permanência e de prorrogações de visto de longa duração em títulos de residência.

Numa perspectiva de análise estatística, as consequências da aplicação da nova lei terão que ser analisadas num lapso temporal mais alargado, facto que permitirá caracterizar 2007 como um ano de transição no que à comunidade estrangeira residente se refere.

Nota ainda para o facto da distribuição geográfica dos estrangeiros acompanhar a concentração populacional nas zonas do litoral português, sendo que cerca de 70% dos imigrantes se concentra nos distritos de Lisboa, Faro e Setúbal, no que acompanha, aliás os movimentos do universo total da população.



PARTE II

Controlo de Fronteiras e Imigração

PARTE II

Controlo de fronteiras e imigração

Capítulo 1 – Controlo de fronteira

O controlo das fronteiras nacionais realiza-se de harmonia com o princípio da livre circulação de pessoas no território da União Europeia e, mais concretamente, de acordo com as regras definidas pela Convenção de Aplicação do Acordo de *Schengen* (CAAS). Por outro lado, este controlo incide sobre as designadas “**fronteiras externas**”, entendidas como as fronteiras com Estados Terceiros à União, nomeadamente os aeroportos (fronteira aérea externa), no que diz respeito aos voos que tenham como proveniência ou destino os territórios dos Estados não vinculados àquela Convenção, e os portos marítimos (fronteira marítima externa), salvo no que se refere às ligações no território português e às ligações regulares de transbordo entre estados partes na Convenção de Aplicação. Atenta a situação geográfica de Portugal, o nosso país não possui, portanto, fronteiras externas terrestres, na acepção da supra referida Convenção.

No período em referência, o SEF **passou a garantir o controlo de pessoas nos postos de fronteira marítima externa** de Peniche, Cascais, Setúbal, Sesimbra, Aveiro, Nazaré, Olhão, Faro, Portimão, Leixões, Póvoa de Varzim e Sines, até então asseguradas pela Brigada Fiscal da GNR (Despacho N.º 6781-A/2007, de 4 de Abril, do Ministro da Administração Interna - DR, 2ª série, N.º 69, de 9 de Abril de 2007), de harmonia com o calendário previsto neste despacho ministerial (12 a 23 de Abril). Desta forma, o SEF passou a assegurar o controlo de todos os postos de fronteira externa nacionais.

Secção 1. Controlo das fronteiras aéreas

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras tem a seu cargo o controlo integral das fronteiras externas aéreas nacionais, ocupando os oitos aeroportos internacionais existentes em território português: Lisboa, Porto, Faro, Funchal, Lajes (Terceira), Santa Maria e S. Miguel.

1.1. Voos controlados

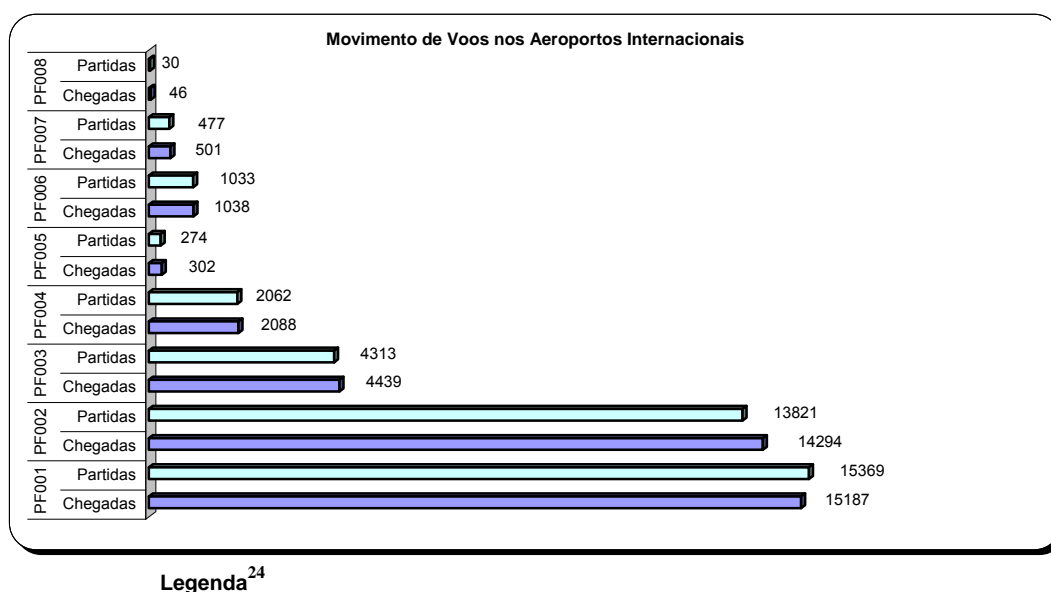
Durante o ano de 2007 procedeu-se ao controlo de **75 274 voos**, representando um aumento de cerca de 13% relativamente a 2006 (66 579). Tanto os dados sobre movimentos de partidas como de chegadas apresentam

cifras muito aproximadas, pese embora uma ligeira preponderância nos movimentos de chegadas, ao invés do que sucedeu em 2006.

Em número de voos controlados, destaca-se o **Aeroporto de Lisboa**, com **30 556** voos, e o **Aeroporto de Faro**, com **28 115** voos. Seguem-se os Aeroportos do **Porto**, com **8 752**, e **Funchal**, com **4 150** voos controlados. Não obstante a semelhança dos valores registados nos dois primeiros aeroportos, estes reflectem realidades diversas; em Lisboa o controlo distribui-se, de forma equilibrada, entre grandes áreas de proveniência e de destino, nomeadamente União Europeia extra *Schengen* (8 759), outros destinos europeus (6 755), África (5 675) e América do Sul (5 828) e do Norte (3 160), enquanto em Faro, cerca de 99,4% dos controlos se reportam a voos de e para a Europa não *Schengen* (27 936).

O Aeroporto de Lisboa caracteriza-se ainda pelo facto de ser a origem ou o destino de 28,5% dos voos europeus não *Schengen*, 93% dos voos africanos, 74% dos voos da América do Sul e Central e 59% dos voos da América do Norte de todo o universo de voos internacionais que partem, chegam ou transitam pelo território português.

Ilustração 13



1.2. Passageiros controlados

No ano de 2007, o SEF controlou um total de **11 117 362 passageiros** na passagem das fronteiras aéreas externas, o que constituiu um aumento de 15,5% face ao ano de 2006 (9 969 234).

²⁴ PF 001 – Aeroporto de Lisboa; PF 002 – Aeroporto de Faro; PF 003 – Aeroporto do Porto; PF 004 – Aeroporto do Funchal; PF 005 – Aeroporto das Lajes; PF 006 – Aeroporto de Stª. Maria; PF 007 – Aeroporto de Ponta Delgada; PF 008 – Aeroporto de Porto Santo.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Por posto de fronteira, sobressai o Aeroporto de Faro com 4 783 411 passageiros, seguido de perto pelo Aeroporto de Lisboa, com 4 676 173. Distanciado, surge o Porto com 908 385 passageiros e o Funchal com 575 519. Pese embora a proximidade dos valores dos Aeroportos de Faro e Lisboa, a composição dos fluxos de passageiros é substancialmente mais diversificada no caso de Lisboa, atentas as origens e destinos dos voos controlados, valendo aqui as considerações formuladas a este propósito no ponto anterior.

PASSAGEIROS CONTROLADOS²⁵

TOTAL	AEROPORTOS							
	Lisboa	Faro	Porto	Funchal	Lages	Stª Maria	Ponta Delgada	P.Santo
	PF001	PF002	PF003	PF004	PF005	PF006	PF007	PF008
11 117 362	4 676 173	4 783 411	908 385	575 519	29 497	941	143 436	---

Secção 2. Controlo das fronteiras marítimas

No período em referência, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras passou a assumir o controlo de pessoas na totalidade das fronteiras marítimas externas, através do Despacho N.º 6781-A/2007, do Ministro da Administração Interna, de 4 de Abril (DR, 2ª série, N.º 69, de 9 de Abril de 2007), que operou a transferência de competências dos postos de fronteira marítima de Peniche, Cascais, Setúbal, Sesimbra, Aveiro, Nazaré, Olhão, Faro, Portimão, Leixões, Póvoa de Varzim e Sines, até aí sob controlo da Brigada Fiscal da GNR.

2.1. Embarcações/navios controlados

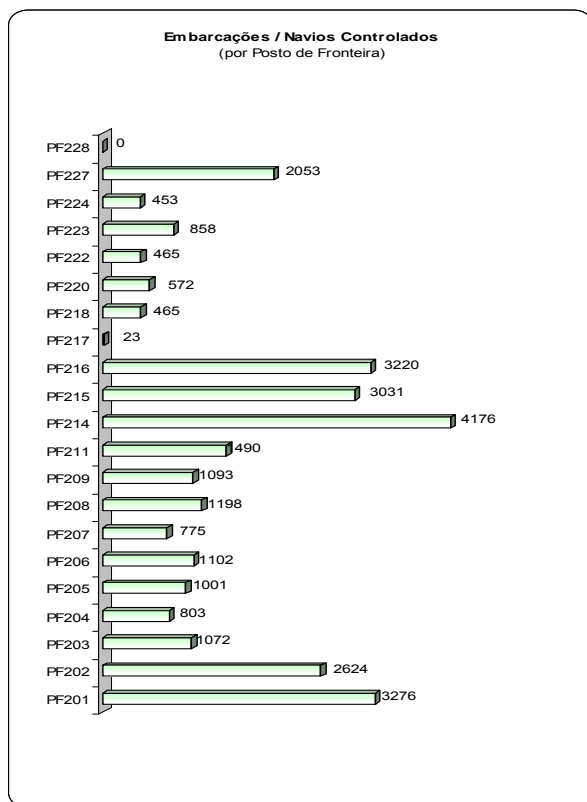
Em 2007 foram controladas **29 750 embarcações** nas fronteiras marítimas nacionais, o que representa um aumento de 60,4% relativamente ao ano de 2006 (18 550). Para este aumento terá concorrido o facto de, a partir de Abril de 2007²⁶ o SEF ter passado a exercer o controlo de mais 12 postos de fronteira marítima, como atrás referido.

Em termos de análise de dados, por posto de fronteira, sobressai a **Marina de Vilamoura** (4 176), seguida pelo **Porto de Lisboa** (3 276) e **Marinas de Lagos** (3 220) e de **Portimão** (3 031). Um pouco afastados surgem o **Porto de Leixões** (2 624) e a **Marina de Cascais** (2 053).

²⁵ Fonte ANA e ANAM – Dados estimados.

²⁶ Através do Despacho MAI N.º 6781-A/2007 MAI de 9/4/2007, definindo a calendarização da transferência de competências da GNR para o SEF nos Postos de Fronteira Marítimos.

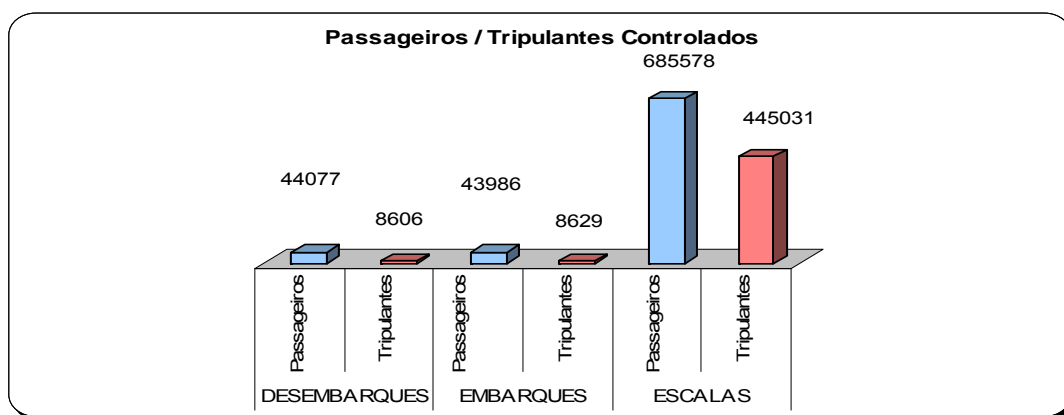
Ilustração 14



Legenda²⁷

As Marinas de Vilamoura, Lagos e Portimão controlam essencialmente embarcações de recreio (4176, 3220 e 2980, respectivamente), na sua maioria de e para o Espaço *Schengen*²⁸. O Porto de Lisboa destacou-se no controlo de navios comerciais (3015), maioritariamente para as Américas e de e para o Espaço *Schengen*. Quanto a navios de cruzeiro, o seu maior número regista-se no Funchal e em Lisboa (252 e 242 respectivamente).

Ilustração 15

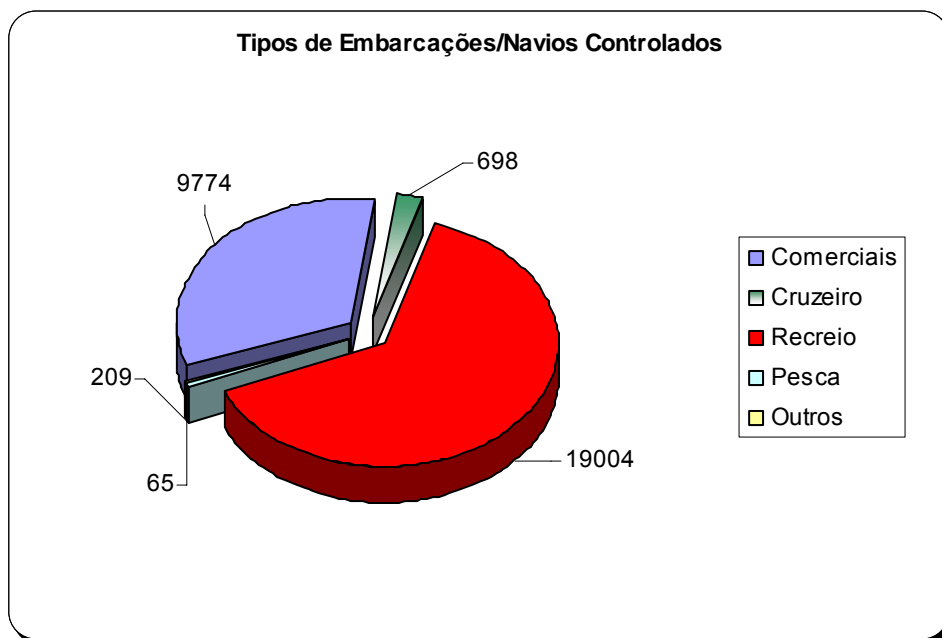


²⁷ PF 201 - Porto de Lisboa; PF 202 - Porto de Leixões; PF 203 - Porto de Setúbal; PF 204 - Porto de Viana do Castelo; PF 205 - Porto de Sines; PF 206 - Porto da Figueira da Foz; PF 207 - Porto de Aveiro; PF 208 - Porto do Funchal; PF 209 - Porto de Ponta Delgada; PF 211 - Porto da Horta; PF 214 - Marina de Vilamoura; PF 215 - Marina de Portimão; PF 216 - Marina de Lagos; PF 218 - Porto de Peniche; PF 220 - Porto da Nazaré; PF 222 - Porto de Póvoa do Varzim; PF 223 - Porto de Porto Santo; PF 224 - Porto de Angra do Heroísmo; PF 227 - Marina de Cascais; PF 228 - Porto de Sesimbra;

²⁸ Nos termos do Manual Comum de Fronteiras, o controlo de embarcações de recreio é realizado de forma sistemática e presencial.

Por totais e por tipo de embarcação controlada, verifica-se que 64% eram **embarcações de recreio** (19 004), 33% **navios comerciais** (9 774), seguindo-se os **navios de cruzeiro** (698) e as **embarcações de pesca** (209).

Ilustração 16

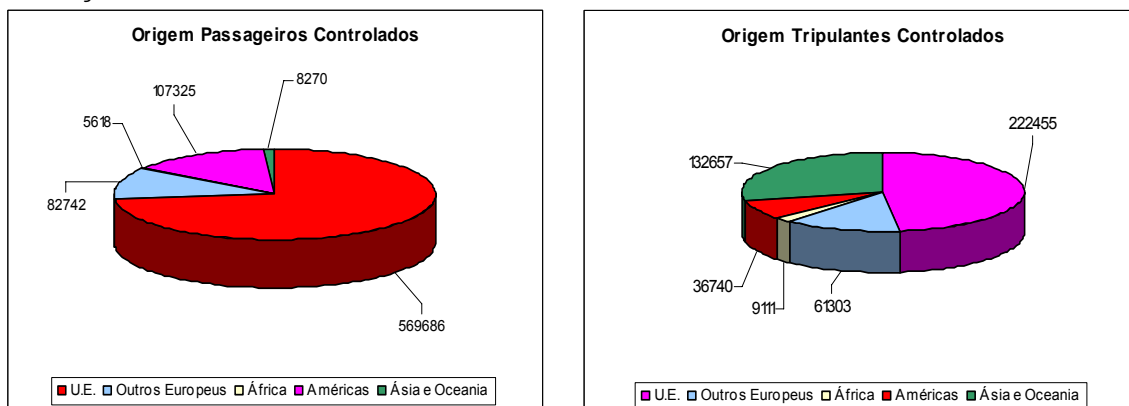


2.2. Passageiros e Tripulantes Controlados

Foram objecto de controlo nas fronteiras marítimas, em 2007, um total de **1 235 907 pessoas**, correspondendo a 773 641 passageiros (+ 21,4%) e 462 266 tripulantes (+ 29,4%), traduzindo um aumento de 24% face aos valores registados em 2006 (994 040).

Em termos de grandes grupos de nacionalidades, a maioria dos passageiros era nacional de países da Europa (652 702) e das Américas (107 325). Quanto a tripulantes, não obstante a preponderância do continente europeu, destaca-se o continente asiático, área tradicional de recrutamento destes profissionais.

Ilustração 17



Secção 3. Vistos concedidos nos postos de fronteira e passaportes de última hora

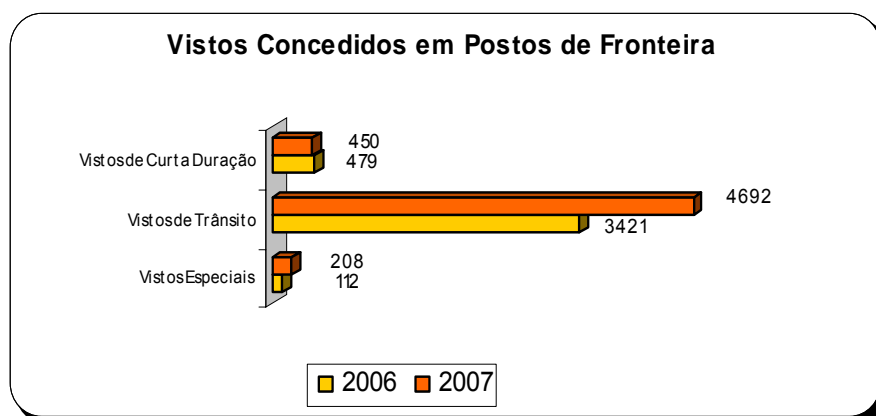
Nos termos concretamente definidos pela lei, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras tem competência para conceder nos postos de fronteira, a título excepcional, vistos de curta duração, de trânsito e vistos especiais.

No ano em referência, foi concedido um total de **5 350 vistos**, expressando um acréscimo de 33,5% relativamente a 2006 (4 012). Por tipologia, surge, de forma destacada, o **visto de trânsito** (4 692), seguido do visto de **curta duração** (450) e do **visto especial**²⁹ (208).

Por local de emissão, destacam-se o Aeroporto de Lisboa (1 637) e o Porto de Lisboa (1 338).

Deve assinalar-se ainda que boa parte dos vistos concedidos nas fronteiras têm os Marítimos por destinatários, sendo emitidos ao abrigo das facilidades consagradas pelos instrumentos internacionais aplicáveis a estes profissionais.

Ilustração 18



Ao abrigo da alínea e) do nº1 do art. 38º- D do Decreto-Lei 138/2006 de 26 de Julho, o SEF emitiu um total de **314 passaportes temporários**, repartidos pelos Aeroportos de Lisboa (**255**), Porto (**56**), Faro (**2**) e Ponta Delgada (**1**).

Secção 4. Medidas cautelares detectadas

As medidas em apreço são medidas cautelares referentes a pessoas, emitidas por autoridades judiciais ou órgãos de polícia criminal, inseridas na aplicação informática do SEF e detectadas pelos vários departamentos do Serviço no exercício das suas funções.

Em 2007 foram detectadas **1 392 medidas cautelares**, representando um aumento de 14,8% relativamente ao ano de 2006 (1 212).

²⁹ Emitido nos termos do art. 68º da Lei 23/2007 de 4 de Julho.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Por tipo de medida, sobressai o **pedido de paradeiro** no âmbito de **processo administrativo de expulsão**³⁰ (388) (sem variação relativamente a 2006, com 387 casos) **mandado de captura** (378) (+ 23,5%) e **pedido de paradeiro de autoridade policial** (272) (-7,5% face a 2006). Relativamente ao ano de 2006, não se verifica alteração dos principais tipos de medidas detectadas.

Ilustração 19

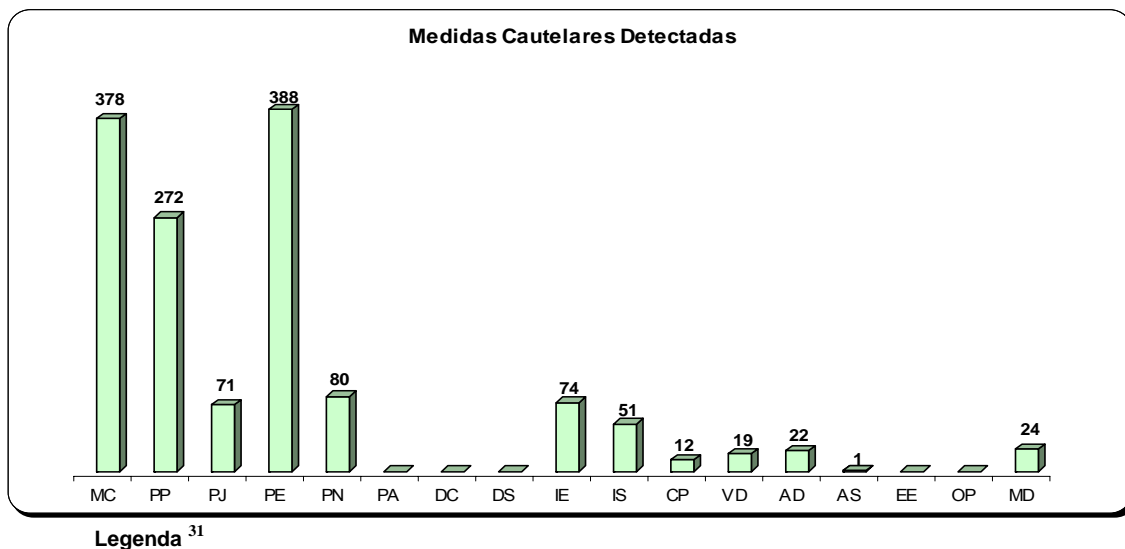
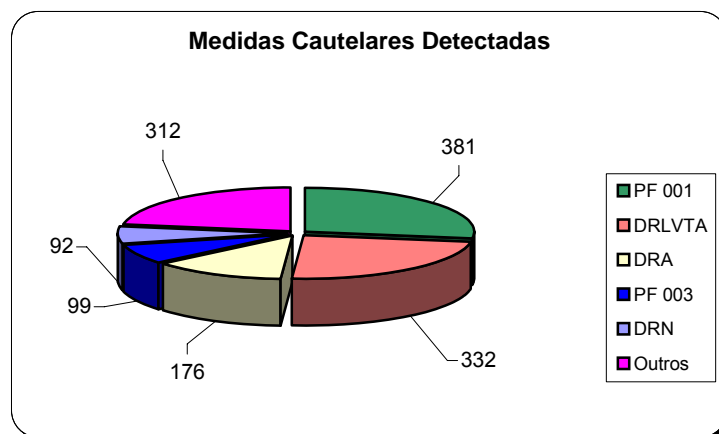


Ilustração 20



Por local de detecção, e à semelhança dos anos anteriores, destacam-se o Aeroporto de Lisboa (381), a Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo (332), a Direcção Regional do Algarve (176) e o Aeroporto do Porto (99).

³⁰ Paradeiro para Efeito de Expulsão - Artº 141º nº 1, 148 e 161 da Lei 23/2007 de 4 de Julho;

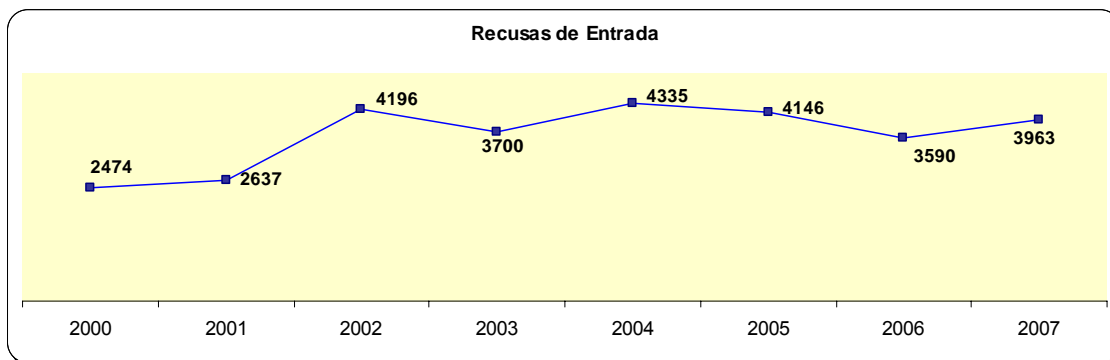
³¹ Legenda: **MC** - Mandado de Captura; **PP** - Paradeiro Autoridade Policial; **PJ** - Paradeiro Autoridade Judicial; **PA** - Paradeiro p/ Asilo; **PE** - Paradeiro para Efeito de Expulsão - Artº 141º nº 1, 148 e 161 da Lei 23/2007; **PN** - Paradeiro p/ Notificação - Art. 85º, nº5 e 149º da lei 23/2007; **DC** - Declaração de Contumácia; **DS** - Detecção Simples; **IE** - Interdição de Entrada; **IS** - Interdição de Saída; **CP** - Cumprimento de Pena; **VD** - Vigilância Discreta; **AD** - Adulto Desaparecido; **MD** - Menor Desaparecido; **OP** - Oposição ao Progenitor; **EE** - Encargos ao Estado.

Secção 5. Recusas de entrada

A recusa de entrada consiste numa decisão de não admissão de um estrangeiro em Portugal, fundamentada no facto de aquele não reunir as condições legalmente definidas para a entrada no território nacional.

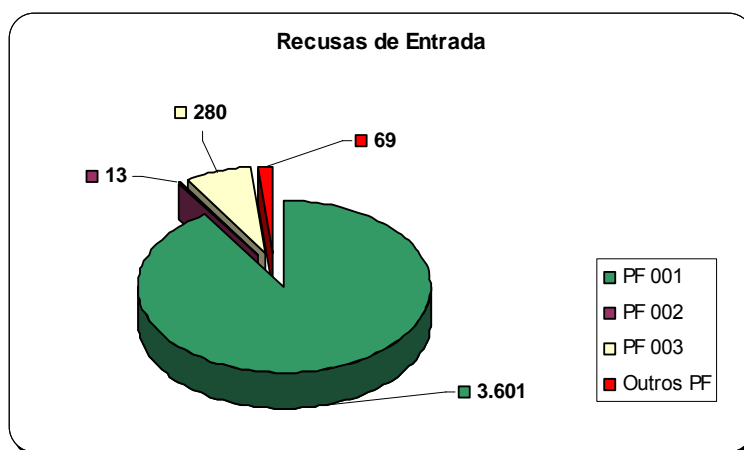
Na ilustração 21 estão registados os valores das recusas de entrada em Território Nacional no período compreendido entre 2000 e 2007.

Ilustração 21



No ano a que respeita este relatório, ocorreram **3 963 recusas de entrada** em Portugal, valor que traduz um aumento de 10,4% relativamente ao ano de 2006 (3 590). De notar que cerca de 91% das situações de não admissão se reportam ao Aeroporto de Lisboa.

Ilustração 22



Legenda³²

Por nacionalidade, o **Brasil** ocupa o primeiro lugar (**2 068 recusas**), seguido da **Venezuela (624)**, do **Senegal (407)**, de **Angola (113)** e da **Guiné-Bissau (97)**. De destacar que em 117 casos de recusa de entrada não foi possível confirmar a nacionalidade dos respectivos indivíduos, situação que, à semelhança de 2006, representa o quarto maior grupo de pessoas não admitidas em Portugal.

³² PF 001 – Aeroporto de Lisboa; PF 002 – Aeroporto de Faro; PF 003 – Aeroporto do Porto.

No que se prende com variações percentuais face a 2006, assinalam-se os seguintes valores: Brasil (+18,23%); Venezuela (+ 43,45%); Senegal (+ 49%); Angola (+ 46,8%); Guiné-Bissau (- 6,8%); Bolívia (- 78%).

Em termos absolutos, em 2007 mantém-se a preponderância dos fluxos migratórios originários de países latino-americanos, em detrimento dos fluxos africanos. Com excepção da Bolívia, os países latino-americanos registaram um aumento muito significativo.

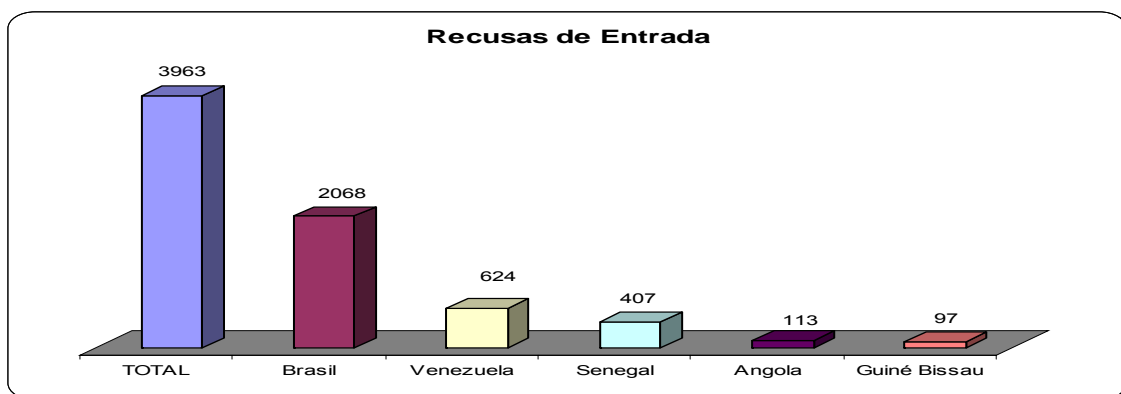
Concretizando, o **Brasil** continua a destacar-se das demais nacionalidades no que se refere a situações de não admissão. Mantendo a tendência registada desde 2004, a **Venezuela** continua a ocupar o segundo lugar, com um aumento de 43% face ao ano de 2006, sendo que o principal motivo de recusa se prende com a falsificação de documentos.

A **Bolívia**, por sua vez apresenta uma descida considerável, pois dos 329 casos assinalados em 2006, passou a **73** em 2007. Tal decréscimo estará directamente associado à re-introdução da obrigatoriedade de visto para cidadãos bolivianos para entrada na União Europeia³³, fenómeno revelador da relação causa/efeito entre os requisitos de admissão e/ou níveis de controlo na origem e os fluxos migratórios irregulares.

No continente africano, destaque para o aumento de recusas a cidadãos do Senegal e para o decréscimo relativamente à Guiné-Bissau. No que se refere a Angola, em 2007, este país volta a situar-se entre as cinco nacionalidades mais representativas.

Embora sem grande expressão em termos absolutos, os valores de 2007 contrariam uma tendência de decréscimo acentuado registada desde o ano de 2002³⁴. Se considerarmos ainda que no ano em análise os principais motivos de recusa de angolanos foram a ausência de motivos que justifiquem a entrada e ausência de visto adequado, tal facto poderá justificar uma redobrada atenção em termos de controlo dos fluxos migratórios na origem.

Ilustração 23



³³ Regulamento (CEE) nº 1932/2006, que altera o regulamento (CEE) 539/2001, transferindo a Bolívia para o Anexo I com a consequente introdução da obrigação de visto para os seus nacionais a partir de Abril de 2007.

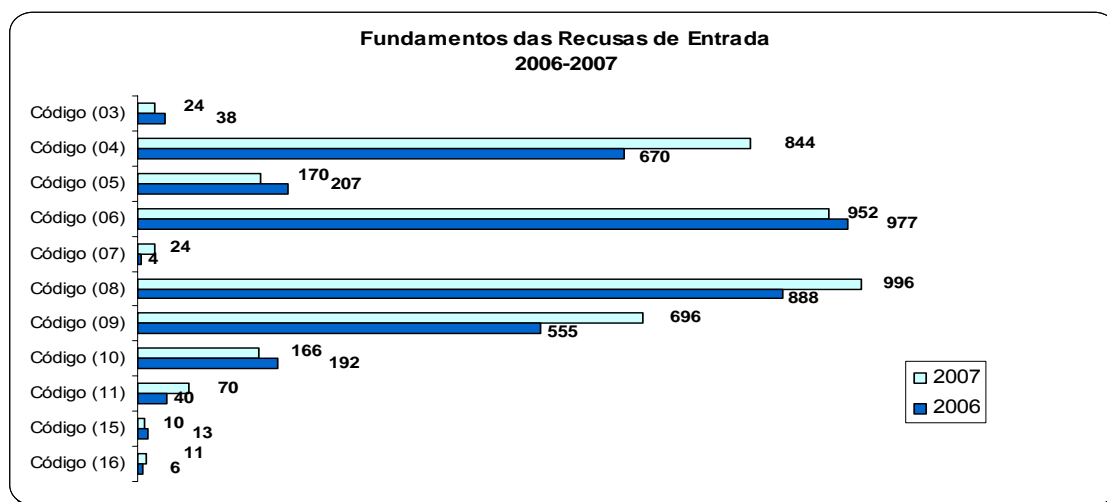
³⁴ Valores de recusas de entrada de cidadãos angolanos: 2002-927; 2003-133; 2005-68; 2006-77.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Em termos dos principais motivos de recusa de entrada em Portugal, assinalam-se a **ausência de motivos que justifiquem a entrada** (996) (+12,1% que em 2006), **ausência de visto/visto caducado** (952) (- 3,6% que em 2006) e o **uso de documento falso/falsificado** (844) (+26% que 2006).

Os três principais fundamentos de não admissão registam valores pouco divergentes relativamente a 2006, embora se assista à inversão dos motivos situados nas duas primeiras posições, com a ascensão da “ausência de motivos que justifiquem a entrada” ao primeiro lugar. Por outro lado, o aumento em cerca de 26% na detecção do “uso de documento falso/falsificado” (de 670 para 844) poderá estar associado à melhoria constante dos equipamentos de detecção de fraude e à formação contínua ministrada aos efectivos que desempenham funções no controlo das fronteiras.

Ilustração 24



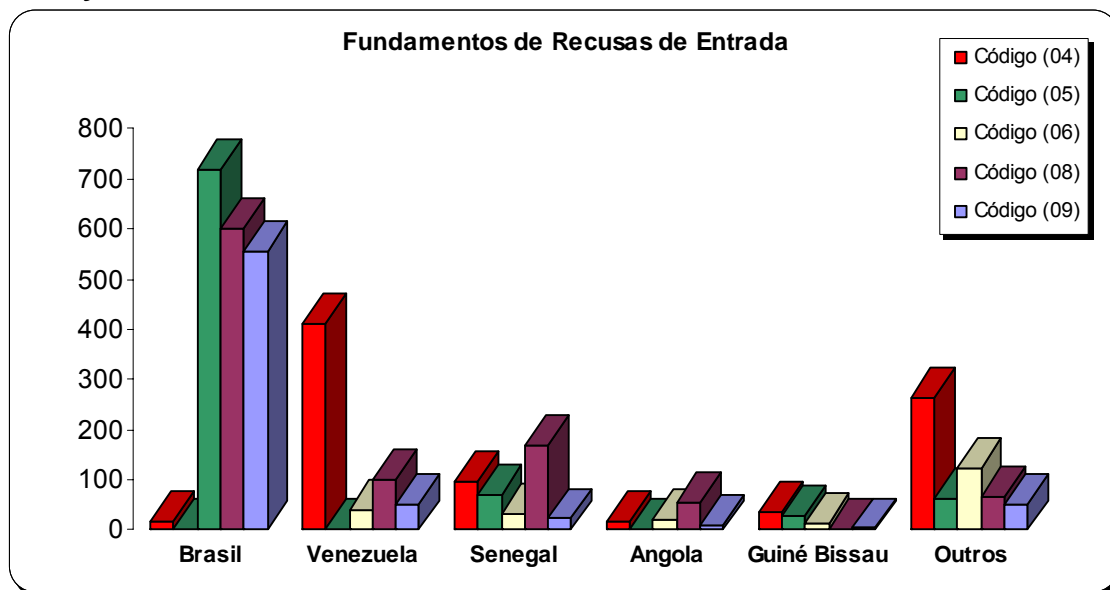
Legenda ³⁵

Cruzando as nacionalidades com os fundamentos da recusa de entrada, verifica-se que, no caso do **Brasil**, os principais motivos foram a **ausência de visto/visto caducado** (718), a **ausência de motivos que justifiquem a entrada** (600) e a **falta de meios de subsistência** (554).

Quanto à **Venezuela** ressalta o **uso de documento falso/falsificado**, como primeiro motivo de recusa desta nacionalidade (411) e segundo no caso dos cidadãos senegaleses (98). A **ausência de motivos que justifiquem a entrada** constitui o primeiro motivo de não admissão dos cidadãos do **Senegal** (168) e o segundo, no caso dos venezuelanos (101).

³⁵ Código (03) – Ausência Doc. Viagem ou Doc. Caducado. Código (04) – Doc. falso ou falsificado; Código (05) – Utiliz. doc. Alheio; Código (06) – Ausência de visto ou visto caducado; Código (07) – Visto Falso ou falsificado; Código (08) – Ausência de motivos que justifiquem entrada; Código (09) – Ausência de meios de subsistência; Código (10) – Indicações para efeitos de Não-Admissão no Espaço Schengen; Código (11) – Estrangeiros menores desacompanhados; Código (15) – Cumprimento de Medida Cautelar e Código (16) – Outros.

Ilustração 25



Legenda ³⁶

Capítulo 2 – Actuação em território nacional

Secção 1. Fiscalização

As acções de fiscalização desenvolvidas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras concretizam as atribuições que lhe estão legalmente atribuídas no domínio do controlo e fiscalização da permanência e actividades de estrangeiros em território nacional.

Na sua acção fiscalizadora o SEF vem centrando a sua actuação na repressão das redes de recrutamento de mão-de-obra ilegal e de tráfico de seres humanos, no pressuposto que o reforço da fiscalização e da investigação criminal neste domínio constituem um factor de equilíbrio tendo em vista uma imigração mais regulada e tutelada dos direitos fundamentais dos imigrantes.

Em 2007, no âmbito da actividade de fiscalização desenvolvida pelas Direcções Regionais, foram realizadas **6 727 acções**, das quais **3 209** foram empreendidas pelo **SEF de forma autónoma** e **3 518** em **actuação conjunta** com outras entidades, nomeadamente GNR, PSP, PJ, IGT, Segurança Social e *Cuerpo Nacional de Policia* de Espanha, esta no âmbito da cooperação luso - espanhola.

Em confronto com os dados de 2006 (3 688), constata-se um substancial aumento de 82,4%, dando-se assim continuidade ao combate ao emprego clandestino, à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos, o que como já foi referido anteriormente constitui uma das prioridades do SEF nos anos mais recentes.

Por número de operações, destaca-se a Direcção Regional do Centro, com um total de 2 447 operações, valor ao qual não é estranho o facto de o Posto Misto de Vilar Formoso ser o principal ponto de entrada terrestre no país.

³⁶ *Idem.*

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	DR. Norte	DR. Centro	DRLVTA	DR. Algarve	DR. Madeira	DR. Açores	TOTAL
TOTAL GERAL	1.385	2447	1.213	1.288	156	238	6.727
AUTÓNOMAS	755	628	865	589	155	217	3.209
CONJUNTAS	630	1.819	348	699	1	21	3.518

Do total das acções, destacam-se os **controlos móveis** (2 888), a **fiscalização a estabelecimentos de restauração** (955) e a **terminais de transportes** (639).

No âmbito das acções de fiscalização executadas, foram **identificados 240 278 cidadãos**, dos quais 133 636 eram portugueses e 65 832 eram nacionais de outros países da União Europeia. Daquele universo, **40 810** eram **nacionais de países terceiros**, dos quais **3 913** se encontravam em **situação irregular**. Face aos valores de 2006, verifica-se que, embora tenham sido identificados menos nacionais de países terceiros, se registou um ligeiro aumento do número dos que permaneciam em situação irregular (de 8,1% em 2006 para 9,59% em 2007).

Por nacionalidade dos estrangeiros identificados (nacionais de países terceiros), sobressai o Brasil com **9 565** cidadãos, dos quais **2 796** estavam em situação irregular. Das detecções em situação ilegal sobressaem as nacionalidades brasileira (29,2%) e a indiana (17%). Entre as seis nacionalidades mais destacadas figuram ainda, por ordem decrescente, a China (6,88%), a Ucrânia (5,81%), a Guiné-Bissau (5,57%) e finalmente Cabo Verde (3,12%).

Deve sublinhar-se que, por força da adesão à União Europeia, a Roménia e Bulgária deixaram de constar entre as principais nacionalidades para efeitos de identificação, sendo certo que, em 2006, estes dois países ocupavam, respectivamente o 4º e 6º lugares.

ESTRANGEIROS IDENTIFICADOS/SITUAÇÃO ILEGAL

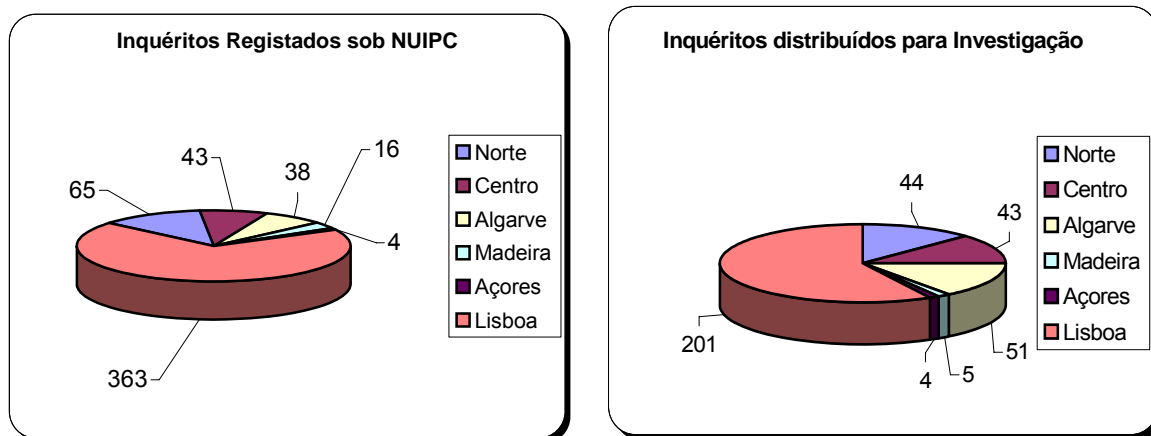
		Identificados	Em situação ilegal	Percentagem de Ilegais
TOTAL		40810	3913	9,59%
Principais Nacionalidades	Brasil	9565	2796	29,20%
	Ucrânia	2372	138	5,81%
	China	1627	112	6,88%
	Índia	569	97	17,04%
	Cabo Verde	3005	94	3,12%
	Guiné-Bissau	1668	93	5,57%

Secção 2. Investigação criminal

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras possui competência para proceder à averiguação e investigação criminal de crimes de auxílio à imigração ilegal e outros com ele conexos, nomeadamente do crime de tráfico de pessoas, sem prejuízo das atribuições de outras entidades neste domínio. Não deverá descurar-se que o combate às redes de imigração e de mão-de-obra ilegais constituem um objectivo estratégico da actuação do Serviço.

No âmbito da investigação criminal, durante o ano de 2007, foram **registados** no SEF sob **NUIPC 531 processos**, representando desta forma uma descida de 19,5% face a 2006. De entre as áreas regionais, destacam-se Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo e o Algarve.

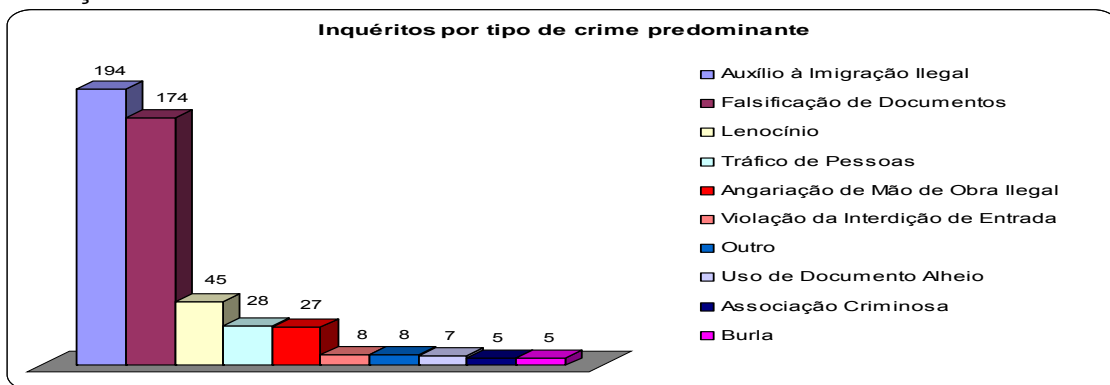
Ilustração 26



Todavia, regista-se um aumento, na ordem dos 18,9%, dos processos distribuídos para investigação, com **346 processos**, valor superior ao quantitativo registado em 2006 (291), com clara predominância de Lisboa.

Por tipo de crime predominante, evidenciam-se os inquéritos relativos ao crime de falsificação de documentos, de auxílio e associação de auxílio à imigração ilegal, lenocínio e uso de documento alheio.

Ilustração 27

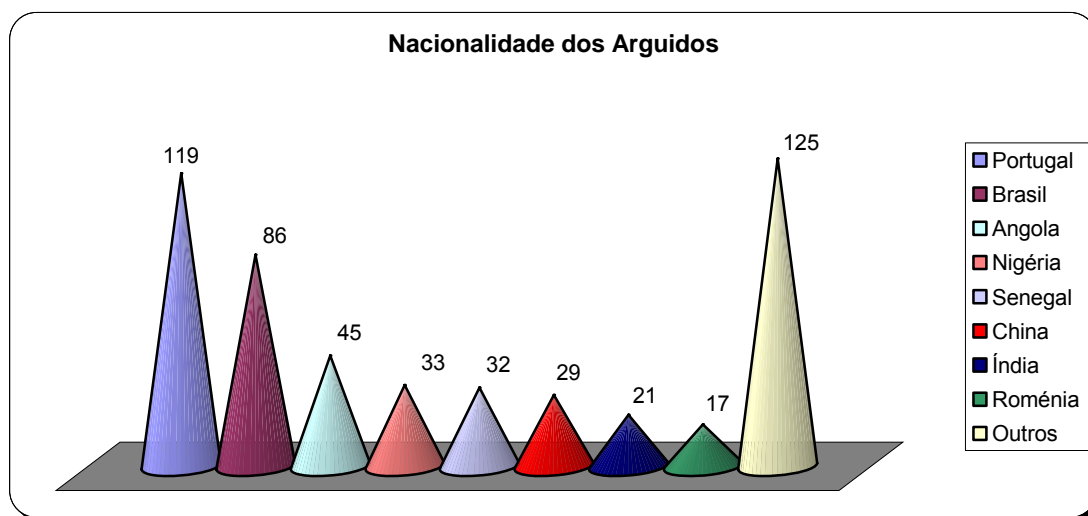


SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Relativamente à nacionalidade dos arguidos, continuam a destacar-se a portuguesa (119) e a brasileira (86). Seguem-se a angolana (45), a nigeriana (33), a senegalesa (32), a chinesa (29), a indiana (21) e a romena (17).

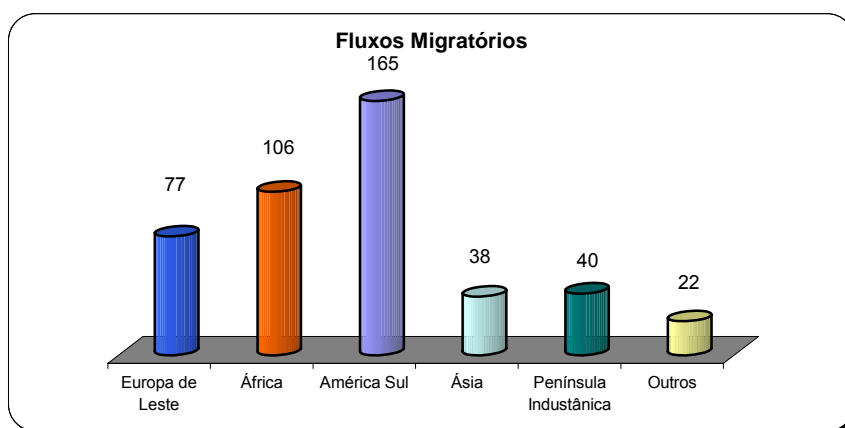
Embora sem alterações significativas ao nível da nacionalidade dos arguidos relativamente a 2006, os nacionais da Roménia, Nigéria, Senegal e, pontualmente, de outros países dos continentes africano e asiático (incluídos em “outros”), apresentam-se igualmente como a origem de alguns problemas ao nível da criminalidade relacionada com a imigração ilegal, o tráfico de pessoas, a falsificação de documentos e outra criminalidade conexa.

Ilustração 28



No que se refere à ligação dos processos distribuídos para investigação a áreas geográficas de origem de fluxos migratórios ilegais, foram claramente identificadas as seguintes áreas: América do Sul (165), África (106) e Leste da Europa (77).

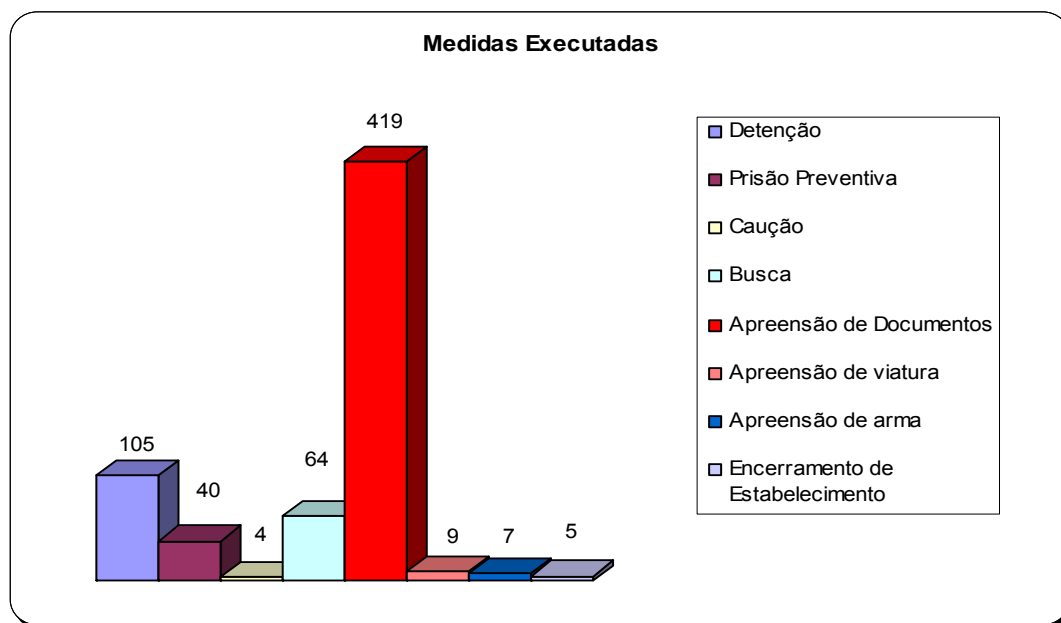
Ilustração 29



SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Ao nível operacional, regista-se a execução de **105** detenções, **40** prisões preventivas, encerramento de **5** estabelecimentos, registando-se ainda **4** cauções. Foram, ainda, realizadas **135** buscas no decurso das quais se procedeu à apreensão de **20** viaturas, **613** documentos (**400** dos quais numa operação na área de jurisdição da Direcção Regional do Centro) e **16** armas.

Ilustração 30



No âmbito da investigação criminal, durante o ano de 2007, foram concedidas **38 autorizações de residência** a estrangeiros em situação irregular que colaboraram com a Justiça, ao abrigo do estipulado nos termos do art. 109º da nova lei de estrangeiros. Este artigo consagra a atribuição de autorização de residência ao cidadão que, seja ou tenha sido, vítima de infracções penais ligadas ao tráfico de pessoas ou do auxílio à imigração ilegal, tendo em vista não só a sua protecção como também contribuir para a luta contra este tipo de criminalidade.

Como exemplo dos resultados de inquéritos, cuja investigação foi realizada pelo SEF, durante este ano, assinala-se a condenação, no Tribunal de Loulé, de uma organização com origem em países do leste europeu que se dedicava ao auxílio e à exploração violenta de imigrantes ilegais da mesma origem. Onze arguidos foram condenados a penas de prisão efectivas pela prática dos crimes de associação criminosa, auxílio à imigração ilegal, lenocínio, extorsão agravada, rapto, roubo, falsificação de documentos e violação de domicílio, tendo o principal arguido sido condenado a 25 anos de prisão e os demais em penas entre os 17 e os 22 anos, entre outras menores.

Tais condenações constituem um marco importante no combate à criminalidade relacionada com a imigração ilegal e à falsificação de documentos em Portugal.

Secção 3. Fraude documental

Na concretização das suas atribuições no âmbito do controlo de fronteiras e fiscalização de estrangeiros, o SEF desenvolve actividades de identificação e peritagem documental, em especial no que se prende com documentos de viagem e de identidade.

No actual contexto internacional, a segurança dos documentos assume uma importância reforçada, para a qual o contributo da biometria constitui factor decisivo.

Neste quadro, em 2007 a consolidação do projecto do passaporte electrónico (PEP) e dos seus sub projectos “PEP móvel” e do “Serviço de Última Hora”, representaram um passo significativo no reforço da segurança nacional, comunitária e internacional. Por outro lado, o combate à fraude documental pressupõe o reforço da formação na área da documentação de segurança, a qual o SEF vem desenvolvendo a nível interno, no quadro da União Europeia e ainda no âmbito internacional, com destaque para a formação técnica ministrada aos PALPs. Em simultâneo, no domínio da documentação de segurança, o SEF continua a afirmar-se como uma entidade de referência a nível europeu e internacional.

Neste contexto, merece ainda destaque a organização pelo SEF da reunião do Grupo BIG (*Brussels Interoperability Group*) da Comissão Europeia, para testes de interoperabilidade dos mecanismos avançados de segurança e protecção de dados electrónicos da próxima geração de Passaportes, realizados por vários países europeus (10 de Maio de 2007).

Ao longo do ano de 2007, foram registadas **1597** detecções de **fraude documental** em documentos de viagem, identidade e de residência, correspondendo a um acréscimo de 13,5% relativamente ao ano anterior (1 382 detecções).

No que concerne ao tipo de fraude detectada, destaca-se o aumento de 100% de documentos com **alteração de dados** face ao ano de 2006 (24 documentos em 2006 e **48** em **2007**) e um aumento significativo no número de documentos **furtados em branco** (48%), com a detecção de **79** documentos em **2007**, contra 41 documentos no ano de 2006.

Registaram-se ainda acréscimos significativos nos casos de documentos com **folhas substituídas**, com **289** documentos (+ 36%) e de documentos com **impressões de carimbo falsas ou falsificadas**, com **67** documentos (+26,9%).

Também na **detecção de documentos emitidos indevidamente (104)**, se verificou um aumento de cerca de 25% relativamente ao ano de 2006.

Já os **351 documentos alheios** detectados correspondem a uma redução de 6,9% face aos 377 interceptados em 2006.

3.1. Locais de detecção

Em termos de locais das detecções, destacaram-se, em 2007, o Aeroporto de Lisboa (**1316** intercepções), o Aeroporto do Porto (**107**), o Aeroporto da Madeira (**65**), o Posto Misto de Vilar Formoso (**39**), o Aeroporto de Faro (**21**) e o Posto Misto do Caya (10).

As Direcções e Delegações Regionais do SEF identificaram um total de **22** documentos fraudulentos, registando-se também **9** outros documentos, reportados pelas Embaixadas portuguesas no estrangeiro e pelos Tribunais. De destacar, ainda, **8 documentos portugueses** detectados pela oficial de ligação do SEF no Senegal.

À semelhança de anos anteriores, o Posto de Fronteira do **Aeroporto de Lisboa**, permanece como o local onde foi detectado o maior número de documentos (82% do total), tendo registado um acréscimo de cerca de 5% face a 2006.

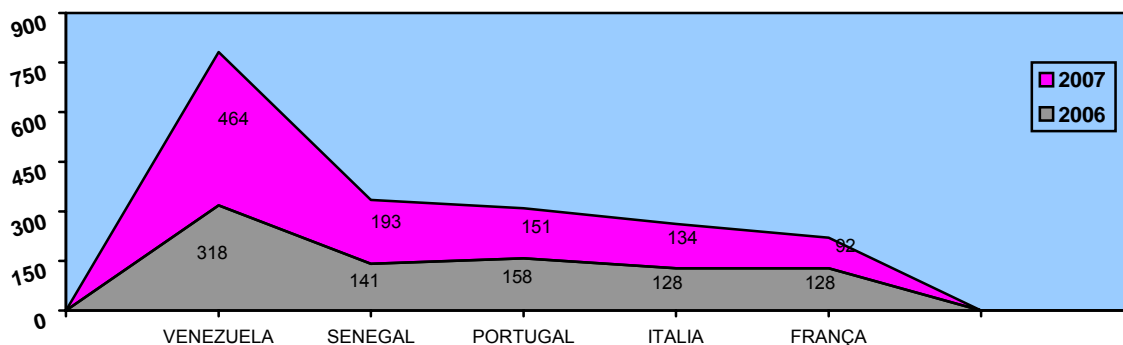
3.2. Nacionalidade dos documentos

De um total de **523** documentos da **União Europeia** apreendidos, **271** eram autorizações de residência (77 das quais portuguesas), **138** passaportes (39 dos quais portugueses) e **85** bilhetes de identidade (28 dos quais, também portugueses). Os documentos europeus mais utilizados foram os portugueses (151 casos), italianos (**134**), franceses (**92**) e espanhóis (**71**).

Relativamente à **América Latina**, foram detectados **617** documentos fraudulentos, destacando-se **464** documentos **venezuelanos** (dos quais 457 eram passaportes), sendo a substituição de página a fraude mais frequente. Persiste, portanto, a tendência registada nos últimos três anos em matéria de fraude documental envolvendo passaportes venezuelanos.

Dos **Países Africanos de Língua Portuguesa** foram detectados **107** documentos objecto de fraude. Destes, 103 eram passaportes, dos quais 77 da Guiné-Bissau, 20 de Angola e 6 de Cabo Verde.

Ilustração 31

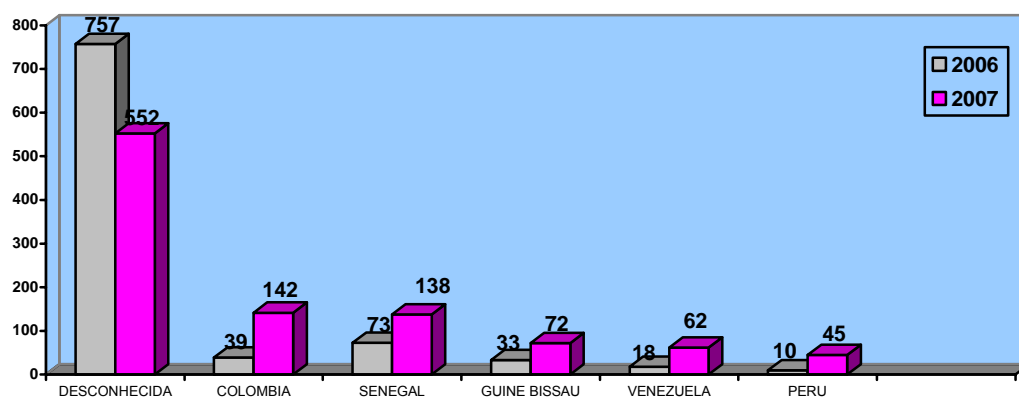


Dos restantes **350** documentos fraudulentos detectados, destacam-se **193** do **Senegal** (182 passaportes e 11 bilhetes de identidade), número que confere a esta nacionalidade a segunda posição em termos do total de documentos detectados, a seguir à Venezuela.

3.3. Nacionalidade dos portadores

No que se prende com os portadores de documentos fraudulentos, não foi possível estabelecer a nacionalidade de **552** portadores destes documentos. Dos restantes, foram identificados **335** cidadãos africanos, repartidos pelo **Senegal** (138), pela **Guiné-Bissau** (72) pela **Guiné-Conacri** (21), por **Angola** (29) e pela **Nigéria** (18). Da **América do Sul** foram também identificados **142** colombianos, **62** venezuelanos, **45** peruanos e **34** brasileiros.

Ilustração 32



3.4. Proveniência/destino dos portadores

Em termos de proveniência, as intercepções de documentos fraudulentos em voos originários de **Caracas** surgem de forma destacada, com um total de **656** documentos apreendidos, o que expressa um aumento de cerca de 69% face ao ano anterior. Deste universo de passageiros, não foi possível identificar **333 indivíduos**, o que corresponde a 49% dos indivíduos interceptados. Dos restantes, apurou-se a nacionalidade de 131 colombianos, 61 venezuelanos e 39 peruanos.

No que respeita à nacionalidade dos documentos apreendidos nos voos provenientes de Caracas, **455** eram venezuelanos (dos quais 449 passaportes), 62 italianos, 30 colombianos e 30 peruanos.

Quanto a situações de fraude documental envolvendo cidadãos oriundos de **África**, destacam-se o **Senegal**, com **300** detecções e a **Guiné-Bissau** com **227** documentos interceptados o que, no segundo caso, equivale a uma diminuição de 6,2 %, relativamente a 2006.

Por nacionalidade dos documentos apreendidos, destacam-se **166** documentos senegaleses (44,6%), **43** franceses, **31** italianos e **20** documentos espanhóis,

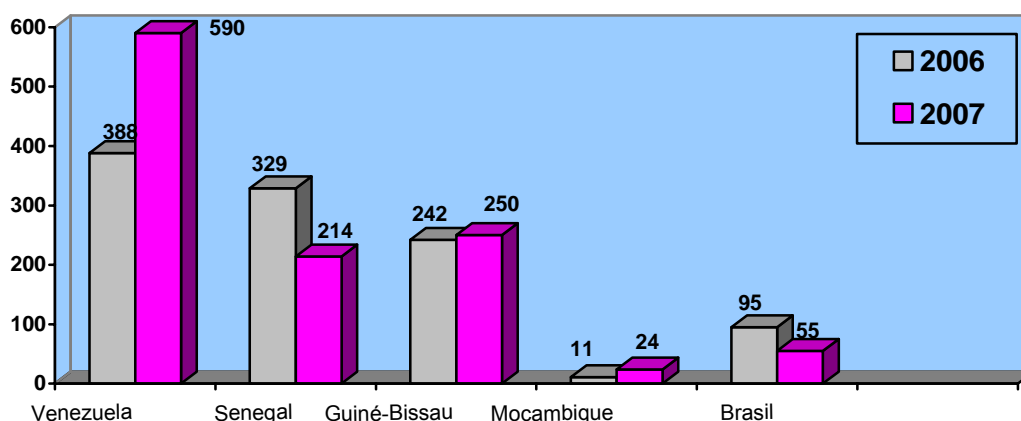
SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

reportando-se os restantes a outras e diversas nacionalidades, sem peso significativo face ao número total.

O tipo de fraude mais identificado proveniente do Senegal foi a utilização de documentos alheios, com **161** intercepções, facto relacionado com o incremento dos padrões de segurança da documentação de identidade e viagem.

A maioria dos documentos fraudulentos detectados oriundos da **Guiné-Bissau** era portuguesa, num total de **62** (35 autorizações de residência, 20 passaportes, 4 bilhetes de identidade e 3 outros documentos).

Ilustração 33



Quanto aos destinos visados pelos cidadãos interceptados à saída de Portugal por posse de documento fraudulento, sobressaem o Reino Unido (**49**), o Canadá (**14**) e a Venezuela (**12**).

Secção 4. Afastamentos

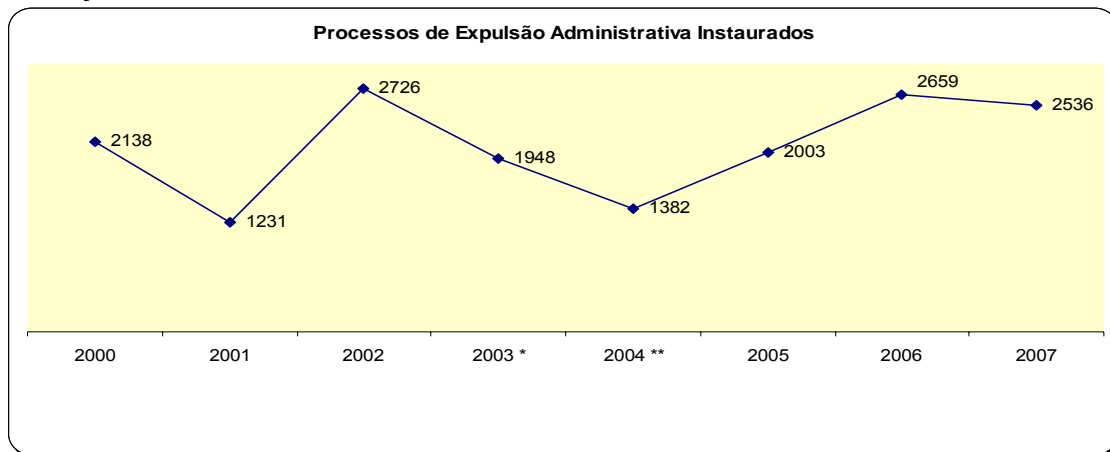
Por regra o afastamento coercivo de estrangeiros do território português reveste a forma de expulsão administrativa, por entrada ou permanência irregular. No âmbito deste processo administrativo, o estrangeiro que assim o declare pode ser conduzido à fronteira para abandono do país, obstando a continuação do processo de expulsão, ou ser notificado para abandonar voluntariamente o país.

A expulsão pode ainda constituir uma pena acessória pela prática de um crime, detendo, neste caso, natureza judicial. Neste contexto releva ainda a figura da readmissão, quando, nos termos das convenções internacionais pertinentes, um estrangeiro seja encontrado irregularmente num Estado, vindo directamente de outro.

4.1. Expulsões

Na ilustração 34, encontram-se os valores totais dos processos de expulsão instaurados desde o ano 2000 até ao ano em análise.

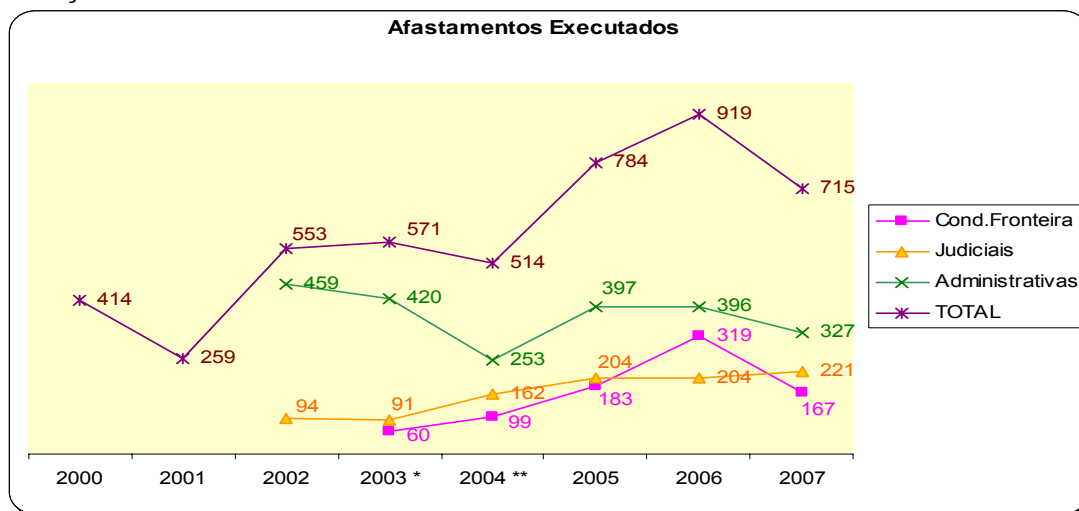
Ilustração 34



* ** - Dados incompletos

Este gráfico engloba a totalidade dos afastamentos executados, bem como, a sua desagregação por tipologia (expulsão administrativa, judicial e condução à fronteira – esta última, surgida apenas na legislação de 2003). Difere o início do momento da recolha de dados, pelo que, os valores globais estão disponíveis desde 2000 e os parciais apenas em 2002.

Ilustração 35



* ** - Dados incompletos

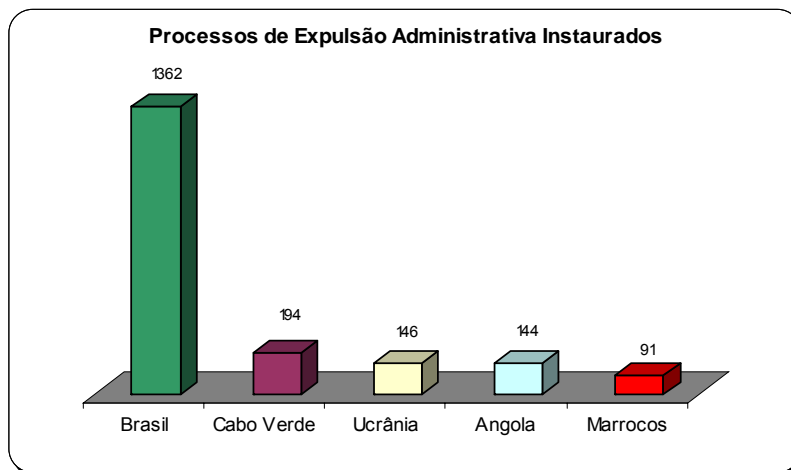
Durante o ano de 2007 foram instaurados **2 536 processos administrativos de expulsão**, o que representa uma sensível diminuição relativamente ao ano anterior (2 659 casos).

Em termos de principais nacionalidades nos **processos administrativos instaurados**, destacam-se o **Brasil** (1 362), **Cabo Verde** (194), **Ucrânia** (146), **Angola** (144) e **Marrocos** (91).

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

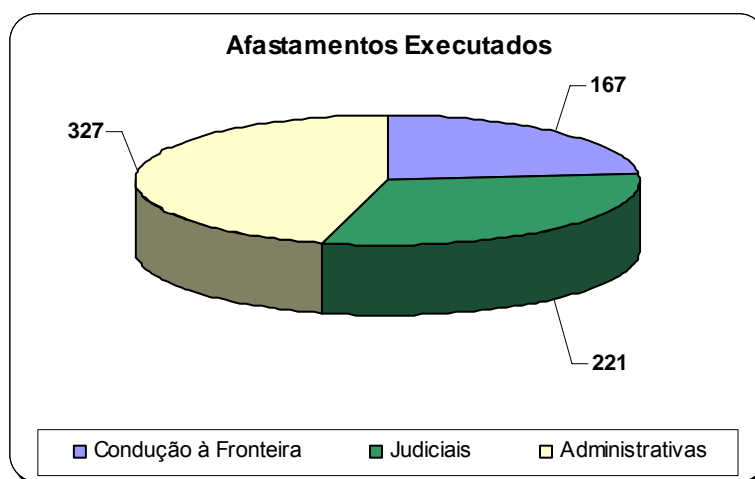
No ano em referência, foram afastados **715** estrangeiros, **221** dos quais no âmbito do processo de **expulsão judicial** (204 em 2006). Para este aumento de cerca de 10%, poderá ter concorrido o novo regime legal consagrado pelo art. 151º, nºs 4 e 5, da nova lei de estrangeiros³⁷.

Ilustração 36



No âmbito do processo de **expulsão administrativa**, foram afastados **327** estrangeiros (396 em 2006) e **conduzidos à fronteira**³⁸ **167** (319 em 2006). O decréscimo registado nestes afastamentos dever-se-á à adesão da Roménia (e Bulgária) à União Europeia, já que em 2006, o *ratio* percentual dos cidadãos romenos face ao total de afastados era de cerca de 16,5%.

Ilustração 37



³⁷ Art.º 151º nº 4 e 5 da Lei 23/2007, 4 de Julho – nº4 - “Sendo a pena acessória de expulsão, o juiz de execução de penas ordena a sua execução logo que estejam cumpridos dois terços da pena de prisão.” – nº 5 - “O juiz de execução das penas pode decidir a antecipação da execução da pena de acessória de expulsão, em substituição da concessão de liberdade condicional (...) e desde que esteja cumprida metade da pena de prisão”.

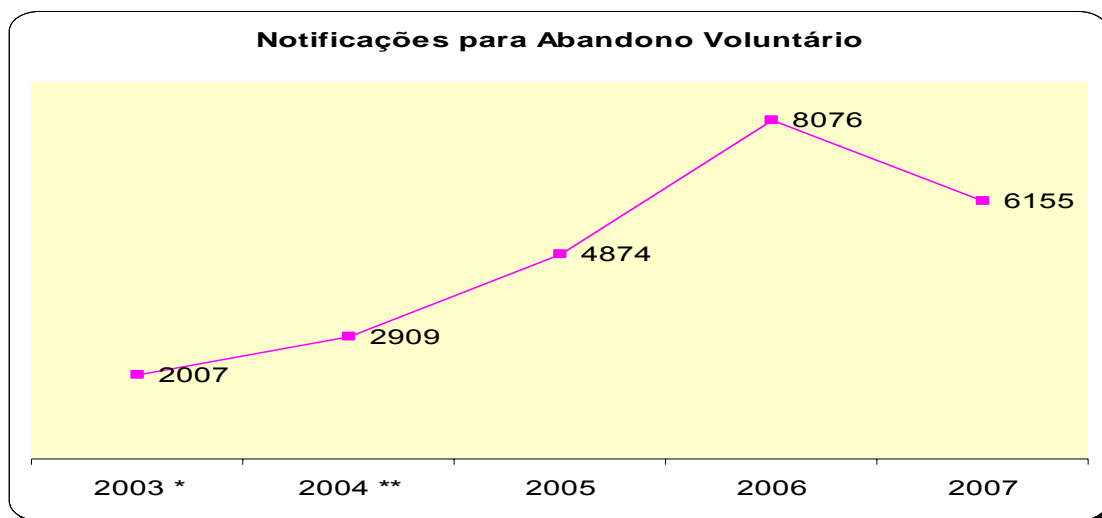
³⁸ Art.º 147º da Lei 23/2007, 4 de Julho.

Por nacionalidades mais representativas, nos afastamentos, destacam-se o Brasil (342), a Ucrânia (85), Cabo Verde (57), a Venezuela (36) e Marrocos (14).

4.2. Notificações para abandono voluntário³⁹

Tendo sido contemplada na legislação de 2003, a notificação para abandono voluntário, teve o seu valor mais elevado em 2006, com um leve decréscimo em 2007, conforme se observa no gráfico infra.

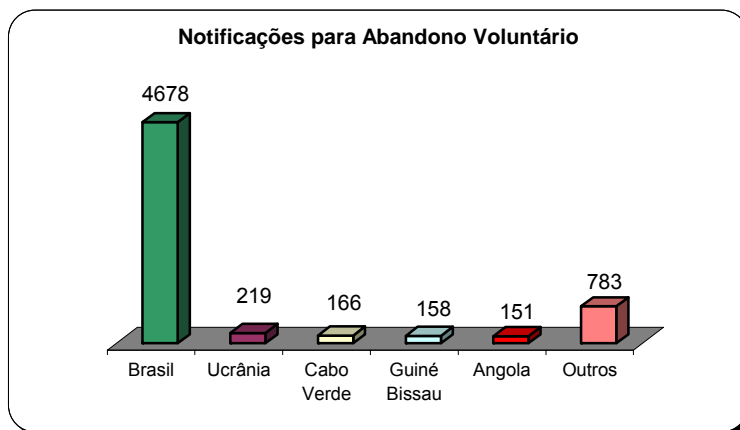
Ilustração 38



* ** - Dados incompletos

Em 2007 registaram-se **6 155 notificações para abandono voluntário** de território nacional, o que representa uma diminuição de 24% relativamente ao ano anterior (8 076 notificações).

Ilustração 39



³⁹ Art.º 138, n.º 1, da Lei 23/2007, de 4 de Julho.

Também neste caso a descida assinalada se prenderá com a adesão da Roménia e da Bulgária à UE, já que estes dois países ocupavam, respectivamente, o segundo e quarto lugares em termos de notificações para abandono de território nacional em 2006. Por outro lado, a análise da realidade migratória em 2007 deve atender ao facto de, em termos absolutos, e não obstante o número de acções de fiscalização ter duplicado, ter diminuído o número de estrangeiros identificados e de ilegais detectados.

Por nacionalidades, surge destacado o **Brasil** (4 678), seguido da **Ucrânia** (219), **Cabo Verde** (166), **Guiné-Bissau** (158) e **Angola** (151).

4.3. Readmissões

A readmissão⁴⁰ consiste no afastamento e devolução ao Estado de onde provém directamente um cidadão estrangeiro em situação irregular, no âmbito de acordos celebrados para esse efeito.

No decurso de 2007 ocorreram **660 readmissões passivas**, das quais **358** foram solicitadas por **Espanha** e **202** por **França**.

As **readmissões activas** totalizaram **452**, das quais 450 foram solicitadas a Espanha e 2 a França. Relativamente ao ano de 2006, denota-se um decréscimo de 11,2% nas readmissões passivas (743) e um aumento de 30% no caso das readmissões activas (348).

Afigura-se que para aquele decréscimo nas readmissões passivas e aumento das readmissões activas terá concorrido o reforço das medidas de combate à imigração ilegal, nomeadamente o aumento das acções de fiscalização (vd. ponto 3.1.).

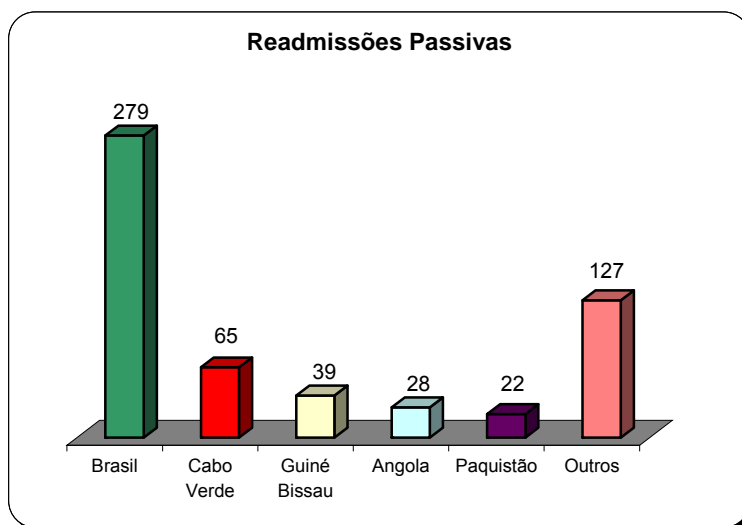
Haverá ainda que considerar a entrada em vigor da nova legislação de estrangeiros, no Verão de 2007, embora pareça prematuro avaliar os seus efeitos na perspectiva dos factores de atracção de estrangeiros irregulares no Espaço *Schengen*.

Relativamente às nacionalidades, na readmissão passiva, destacam-se o **Brasil** (279), seguido de **Cabo Verde** (65), da **Guiné-Bissau** (39), de **Angola** (28) e do **Paquistão** (22).

Em termos de nacionalidades mais representativas, não há alterações face a 2006, com excepção da saída da Roménia (2ª posição em 2006) e da Bulgária (5ª posição em 2006), pelas razões acima aduzidas.

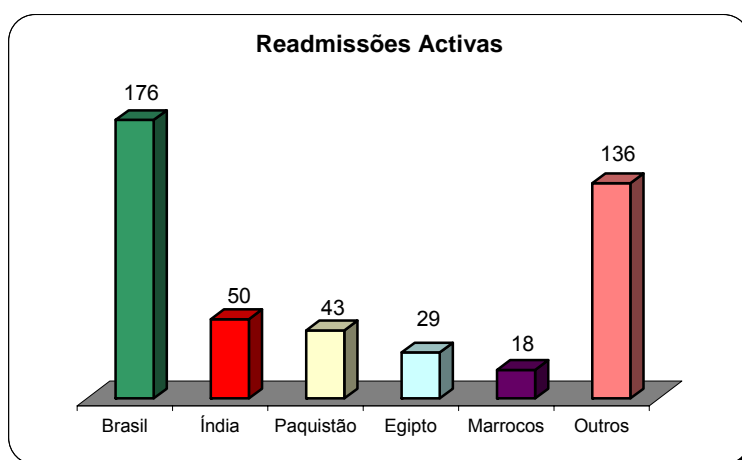
⁴⁰ Art.º 163 e segs da Lei 23/2007 de 4 de Jul.

Ilustração 40



No caso das readmissões activas, não obstante o **Brasil** continuar a ocupar o lugar de destaque (**176**), regista-se neste ano o surgimento de países sem representatividade nos anos anteriores, designadamente a **Índia** (50), o **Paquistão** (43), o **Egipto** (29) e **Marrocos** (18).

Ilustração 41



Em síntese, os dados relativos às readmissões constituirão um indicador sobre a composição dos fluxos migratórios irregulares com origem ou trânsito em Portugal (no caso das activas) e com origem noutros Estados da UE, designadamente Espanha e França (no caso das readmissões passivas).

Secção 5. Regresso voluntário (OIM)

A situação de retorno voluntário ao país de origem de um estrangeiro em situação irregular possui enquadramento legal na figura do regresso voluntário, apoiado pelo Estado português no âmbito de programas de cooperação

estabelecidos com a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Portugal vem apostando no retorno voluntário de imigrantes, como um instrumento de atenuação da imigração ilegal e de incentivo ao desenvolvimento dos países de origem.

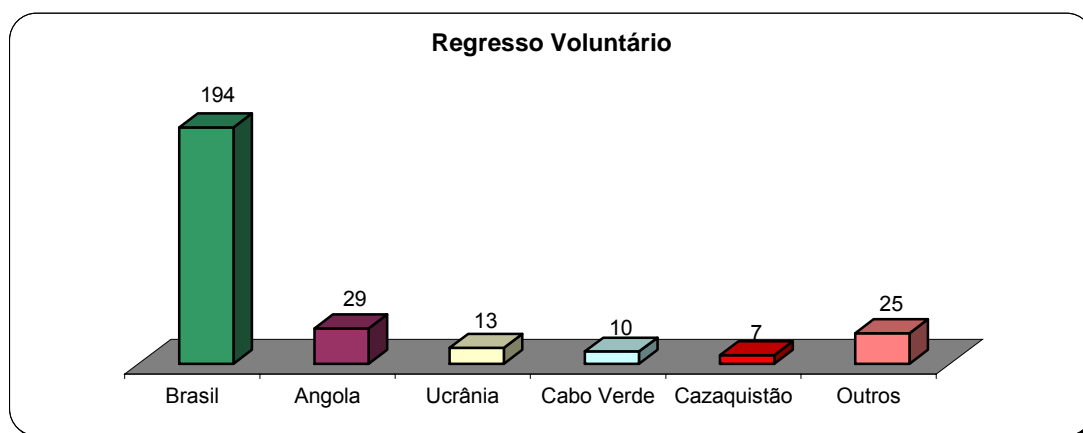
No período em referência está em execução um projecto específico neste domínio (Projecto *SuRRIA*), do SEF em parceria com a OIM, visando a criação de uma rede de informação e apoio aos imigrantes que pretendam retornar, por sua iniciativa, aos países de origem.

Este projecto do SEF, co-financiado pela Comissão Europeia, altera a gestão do Programa de Retorno Voluntário através da criação de uma Rede Descentralizada espalhada por todo o território nacional, a qual procede à divulgação do projecto, dá apoio, aconselhamento e entrevista os imigrantes interessados, encaminhando os processos para a OIM.

Beneficiaram do **programa de apoio ao regresso voluntário**⁴¹, concretizado no âmbito do supra referido projecto um total de **278** estrangeiros⁴², destacando-se os nacionais do **Brasil** (194), de **Angola** (29), da **Ucrânia** (12), de **Cabo Verde** (10) e do **Cazaquistão** (7).

Verifica-se, pois, um significativo aumento de 60,7% face a 2006 (173 regressos voluntários), sem que este acréscimo tenha gerado variações dignas de nota ao nível das nacionalidades. Este incremento estará associado à publicitação deste programa de regresso voluntário, no âmbito do projecto do SEF e da OIM (Projecto *SuRRIA*), co-financiado pelo Fundo Comunitário de Retorno.

Ilustração 42



Há ainda a salientar neste contexto, um outro projecto da OIM, *Assessment of Brazilian Migration Patterns and Assisted Voluntary Return Programme from selected European Member States to Brazil*, destinado à comunidade brasileira. Trata-se de um projecto integrado de investigação e apoio ao retorno voluntário, dirigido às comunidades brasileiras que se encontram na Bélgica, Irlanda e Portugal. Iniciado em Setembro de 2007 manter-se-á em vigor até Fevereiro de 2009.

Co-financiado pela União Europeia e pelos Governos de Portugal, Bélgica e Irlanda, pretende por um lado realizar uma pesquisa que traça o perfil dos

⁴¹ Art.º 139 da Lei 23/2007.

⁴² Fonte: OIM – Organização Internacional das Migrações

imigrantes brasileiros, bem como reflectir sobre a situação destes cidadãos na Europa.

A iniciativa por este projecto surgiu em função da procura crescente de brasileiros pela opção do retorno voluntário.

O referido projecto desenvolver-se-á em três fases: a primeira será de pesquisa sobre o perfil e a situação dos imigrantes brasileiros, que se encontram nestes países; numa segunda fase, organizar-se-á um seminário sobre a temática da emigração brasileira em que serão apresentados os resultados da pesquisa realizada, com a colaboração de agentes sociais, como sejam os ministérios, as ONG's e associações; e, finalmente numa terceira fase, será oferecido apoio logístico aos cidadãos brasileiros que, estando em situação irregular, desejem retornar ao Brasil.

Pretende-se com este projecto chamar a atenção para os perigos da imigração ilegal, nomeadamente em termos de tráfico de seres humanos, emprego ilegal e vulnerabilidade do imigrante.

Serão contactadas redes institucionais e não-institucionais de apoio aos imigrantes brasileiros, de forma a consolidar um sistema integrado de informações e ajuda a estes mesmos cidadãos.

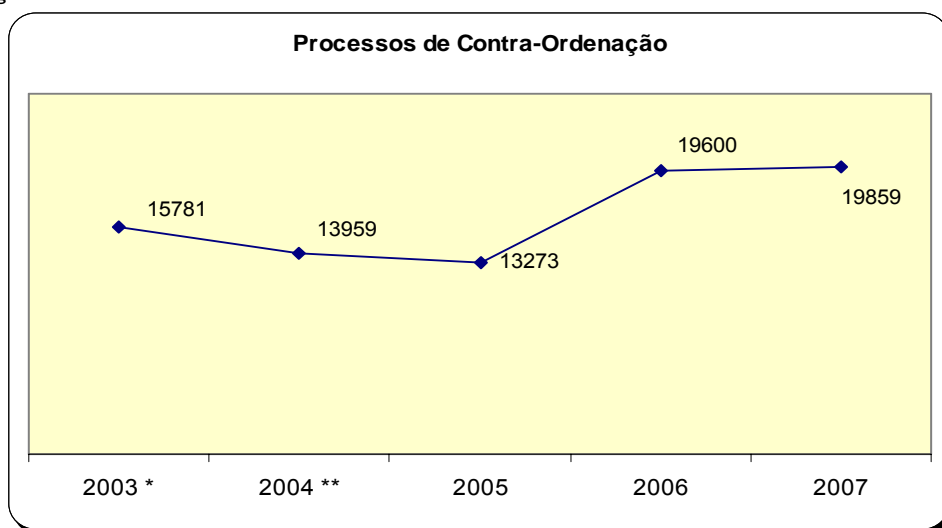
Secção 6. Processos de contra-ordenação

A violação das regras relativas aos deveres definidos pela lei de estrangeiros é sancionada por um acervo de contra-ordenações específicas, sendo a aplicação das respectivas coimas da responsabilidade do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Neste contexto merece destaque o regime contra-ordenacional que sanciona o emprego ilegal de estrangeiros, enquanto instrumento de combate a este fenómeno.

A ilustração 43 retrata a evolução das instauração dos procedimentos contra-ordenacionais de 2003 a 2007.

Ilustração 43



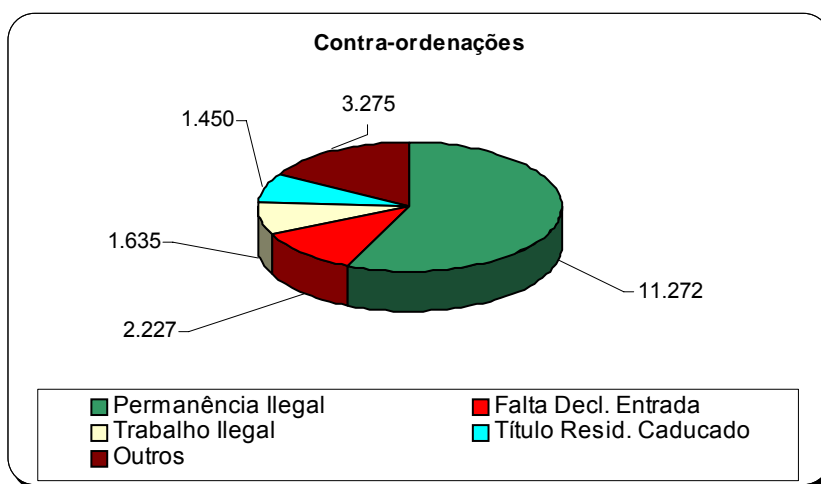
* ** - Dados incompletos

Em 2007 foram **instaurados 19 859 processos** de contra-ordenação no âmbito do regime legal de estrangeiros⁴³. Pese embora a exclusão da Roménia e Bulgária, por adesão à UE, verificou-se um ligeiro aumento, face aos valores de 2006 (19 600 processos instaurados).

Em termos de **excesso de permanência** (art.º 192º), de um total de 11 272 processos instaurados, sobressaem os nacionais do **Brasil** (5 999), da **Ucrânia** (1 015), de **Cabo Verde** (750), de **Angola** (660) e da **República Moldava** (310).

Relativamente à **falta de declaração da entrada** por fronteira não sujeita a controlo (art.º 197º), de um total de 2 227 processos instaurados, realçam-se os nacionais do **Brasil** (1 542), da **Ucrânia** (143), da **China** (82), da **República Moldava** (44) e da **Federação Russa** (35).

Ilustração 44



Quanto aos processos de contra-ordenação instaurados **por emprego de estrangeiros não habilitados** para o efeito (art. 198, n.º 2), regista-se um total de 1 635 processos. Neste ponto, a esmagadora maioria das **entidades patronais** eram de nacionalidade **portuguesa** (1 483), seguindo-se as entidades de nacionalidade **chinesa** (66) e **brasileira** (58).

Secção 7. Sistema de Informação Schengen (SIS)

No ano em referência e no quadro das actividades desenvolvidas pelo grupo operativo do SEF presente no Gabinete Nacional SIRENE⁴⁴, destacam-se os seguintes resultados:

- Descobertas de indicações (*hits*) em Portugal - **524** contra 641 em 2006.

⁴³ Art.ºs 192º a 203º da Lei 23/2007 de 4 de Julho.

⁴⁴ Responsável pelo tratamento das indicações inseridas no SIS nos termos dos art.s 96º e 100º (documentos) da Convenção de Aplicação do Acordo de *Schengen* e pela cooperação policial, nos termos do art. 39º da CAAS, no que se refere a pessoas (identidade) e documentos.

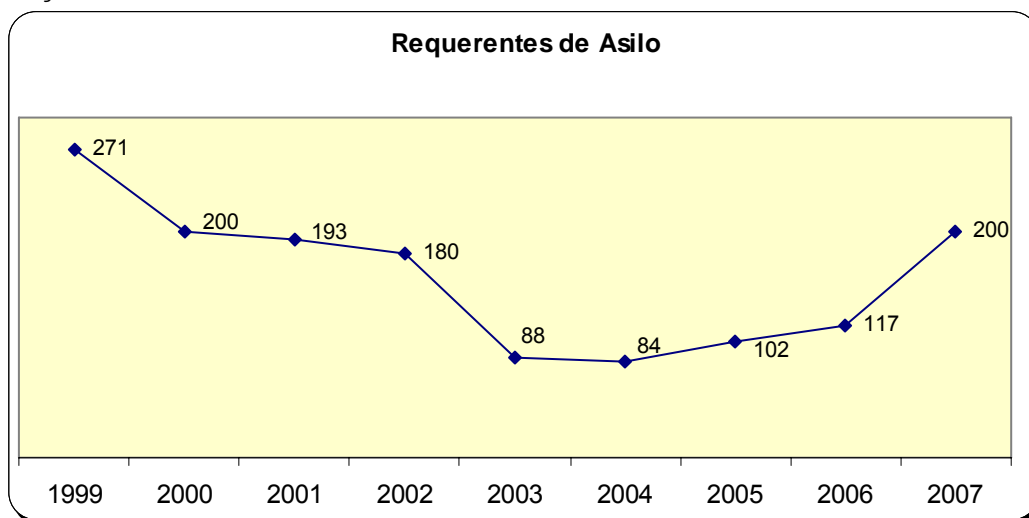
- Indicações portuguesas descobertas noutros EM - **81** contra 83 em 2006.
- Validação de indicações do art. 96º⁴⁵ - **828** contra 1300.
- Eliminação de indicações do art. 96º - **53** contra 725.
- Revalidação de indicações do art. 96º - **695** contra 634.
- Consultas solicitadas referentes a cartas de condução - **3845**
- Pedidos nacionais de cooperação policial⁴⁶ - **84** contra 87.
- Pedidos externos de cooperação policial⁴⁷ - **213** contra 155.

Capítulo 3 – Asilo, protecção internacional e naturalização

Secção 1. Asilo e protecção internacional

Como se constata pelo gráfico infra, as solicitações de asilo e protecção internacional, têm vindo a registar tendências distintas ao longo do período aqui presente (1999-2007).

Ilustração 45



Durante 2007 foram registados **224 pedidos** de asilo, repartidos pelas seguintes nacionalidades: **Colômbia** (86), **Somália** (21), **Bósnia Herzegovina** (16), **Guiné-Conacri** (14) **República Democrática do Congo** (11) e **Afeganistão** (7).

Este quantitativo representa um aumento de pedidos de 73,6% (129 pedidos formulados em 2006). Do universo dos 224 requerentes foram admitidos 84, que passaram à segunda fase do procedimento.

Constata-se que a maior parte dos requerentes de asilo são provenientes do continente americano, mais concretamente da Colômbia, o que representa uma

⁴⁵ Inseridas pelo Departamento de Identificação, Registo e Difusão (DIRD).

⁴⁶ Pessoas e documentos – art. 39º CAAS.

⁴⁷ *Idem*.

alteração relativamente a 2006, no qual se destacavam os cidadãos oriundos do continente africano, nomeadamente da República Democrática do Congo. Tal como no ano de 2006, não existe uma conexão directa entre as nacionalidades dos requerentes de asilo e os principais fluxos migratórios e maiores comunidades estrangeiras residentes em Portugal.

Foram concedidas, em 2007, **25 autorizações de residência por razões humanitárias** (na sua maioria a colombianos) e concedido **1 estatuto de refugiado**.

Em termos da reinstalação (**protecção internacional**), o Governo Português, acolheu o pedido do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) para receber 4 dos refugiados de nacionalidade **indiana**, instalados num centro na Mauritânia sob mandato desta organização. Tratou-se do primeiro grupo de pessoas a ser reinstalado em Portugal na sequência da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros nº 110/2007, de 12 de Julho⁴⁸, o qual beneficiou das supra referidas autorizações de residência por razões humanitárias.

Durante este ano chegaram ainda a Portugal, ao abrigo da figura da **reinstalação**, 10 cidadãos da **Somália** e 2 da **Eritreia**, reconhecidos como refugiados sob mandato do ACNUR, no seguimento do Memorando de Entendimento entre os Governos de Malta e Portugal relativo à reinstalação de refugiados. Foram instalados no Centro de Acolhimento da Bobadela, sob responsabilidade do Conselho Português para os Refugiados.

No âmbito da aplicação do **Regulamento de Dublin**⁴⁹, Portugal realizou 23 pedidos a outros Estados-Membros e efectuou 18 transferências e recebeu 51 pedidos de outros Estados-Membros.

Secção 2. Aquisição da nacionalidade por naturalização

Os dados apresentados, embora não esgotem as possibilidades de aquisição de nacionalidade portuguesa, ilustram a evolução das migrações com destino a Portugal e constituem um indicador do processo de integração das respectivas comunidades.

Como se constata noutras vertentes, os países da CPLP, que compunham as primeiras vagas migratórias para Portugal, ocupam, compreensivelmente, lugar de destaque.

Em 2007 concluiu-se a instrução dos pedidos de nacionalidade portuguesa por naturalização entrados até 15 de Dezembro de 2006⁵⁰, tendo sido **deferidos 6 020** pedidos de naturalização e **indeferidos 670**.

⁴⁸ Que fixa o objectivo de promover a criação de condições para conceder anualmente, no mínimo, asilo a 30 pessoas, designadamente para fazer face aos pedidos de reinstalação de refugiados, previstos no artigo 27º da Lei nº 15/98 de 26.03.

⁴⁹ Regulamento 343/2003 de 18.02.

⁵⁰ Data da entrada em vigor da Quarta alteração à Lei da Nacionalidade (lei orgânica 2/2006, de 17 de Abril) o SEF deixou de ter competência em matéria de instrução deste tipo de processos, passando emitir parecer nos processos de atribuição originária da nacionalidade, de aquisição da nacionalidade por efeito da vontade ou por adopção e por naturalização.

Por nacionalidade, os principais beneficiários foram os nacionais de **Cabo Verde** (2 189), da **Guiné-Bissau** (1 602), de **Angola** (738), de **S. Tomé** (448), do **Brasil** (415) e de **Moçambique** (155). Muito distanciados, surgem o Bangladesh (51), a China (36), a Índia (32), o Paquistão (32), e a Federação Russa (31).

Quanto aos pareceres no âmbito dos processos de atribuição originária da nacionalidade, de aquisição da nacionalidade por efeito da vontade ou por adopção e por naturalização, no decurso do ano em referência, o SEF pronunciou-se em **19 113** processos de pedido de nacionalidade da Conservatória dos Registos Centrais, tendo emitido **8 754** certidões de tempo de residência para filhos de estrangeiros nascidos em Portugal⁵¹ e **8 736** certidões nos restantes pedidos de nacionalidade por efeito da vontade e por naturalização⁵².

Foram ainda emitidos **12 155** pareceres de segurança, sendo que **21** desaconselhavam a aquisição da nacionalidade, em virtude da existência de antecedentes com Medidas Cautelares, Indicações no Sistema de Informação *Schengen* ou por razões de segurança do Estado.

Relativamente às nacionalidades dos requerentes, destacam-se: Cabo Verde (6 418), Brasil (3 619), Guiné-Bissau (2 959), Angola (2 636), São Tomé e Príncipe (1 480), República Moldava (1 472), Guiné-Conacri (572), Índia (495), Ucrânia (451), Moçambique (358), Bangladesh (291), Federação Russa (246), China (195), Roménia (199) e Paquistão (174).

Estes números permitem, de alguma forma, aferir o impacto do acesso à nacionalidade portuguesa por parte das diferentes comunidades estrangeiras residentes em Portugal, com destaque para os países de língua portuguesa, indiciando os níveis da sua integração na sociedade.

Capítulo 4 – Actuação internacional

Na concretização das suas competências a nível internacional, no decurso do período em referência, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras participou num conjunto muito alargado de reuniões e eventos sobre imigração e asilo e outras temáticas associadas, com natural destaque para os trabalhos realizados no âmbito da **Presidência Portuguesa** da União, no segundo semestre de 2007.

Neste contexto, cabe sublinhar que as temáticas da imigração legal e o combate à imigração ilegal constituíram uma das **prioridades da Presidência Portuguesa**. Porém, não deve menosprezar-se o esforço empreendido ao nível das relações internacionais e da cooperação, nomeadamente com os Serviços congéneres dos países africanos de língua portuguesa e no âmbito de diferentes *fora* e organizações internacionais.

⁵¹ Al. e) do n.º 1 do art. 1.º e n.º 2 do art. 6.º da Lei 2/2006 de 17 de Abril.

⁵² Art. 2.º, 3.º, 4.º 5.º e 6.º da Lei 2/2006 de 17 de Abril.

Secção 1. União Europeia

Ao nível comunitário, como referido, os trabalhos da **Presidência Portuguesa** da União, no segundo semestre de 2007 orientaram a actuação do Serviço no decurso do período em referência. Este enquadramento foi ainda reforçado através da adopção, pelo Conselho da União Europeia, do **Programa de Trabalho Multipresidências**, no qual foram identificados os interesses comuns e transversais às próximas Presidências alemã, portuguesa e eslovena.

1.1. União Europeia

Durante este ano o SEF participou em 122 reuniões de Grupos de Trabalho do Conselho e em 83 Comitês da União Europeia, num total de **205 reuniões**, no domínio das temáticas da imigração, fronteiras, afastamento, asilo e tráfico de seres humanos. No quadro de diversas iniciativas internacionais, os peritos do SEF estiveram ainda presentes em seminários, conferências ou cursos de formação, num total de **96 participações**, incluindo frequentemente intervenções como oradores ou liderança dos debates.

1.2. Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

No âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, teve a seu cargo a chefia de delegação do Comité Estratégico Imigração, Fronteiras e Asilo (CEIFA) e a presidência do Grupo de Alto Nível Migração e Asilo (GANAM).

Coube-lhe ainda representar Portugal em vários grupos e comitês das instituições comunitárias no domínio da imigração, fronteiras e asilo, presidindo a 10 grupos do Conselho (GANAM, Fronteiras, Migração Admissão, Migração Afastamento, Asilo, Documentos Falsos, CIREFI, SIS/SIRENE, SIS/TECH e Avaliação *Schengen*) e integrando a delegação nacional de 4 outros na área de vistos, tráfico de seres humanos, cooperação policial e CATS.

Em síntese, durante a Presidência Portuguesa o SEF assumiu a preparação e condução de **63 reuniões no Conselho**, envolvendo a participação de **40 peritos** do Serviço.

De sublinhar o papel do SEF na concepção e implementação das componentes nacionais do Sistema de Informação Schengen (**Projecto SISone4All**), para 9 Estados-Membros da União Europeia, permitindo o **alargamento do Espaço Europeu de Livre Circulação** (Espaço Schengen) aos territórios da Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, República Checa, Letónia, Lituânia, Polónia e Malta, acto que encerrou a Presidência Portuguesa da UE, em 21 de Dezembro de 2007.

Na vertente externa da União Europeia em matéria de migrações, destaque para a organização e condução de quatro reuniões de altos funcionários EuroMed, bem como a realização de diversos eventos em Portugal,

nomeadamente, a realização das reuniões informais do Grupo de Alto Nível Migração e Asilo e do Comité Estratégico Imigração Fronteiras e Asilo; a organização do Seminário sobre a cooperação prática em matéria de controlo da fronteira externa marítima da U.E.; da Reunião de Chefes SIRENE; da reunião de peritos em análise de risco em parceria com a FRONTEX; da reunião informal do grupo do Conselho SIS-TECH; da reunião de trabalho do projecto ARGO sobre o abuso dos procedimentos de imigração irregular (“casamentos brancos”) em parceria com a Bélgica; do acolhimento da 14ª Reunião do Conselho de Administração da FRONTEX e a participação na Conferência sobre Fraude e Roubo de Identidade, organizada pelo Gabinete Coordenador de Segurança.

1.3. Principais grupos da UE e actividades

- **Comité Estratégico Imigração, Fronteira e Asilo (CEIFA)** – Grupo de natureza transversal ao qual cabe formular orientações estratégicas no domínio da imigração, fronteiras e asilo, no âmbito dos artigos 62º, 63º, e 64º do TCE, e contribuir de forma substancial, para os debates do COREPER sobre as mesmas questões. Antes de serem remetidas a COREPER, as matérias acordadas ao nível dos grupos técnicos do Conselho, designadamente nos grupos Migração (Admissão e Afastamento), Vistos, Asilo, CIREFI e Fronteiras (incluindo o Grupo Documentos Falsos), são submetidas à apreciação do CEIFA. Relativamente às matérias que se prendem com o Acervo Schengen, o CEIFA reúne ainda sob a forma de Comité Misto (COMIX).

- **Grupo Alto Nível Asilo e Migração (GANAM)** – Este grupo tem como objectivo preparar planos de acção transpilares, destinados a países de origem e trânsito de imigrantes e requerentes de asilo, procurando criar sinergias entre os vários intervenientes envolvidos, de modo a reduzir os fluxos de imigração ilegal.

- **Grupo Migração/Admissão** – A prioridade deste grupo é a definição do estatuto jurídico dos imigrantes legais e as regras comuns de admissão de nacionais de Países Terceiros.

Durante a Presidência Portuguesa os trabalhos deste grupo incidiram sobre a Proposta de Decisão do Conselho que estabelece a base jurídica da Rede Europeia de Migrações (REM), sobre a qual foi obtido acordo político no Conselho JAI (6-7 de Dezembro), aprovada formalmente pelo Conselho já em 2008.

Em 23 de Outubro a Comissão apresentou as Propostas de Directivas sobre as condições de entrada e residência de trabalhadores altamente qualificados, e sobre o procedimento e título único para os nacionais de Estados terceiros que trabalhem e residam no território dos EM e que define um conjunto de direitos para esses mesmos trabalhadores estrangeiros residentes num EM.

- **Grupo Migração/Afastamento** – Tem como principal objectivo o estabelecimento de uma política coerente da União em matéria de readmissão e retorno.

Neste contexto, a Presidência Portuguesa definiu três grandes prioridades no âmbito dos trabalhos do Grupo Migração e Afastamento, designadamente, prosseguiu-se a discussão da proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a normas e procedimentos comuns para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular (Directiva Retorno), apresentada pela COM em Setembro de 2005 e de cuja aprovação dependia a atribuição do Fundo de Retorno pelo Parlamento Europeu, com obtenção de uma versão substancialmente mais consolidada.

Iniciou-se, ainda durante este período, a discussão da Directiva das Sanções aos Empregadores de Cidadãos de Estados Terceiros em Situação Ilegal (Directiva das Sanções), conseguindo-se uma versão que reúne largo consenso entre os vários Estados-Membros.

- **Grupo Asilo** – Grupo de trabalho essencialmente legislativo, ao qual compete a discussão e análise das iniciativas legislativas em matéria de asilo e refugiados.

De destacar durante o ano em referência e, no âmbito da Presidência Portuguesa e da área de intervenção deste Grupo, o início dos trabalhos de análise e discussão da proposta da Comissão (apresentada no Conselho JAI de Junho de 2007) relativa à extensão do estatuto de residente de longa duração (Directiva do Conselho CE 2003/109) aos beneficiários de protecção internacional.

- **Centro de Informação, Reflexão e Intercâmbio em Matérias de Passagem das Fronteiras e Imigração (CIREFI)** - O CIREFI dedica-se, de forma interdisciplinar, à troca de informações, recolha, tratamento e análise de dados estatísticos sobre imigração ilegal e ao aprofundamento, numa perspectiva operacional, do debate em matéria de afastamento. Destaque ainda para a abordagem do papel dos Oficiais de Ligação de Imigração na gestão dos fluxos migratórios e desenvolvimento das políticas comuns de migração.

Neste contexto e tendo presente o mandato do CIREFI, foi promovida a troca de informações, dinamizando ainda os trabalhos à volta de temas específicos, como a utilização fraudulenta de documentos venezuelanos e a imigração ilegal de cidadãos iraquianos, numa perspectiva transversal. Todas estas questões revelaram-se de particular pertinência na reunião efectuada com os EUA e Canadá.

De registar, ainda, a continuação da colaboração com a FRONTEX e a EUROPOL, bem como a cooperação com o ICMPD.

No quadro de troca de informações efectuada neste Grupo, foram produzidos quatro **Relatórios de Situação e Avaliação em matéria de imigração ilegal no quadro da UE durante o 2º semestre 2007**.

Em articulação com o Grupo Documentos Falsos, procedeu-se à compilação e análise dos dados relativos aos documentos de viagem venezuelanos fraudulentos e a informação relacionada com esta temática. Foi igualmente promovida a recolha sistematizada de informação e análise sobre o fluxo migratório iraquiano.

De acrescentar a troca de informações sobre **iniciativas relacionadas com a imigração ilegal** efectuada no quadro da IGC, MTM, EUROPOL, FRONTEX e ICMPD.

Merece destaque a reunião entre os peritos CIREFI e peritos dos EUA e Canadá sobre a situação da imigração ilegal naqueles países, nomeadamente sobre a actualização do *US-Visit*, *Visa Waiver* e *Immigration Advisory Programme*.

Para finalizar, em 2007 no âmbito das competências do CIREFI procedeu-se à elaboração do **Relatório da Presidência sobre as actividades da rede de oficiais de ligação de imigração no Senegal e em Cabo Verde**.

- **Grupo Fronteiras** – Este Grupo dedica-se à elaboração e análise técnica no domínio do controlo das fronteiras externas da União e à promoção do intercâmbio de informações entre Estados-Membros em vários aspectos do controlo fronteiriço, funcionando em estreita articulação com os programas de trabalho da Agência FRONTEX.

A Presidência Portuguesa no Grupo Fronteiras introduziu dois temas para discussão, a saber:

- **ao nível das fronteiras marítimas**, foi discutida a harmonização entre a Convenção de Facilitação de Tráfego Marítimo e o Código de Fronteiras *Schengen*, com a criação de uma notificação relativa às diferenças entre a legislação comunitária e esta Convenção, a utilizar por todos os Estados-Membros junto da IMO;

- **ao nível das fronteiras aéreas** foi adoptado um mecanismo de facilitação relativo à saída e entrada de menores pela Fronteira Externa da UE, com a definição de uma lista de pontos de contacto nacionais, a integrar o Manual Prático de Fronteiras, e da forma e conteúdo das informações a trocar neste âmbito.

Foi ainda aprovada a Recomendação da Comissão para o Conselho que autoriza a Comissão a iniciar negociações para a participação da Noruega, da Islândia, da Suíça e do Liechtenstein no Fundo para as Fronteiras Externas.

- **Grupo Documentos Falsos** – Grupo de carácter predominantemente técnico na área da documentação de segurança e detecção de fraude documental. No âmbito deste grupo desenvolvem-se os trabalhos relativos à base de dados “*False and Authentic Documents Online*” (FADO) e do “*Joint Expert Board*”.

Durante a Presidência Portuguesa, as actividades deste Grupo pautaram-se pela troca eficaz de informações, experiências e conhecimentos técnicos nas áreas da documentação de segurança e da detecção de documentos fraudulentos.

No âmbito do diálogo transatlântico e ainda na parceria com a FRONTEX os objectivos foram plenamente alcançados e os desenvolvimentos daí resultantes revelaram-se muito positivos,

Neste contexto, é importante destacar a plena entrada em vigor do *FADO* (Sistema de Arquivo e Tratamento de Imagens sobre Documentos Falsos e Autênticos), ao nível das três plataformas existentes: *FADO Expert*, *iFADO* e *PRADO*; bem como a adopção de um documento de conclusões sobre o processo de certificação e da qualidade dos serviços nos EM, no âmbito particular das Unidades de Peritagem Documental (UPD) e de um mecanismo uniforme para a “Sinalização de Documentos Fraudulentos”, o que irá garantir a requerida eficácia de alerta às competentes autoridades.

- Grupo Avaliação Schengen - Tem por mandato verificar as condições de implementação do acervo *Schengen* nos Estados-Membros no domínio do controlo de fronteiras, vistos, cooperação policial, SIS, Gabinete Sirene e protecção de dados, e analisar os relatórios das missões técnicas de avaliação.

A grande prioridade dos trabalhos deste Grupo em 2007, foi a conclusão do processo de avaliação *Schengen* de nove novos Estados-Membros, visando o alargamento do Espaço *Schengen* aos seus territórios até ao final da Presidência Portuguesa.

Em 21 de Dezembro, procedeu-se ao levantamento do controlo das fronteiras terrestres e marítimas internas da Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia, Hungria, Malta, Polónia e da República Checa. O levantamento do controlo nas fronteiras aéreas internas foi efectuado a 30 de Março.

Merece particular destaque o facto de, devido ao atraso do SIS II, a concretização deste alargamento (o maior de sempre), só ter sido possível com a implementação técnica portuguesa do *SISone4all*.

Por outro lado, foi também possível, durante este ano, desbloquear o impasse existente sobre o projecto de conclusões do processo de *follow-up* (relatório sobre a correcta aplicação do Acervo *Schengen*) à Dinamarca.

- Grupo Acervo Schengen – Grupo legislativo que reúne em função da necessidade de alterar ou modificar a Convenção de Aplicação do Acordo de *Schengen*.

- Grupo SIS/SIRENE - Gere e supervisiona o correcto funcionamento do SIS, cabendo-lhe abordar as questões jurídicas, organizacionais, financeiras e técnicas neste domínio, devendo formular soluções para eventuais problemas que afectem o SIS, bem como apresentar propostas para o seu desenvolvimento.

O Grupo SIS coordena o Grupo SIS TÉCNICO.

No ano em referência, as actividades deste Grupo tiveram como pano de fundo os trabalhos preparatórios à abolição integral de fronteiras dos novos Estados-Membros e, por conseguinte, a implementação técnica do *SISone4all*, que

contou com o esforço conjunto dos técnicos SIS-TECH e da delegação do Gabinete SIRENE.

Destaca-se ainda a resolução do problema da inserção das listas de indivíduos não admissíveis em Espaço *Schengen* no SIS, questão que se arrastava há vários anos.

A acrescentar, no contexto das actividades realizadas foram, ainda, aprovadas as propostas para um Regulamento do Conselho e de uma Decisão do Conselho, relativas à instalação, funcionamento e gestão de uma infraestrutura de comunicação para o ambiente SIS, como plano de contingência.

- **Grupo SIS Técnico** – Aborda os aspectos técnicos do Sistema de Informação Schengen, nomeadamente a execução e desenvolvimento técnicos do SIS, a análise do seu funcionamento e o controlo do seu alargamento, bem como a avaliação dos aspectos técnicos da base de dados do SIS e a supervisão e desenvolvimento das redes de comunicações.

Actualmente desenvolve os trabalhos da segunda geração do SIS (SIS II), assim como na proposta portuguesa *SISone4All*.

Para além dos grupos de trabalho supra enunciados e caracterizados o SEF participa e intervém, ainda, nos grupos de trabalho do Conselho Vistos, Avaliação Colectiva, Livre Circulação de Pessoas, Grupo Multidisciplinar sobre Criminalidade Organizada e Grupo Cooperação Policial.

Secção 2. FRONTEX

A Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (FRONTEX) é uma entidade especializada e independente que tem por função coordenar a actividade operacional entre os Estados-Membros no domínio da segurança das fronteiras externas da União. Neste sentido, o seu papel vem assumindo um crescente relevo na consolidação da actuação comum e articulada em benefício da segurança comum da União Europeia.

Das actividades desenvolvidas por esta Agência, há a destacar dois eventos ocorridos em Novembro, nomeadamente, a realização da 14^a Reunião/Seminário Fronteiras Marítimas e o Seminário sobre Cooperação Prática no Domínio do Controlo das Fronteiras Externas Marítimas da União Europeia organizado pelo SEF e pela FRONTEX.

Este seminário sublinhou a importância que o reforço da protecção da fronteira marítima do sul, entendida numa abordagem da criação de um sistema integrado de gestão de fronteiras, assumiu como uma das prioridades da Presidência Portuguesa.

No decurso de 2007, o SEF participou activamente nas actividades desta Agência, no que se refere à vertente operacional, sendo de realçar as seguintes operações:

- **Equipas de Intervenção Rápida nas Fronteiras (RABITS)**⁵³ – Primeiro exercício RABIT no Aeroporto do Porto – 17 elementos dos diferentes Estados-Membros.
- **“HERA 2007”** – Patrulhamento e vigilância da costa africana para identificação e repatriamento de imigrantes ilegais das Canárias – 14 peritos do SEF, em equipas de 2 elementos.
- **“NAUTILUS 2007”** – Patrulhamento e vigilância da costa africana, entre a Líbia, Malta e Itália (Lampedusa), para prevenção da imigração ilegal – 4 peritos, 1 a exercer funções de coordenação.
- **“HERMES”** – Reforço do controlo das fronteiras marítimas da UE, na área do Mediterrâneo Central – 2 peritos, 1 como coordenador de equipa na Sardenha.
- **“ZEUS”** – Detecção e combate de falsos marítimos nas fronteiras marítimas e aéreas dos Estados Membros da UE - 1 perito no Centro de Coordenação em Neustadt e participação de 4 equipas, de 5 elementos, no Aeroporto e Porto de Lisboa, Aeroporto do Porto e Porto de Leixões.
- **“INDALO”** – Reforço do controlo das fronteiras marítimas da UE, na área do Mediterrâneo Central – 2 peritos em Almeria.
- **“PANDORA / MINERVA”** – Reforço do controlo das fronteiras marítimas, em especial dos fluxos oriundos de Marrocos – 1 perito na coordenação dos demais peritos europeus em documentos fraudulentos.
- **“POSEIDON”** – Prevenção da imigração ilegal com destino à UE, incidindo na fronteira marítima e terrestre entre a Turquia, Grécia e Bulgária e na fronteira entre a Albânia e a Grécia – 1 perito.
- **“URSUS II, III e IV”** – Inseridas no projecto-piloto estratégico denominado *“Five Borders”* para reforço do controlo das fronteiras terrestres, incidindo sobre a imigração ilegal terrestre com origem na Ucrânia – 4 peritos.
- **“HERAKLES”** – Prevenção de fluxos migratórios com incidência na fronteira terrestre entre a Sérvia e a Hungria – 1 perito.
- **“EXTENDED FAMILY”** – Identificação de imigrantes oriundos da Nigéria, por via aérea, com recurso a meios ou documentação fraudulenta e estabelecimento de redes de cooperação e troca de informações - 2 peritos; um no Aeroporto de Helsínquia e outro em Malpenza.
- **“AMAZON III”** – Controlo da imigração ilegal da América do Sul por via aérea, nos Aeroportos de Madrid, Barcelona, Lisboa, Paris – *Charles de Gaulle*, Milão, Roma, Amesterdão, Frankfurt e Munique – 9 peritos.

⁵³ O Regulamento 863/2007 do PE e Conselho da UE de 11 de Julho, criou um mecanismo de prestação de assistência operacional rápida, com equipas de intervenção rápida nas fronteiras (RABIT - *Rapid Action Borders Intervention Teams*), para resposta as situações de pressão urgente e excepcional, ao nível da imigração ilegal migratório nas fronteiras externas da UE.

- **“LONG STOP”** – Fortalecimento das fronteiras da UE sobretudo ao nível dos Aeroportos dos Estados-Membros e dos Estados *Schengen* Associados, com a criação de um *handbook* de detecção de fraude documental - 2 peritos.

- **Rede Europeia de Patrulhas Costeiras (EBPN - *European Border Patrols Network*)**⁵⁴ – 1ª fase de implementação do projecto com a participação da GNR e da Marinha, tendo o SEF exercido o papel de Ponto de Contacto Nacional (PCN).

No ano de 2007, o SEF destacou três peritos nacionais para a FRONTEX, respectivamente para a área de Análise de Risco, e para a Unidade de Operações, juntando-se ao perito nacional, já aí colocado, na área das Operações das Fronteiras Marítimas.

Secção 3. Outras organizações internacionais

No quadro de desenvolvimento das suas competências a nível internacional, ao longo de 2007 o SEF participou e representou Portugal em inúmeras organizações e *fora* internacionais dedicados à imigração, asilo e temáticas associadas, nas suas diversas abordagens e perspectivas.

Neste contexto, merecem destaque as seguintes intervenções:

- **Participação no âmbito do 4º Relatório de Portugal do Comité das Nações Unidas contra a Tortura (CAT)** relativo à aplicação interna da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura, na vertente imigração e asilo, a qual culminou na sessão de apresentação e discussão deste relatório perante aquele Comité, em Genebra, em Novembro de 2007.
De assinalar que a área da imigração e asilo de Portugal não foi objecto de qualquer recomendação directa por parte do CAT.

- **Conselho da Europa** – O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras representa Portugal nas reuniões plenárias do Comité Director para a Migração (CDMG) do Conselho da Europa e em vários sub comités de peritos, nomeadamente o **Comité de Peritos sobre Direitos Mínimos de Imigrantes Irregulares**, o **Comité de Peritos sobre Países de Origem** e o **Comité de Peritos sobre o Estatuto Jurídico dos Estudantes Migrantes**.

Para além destes, participa ainda no **Comité *ad hoc* Sobre a Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos** - cuja representação nacional é assegurada pela Polícia Judiciária.

- **Fórum de Diálogo sobre o Mediterrâneo Ocidental (Diálogo 5 + 5)** – Este Fórum tem como objectivo aproximar os Estados do Mediterrâneo Ocidental e definir prioridades comuns no domínio das dinâmicas migratórias desta região.

⁵⁴ Projecto da Agência FRONTEX que conta com a participação de 8 Estados-Membros (Portugal, Espanha, França, Itália, Eslovénia, Grécia, Chipre e Malta) – o objectivo destas redes de Patrulhas Europeias é controlar a chegada crescente de fluxos migratórios aos países que fazem fronteira com o Mar Mediterrâneo.

Trata-se de um Fórum para consulta, regular e informal, ao nível ministerial, composto por Portugal, Espanha, França, Itália, Malta, Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia.

Durante este ano o Serviço participou nas reuniões do Grupo de Seguimento deste Fórum na vertente das Migrações.

- **Centro para o Desenvolvimento da Política Migratória (ICMPD) / Processo Budapeste** - O Processo de Budapeste (GB) integra 43 Estados e 10 Organizações Internacionais, desenvolvendo a sua acção no domínio da harmonização dos procedimentos técnicos e jurídicos relativos ao controlo de fronteiras e de fluxos migratórios ilegais.

O Processo de Budapeste é secretariado pelo ICMPD, organização internacional, com sede em Viena, criada em 1993 com o objectivo de promover políticas consensuais de controlo de fluxos migratórios e mecanismos de troca de informações.

O SEF representou Portugal nas reuniões do Processo de Budapeste, tendo, no decurso de 2007, participado em reuniões técnicas de peritos e em iniciativas desenvolvidas pelos diferentes grupos de trabalho do ICMPD, nomeadamente o **Grupo Director (Steering Group)**; o **Grupo Fluxos Ilegais e Asilo**, plataforma de troca de informação de matérias relacionadas com a imigração irregular e o asilo; o **Grupo Imigração e Políticas de Admissão**, para uma abordagem informal entre os EM's e os Estados da CEI na área das políticas de admissão; o **Grupo Mediterrâneo Ocidental (Dialogue on Mediterranean Transit Migration / MTM)**, para o estabelecimento euro-mediterrânico de plataformas de cooperação técnica e operacional na área da migração de trânsito entre parceiros da Organização e os países do Mediterrâneo Sul e Leste.

- **Organização Marítima Internacional (IMO)** - Agência especializada das Nações Unidas para a instituição de um sistema de colaboração entre governos sobre questões técnicas relativas à navegação comercial internacional e adopção de normas comuns relativas à segurança marítima e à navegação.

De destacar neste ano a participação activa do SEF nas reuniões de peritos, para a elaboração do “**Manual Explicativo da Convenção FAL - ”Convenção de Facilitação de Tráfego Marítimo Internacional”**”.

- **European Civil Aviation Conference (ECAC)** – Trata-se de uma organização intergovernamental, com sede em Paris, para promoção de um sistema de transportes aéreos mundial seguro, eficiente e sustentado, harmonizando as práticas e políticas de aviação civil entre os Estados-Membros.

Neste âmbito o SEF participou no **Sub-grupo Imigração do Grupo de Trabalho ECAC/FAL (Facilitação)**, dedicado, nomeadamente ao combate à imigração ilegal por via da aviação civil, às novas tecnologias para controlo de fronteiras e à facilitação e segurança e interoperabilidade deste meio de transporte.

- **Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO)** - Com sede em Montreal, integra a estrutura da ONU como agência especial para o desenvolvimento de princípios e técnicas de navegação aérea internacional, promoção da segurança, eficiência, economia dos serviços aéreos e para a investigação dos problemas técnicos, legais e económicos relacionados com o transporte aéreo internacional.

A este nível o SEF participou activamente nos trabalhos da **Technical Advisory Group on Machine Readable Travel Documents (TAG/MRTD)** da ICAO, sobre Documentação de Segurança e Leitura Óptica, que regula, a nível internacional, as matérias sobre documentação electrónica e de leitura óptica.

Participou igualmente no **Grupo Novas Tecnologias (NTWG)**, tendo acolhido, em 2007 a reunião final de preparação da próxima reunião geral da ICAO, a qual irá decorrer em Montreal, e que versará sobre a temática dos documentos de viagem e dos projectos de facilitação de deslocação de pessoas.

- **Internacional Air Transport Association (IATA)** – Associação que representa e defende os interesses da quase totalidade das companhias aéreas do mundo, através da promoção de regras de economia de meios, segurança e eficiência.

A participação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras registou-se no **Control Authorities Working Group (IATA /CAWG)**, que reúne delegações conjuntas de representantes das companhias aéreas de bandeira e dos respectivos serviços de fronteiras/imigração para promoção da articulação e diálogo entre autoridades de imigração e as companhias aéreas, no sentido de desenvolver mecanismos de acção conjuntos na área de passageiros indocumentados/inadmissíveis e matérias relacionadas.

- **General Directors Immigration Service Conference (GDISC)** – Reúne, numa base regular, os Directores Gerais dos Serviços de Imigração Europeus, tendo vindo a assumir-se como um fórum privilegiado em matéria de cooperação prática e *benchmarking* entre os Estados-Membros da União Europeia.

O SEF participou nas **reuniões gerais**, bem como noutras iniciativas e projectos desenvolvidos pelo GDISC, no âmbito do asilo, gestão do fenómeno migratório, imigração ilegal, organização e estrutura dos serviços de imigração.

- **Organização para a Segurança a Cooperação na Europa (OSCE)** – A OSCE propõe-se promover a paz, estabilidade e cooperação entre os Estados, tendo como principais áreas de intervenção, a segurança e a gestão de fronteiras e matérias conexas, combate ao terrorismo, crime organizado, tráfico de seres humanos, narcotráfico, tráfico ilegal de armas, e a não-proliferação de armas.

- Participação na reunião **ASEM** para Directores Gerais de Imigração sobre gestão de fluxos migratórios entre a Ásia e a Europa, realizada em Seul em Novembro deste ano.

Em 2007, o SEF participou em vários eventos na área das migrações, designadamente, as **Conferências de Alto Nível e Seminários sobre**

“Tráfico de Seres Humanos”, bem como em conferências subordinadas à temática da segurança de documentos de viagem.

Secção 4. Cooperação internacional

No domínio da Cooperação Internacional, ocorreram múltiplas iniciativas de natureza diversa, as quais visaram estreitar as relações e o diálogo entre o SEF e outras entidades e serviços congéneres, com especial ênfase para o reforço das relações com os países Lusófonos, na área da formação e cooperação técnica.

Neste sentido, no que respeita à CPLP, durante o ano de 2007, foi intensificada a cooperação do SEF com os serviços congéneres de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe⁵⁵, com especial incidência para a área da formação, como referido no capítulo próprio.

No domínio da informática, realce para a participação nos projectos de cooperação técnico-policial do MAI/IPAD para a implementação do **Sistema Informático de Emissão de Passaportes em S. Tomé e Príncipe** e do respectivo Sistema de Informação do Passaporte de São Tomé, bem como os projectos de instalação de um **Laboratório de Fraude Documental em Cabo Verde** e de integração dos Postos Consulares cabo-verdianos no Sistema de Emissão de Passaportes deste país e apoio à consolidação do Sistema de Informação da DEF⁵⁶ e das suas infra-estruturas de suporte.

Neste contexto, sublinha-se a participação de funcionários do SEF em **Missões de Acompanhamento** das acções de cooperação MAI em Angola, Cabo Verde e Moçambique e o apoio jurídico prestado pelo Serviço para a elaboração do novo regime jurídico de estrangeiros de S. Tomé e Príncipe, bem como a continuação da dinamização do **Observatório dos Fluxos Migratórios da CPLP**.

Em paralelo, o SEF promoveu e/ou participou em **iniciativas internacionais** com diversos Serviços Congéneres, tanto europeus (nomeadamente Espanha, Suíça, Hungria, Sérvia e Letónia) como de Estados Terceiros (nomeadamente Brasil, Senegal e Macau/China).

No que se refere à Europa, há a destacar no quadro da cooperação com **Espanha**, a realização do Seminário Luso-Espanhol sobre Documentação de Segurança, em Vilar Formoso; o intercâmbio de funcionários dos Aeroportos de Lisboa e *Barajas*, para apoio mútuo no contexto da pressão migratória da América do Sul; a participação em diversas operações, designadamente na operação “Nova Lei” (por ocasião da entrada em vigor da nova lei de estrangeiros em Portugal), com o objectivo de avaliar os fluxos de potenciais imigrantes ilegais, e na “Operação Alto Impacto”, realizada na fronteira franco-espanhola.

⁵⁵ Basicamente enquadrado pelos Projectos de Cooperação Técnico Policiais do MAI/IPAD.

⁵⁶ Direcção de Estrangeiros e Fronteiras de Cabo Verde.

De salientar, ainda, a cooperação com as autoridades espanholas realizada nos Postos Mistos de Fronteira, cujo regular intercâmbio de informações tem permitido alcançar resultados positivos na cooperação transfronteiriça bem como na execução de mandados de captura internacionais.

A convite das autoridades suíças, uma delegação de peritos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras deslocou-se àquele país para apoio na instalação do *SISone4all*.

Fora do contexto europeu, sublinha-se o lançamento da Campanha de Sensibilização **Luso Brasileira** sobre o tráfico de seres humanos, onde foi apresentada a publicação do Conselho da Europa “*You are not for sale*”, em língua portuguesa, e divulgados os respectivos Planos Nacionais de luta contra o tráfico de seres humanos.

O reforço nas relações de cooperação com o Senegal, tendo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras recebido em Lisboa a Directora da Polícia Aérea e de Fronteiras do Senegal, com o objectivo de reactivar o Protocolo de Cooperação existente entre os dois Serviços.

No decurso desta visita reconheceu-se a importância em promover um maior intercâmbio de informações e funcionários entre os dois Serviços, bem como a necessidade de apoio, especialmente em acções de formação que permitam a actualização dos elementos da polícia senegalesa nas áreas das fronteiras aéreas e marítimas, na fraude documental e dactiloscopia.

Neste contexto, em Dezembro de 2007 e em articulação com as autoridades senegalesas, Inspectores do SEF, realizaram uma acção de formação sobre documentação electrónica e biométrica junto dos Consulados da UE representados em Dakar, e uma acção de formação em fraude documental a 18 funcionários da Polícia Aérea e de Fronteiras do Senegal.

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras foi igualmente convidado a colaborar com as forças de segurança de Macau na organização de um seminário Pan-Asiático em documentação de segurança e detecção de falsificações, o qual decorreu em Macau, de Maio a Junho.

O resultado desta colaboração foi, sobretudo, ao nível da disponibilização de formadores do SEF na área da fraude documental.

Esta colaboração foi feita ao abrigo do Protocolo de Cooperação assinado em 2003 entre o Ministério da Administração Interna de Portugal e o Secretário para a Segurança da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).

Esta iniciativa muito contribuiu para estreitar os laços de cooperação com as autoridades congéneres da RAEM e da República Popular da China, tendo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras sido já formalmente convidado a efectuar uma visita de trabalho à China.

Na sequência de contactos iniciados em 2006, foi efectuada uma visita de trabalho ao Serviço Federal de Migração da Federação Russa por uma delegação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, chefiada pelo seu Director Geral.

Durante esta visita foi, evidenciada, por ambas as partes a necessidade de reforçar a cooperação entre os dois Serviços, designadamente através da assinatura de um Protocolo de Cooperação/Memorando de Entendimento que servirá de enquadramento das acções de cooperação bilaterais a desenvolver no futuro, numa base regular.

Sem prejuízo da participação dos seus funcionários no quadro da União Europeia, o SEF possui dois funcionários na Missão da **EUBAM**⁵⁷, na fronteira entre a República da Moldávia e Ucrânia e um funcionário em funções junto do Departamento de Migração de **Timor-Leste**, com a colocação de um segundo elemento em Dezembro, no âmbito da missão das Nações Unidas em Timor.

Secção 5. Oficiais de ligação

No que respeita à actuação dos oficiais de ligação de imigração colocados junto das Embaixadas de Portugal em Dakar/Bissau, Kiev, Brasília, Bucareste, Cidade da Praia e São Tomé, é de destacar o seu contributo para o reforço do diálogo e a cooperação efectiva com as entidades nacionais e locais dos respectivos países, nomeadamente no âmbito do combate, a partir da origem, da imigração ilegal e da regulação dos fluxos migratórios, na verificação e acompanhamento do processo de emissão de vistos, bem como auxiliando a investigação criminal, atentas as características transnacionais deste tipo de criminalidade.

Cumpr igualmente destacar o trabalho desenvolvido por estes oficiais no âmbito da Presidência Portuguesa da UE, designadamente na preparação e condução de reuniões de oficiais de ligação na área JAI EU/Rússia, EU/Ucrânia e EU/Balcãs Ocidentais.

Secção 6. Outros eventos

No decurso do período em referência, a imigração e as temáticas a ela associadas foram ainda abordadas por via de um conjunto alargado de eventos de natureza e propósitos diversos, dos quais alguns o SEF organizou ou participou, para além de outros eventos referidos pelo presente relatório no enquadramento específico, nomeadamente no que se prende com a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, destacando-se, como mais significativos:

- Reunião da **ICAO NTWG**, organizada pelo Grupo das Novas Tecnologias da ICAO e Organização Internacional da Aviação Civil, que juntou peritos de várias nacionalidades, internacionalmente reconhecidos, em matéria de aplicação de novas tecnologias à documentação de segurança e viagem (Sesimbra, de 6 a 9 de Fevereiro).

⁵⁷ *European Union Border Assistance Mission to Moldova and Ukraine.*

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

- Visita de S.E. o Ministro de Estado e da Administração Interna, Dr. António Costa, ao **Centro de Contacto** do SEF (26 de Fevereiro).
- Cerimónia na Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, com a presença dos Ministros da Administração Interna de Cabo Verde e de Portugal, durante a qual se fez a apresentação da integração dos Postos Consulares no **Sistema de Emissão de Passaportes de Cabo Verde** e emissão do primeiro passaporte a partir do sistema central (21 de Fevereiro).
- Participação do SEF na Segurex – Salão Internacional da Protecção e Segurança, onde o projecto M-PEP (PEP Móvel) ganhou o **Prémio Inovação** no concurso lançado pelo Espaço Inovação (Lisboa, 14 a 17 Março).
- Cerimónia de formalização do compromisso da República Portuguesa para o processo de adesão dos novos Estados-Membros da União Europeia ao Espaço *Schengen*, através do projecto **SiSone4ALL** (27 de Março).
- Participação do SEF na 24ª Edição da **Ovibeja**, realizada no Parque de Feiras e Exposições de Beja (28 de Abril a 6 de Maio).
- Passagem para o SEF do controlo de pessoas nos **postos de fronteira marítima** de Leixões, Póvoa do Varzim, Aveiro, Nazaré, Sines, Olhão, Faro, Portimão, Peniche, Cascais, Setúbal e Sesimbra (12 a 23 de Abril de 2007).
- Apresentação no Aeroporto de **Faro** do novo Sistema de Controlo de Fronteira para Passaportes Electrónicos – SCF e a prova de conceito do Projecto **RAPID** – Reconhecimento Automático de Passageiros Identificados Documentalmente (26 de Abril).
- Celebração do **Dia Mundial da Criança** (1 de Junho) no SEF através da realização de um evento de animação personalizada na sede do atendimento da Direcção Regional de Lisboa, na Avenida António Augusto Aguiar, n.º 20 (31 de Maio)
- Início da produção, na área das partidas do Aeroporto de Faro, de 5 portas do **RAPID** – Reconhecimento Automático de Passageiros Identificados Documentalmente, sistema que permite o controlo automatizado de passageiros munidos de passaporte electrónico (12 de Junho).
- Cerimónia comemorativa do 31.º Aniversário do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Celebração do **Dia do SEF**, presidida por S.E. o Ministro da Administração Interna Dr. Rui Pereira, no Museu da Electricidade (4 de Julho).
- Participação do SEF na **Mostra POR TI 2007**, que decorreu na FIL, inaugurada por S.E. o Primeiro-ministro (10 a 12 de Julho).
- Cerimónia para assinalar a decisão da Presidência do Conselho da União Europeia, no sentido do reconhecimento de que o projecto português **SiSone4ALL** se encontrava “tecnicamente pronto”, dando cumprimento ao compromisso que Portugal assumira no dia 27 de Março (31 de Agosto).

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

- Inauguração das estações **RAPID** no **Terminal 2** do Aeroporto de Lisboa, por S.E. o Ministro da Administração Interna (3 de Agosto).
- No âmbito do **Dia Europeu de Luta contra o Tráfico de Seres Humanos**, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras assinalou a data com uma cerimónia no auditório da sede do Serviço (18 de Outubro).
- Realização de uma conferência de imprensa, com a presença de S.E. o Ministro da Administração Interna Dr. Rui Pereira, e do Director Executivo da FRONTEX, Ilkka Laitinen, sobre o primeiro exercício das Equipas de Intervenção Rápida nas Fronteiras (**RABITs**), organizado pela Presidência Portuguesa (Ministério da Administração Interna/Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) e pela Agência FRONTEX, no Aeroporto Francisco Sá Carneiro/Porto (6 de Novembro).
- Conferência sobre “**Fraude e roubo de identidade**, a logística do crime organizado”, presidida por S.E. o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna Dr. José Magalhães, realizada em Tomar pelo MAI/Gabinete Coordenador de Segurança, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, contando com a participação activa do SEF (7 de Novembro).
- Realização da **Reunião Chefes SIRENE**, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia (Évora, 7 e 8 Novembro).
- Aprovação pelo Conselho de Justiça e Assuntos Internos, presidido pelo Ministro da Administração Interna Dr. Rui Pereira, das conclusões do **Processo de Avaliação Schengen**, as quais reconhecem que os novos Estados-Membros cumprem todas as condições para a plena aplicação do Acervo de *Schengen* aos seus territórios (8 de Novembro).
- Lançamento pelo SEF da campanha contra o tráfico de seres humanos “**Não estás à venda**”, no âmbito de um Seminário sobre esta temática, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa (16 de Novembro).
- Celebração do **Natal** na Unidade Habitacional de Santo António (**UHSA**), com a presença de S.E. o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, Dr. José Magalhães, na qual foi ainda apresentado o Relatório – “UHSA – A Experiência Portuguesa da Instalação Temporária” - realizado pelo Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD - (20 de Dezembro).
- **Dia Internacional do Migrante** através de uma cerimónia, na área de Atendimento da sede da Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo. Nesta âmbito, foram entregues Autorizações de Residência, concedidas a cidadãos estrangeiros, ao abrigo do artigo 88 n.º 2 da nova Lei de Estrangeiros (18 Dezembro).

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

- Arranque, no Aeroporto de Lisboa, do **controlo biométrico de vistos – BIODEV**-com suporte em impressões digitais, para cidadãos estrangeiros com vistos emitidos no Posto Consular Português em Dakar (11 de Dezembro).
- Entrada em funcionamento do novo sistema de controlo de fronteira **RAPID** - Reconhecimento Automático de Passageiros Identificados Documentalmente, no Aeroporto do **Funchal**, assegurando o controlo automatizado de fronteira para todos os titulares, maiores de idade, de passaportes da União Europeia (16 de Dezembro).



PARTE III

Medidas Legislativas, Administrativas e Técnicas no Âmbito da Imigração, Asilo e Controlo de Fronteiras

PARTE III

Medidas legislativas, administrativas e técnicas no âmbito da imigração, asilo e controlo de fronteiras

Capítulo 1 – Medidas legislativas

No ano de 2007 registaram-se alterações substanciais no quadro legal relativo à imigração, merecendo destaque a aprovação da nova lei de estrangeiros, através da Lei 23/2007, de 4 de Julho. Este diploma constitui um elemento chave do **programa de reforma legislativa no domínio da imigração e asilo**, concretizando, na dimensão legislativa, a política nacional de imigração, estruturada em torno da regulação dos fluxos migratórios; promoção da imigração legal; luta contra a imigração clandestina e integração de imigrantes.

Segundo uma classificação temática, durante o período em referência registaram-se as seguintes alterações legislativas:

Secção 1. Gestão da imigração

Comummente designado por “Lei de Estrangeiros” o regime legal aplicável a nacionais de países terceiros em Portugal consagra, entre outros aspectos, as regras relativas, à admissão de estrangeiros, tipos de vistos e condições para a sua emissão, reagrupamento familiar, permanência e afastamento de território nacional, disposições criminais e contra-ordenacionais específicas do domínio da imigração e taxas aplicáveis aos serviços prestados.

Através da **Lei 23/2007**, de 4 de Julho, foi aprovado o novo regime jurídico relativo à entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território português, bem como ao estatuto de residente de longa duração.

Em traços gerais, tendo como pressuposto uma abordagem global do fenómeno migratório, o novo regime legal teve como principais propósitos:

- **Desburocratizar os processos**, designadamente através da uniformização dos títulos que permitem aos estrangeiros viver e trabalhar em Portugal. Neste contexto, os titulares de autorizações de permanência, visto de trabalho, visto de estada temporária com autorização para trabalho e prorrogação de permanência com autorização de trabalho, são titulados com uma autorização de residência, aquando da renovação dos respectivos títulos, contabilizando-se, para o efeito, o período que permaneceram legalmente em território nacional.

- **Estimular a imigração legal**, definindo novas regras para a admissão de trabalhadores, para o reagrupamento familiar e para a atracção de imigração qualificada/sazonal. Nesta vertente, destaca-se ainda a consagração de um conjunto de direitos, como o acesso ao exercício de uma actividade profissional, à educação ou à saúde, positivando o estatuto jurídico dos titulares de autorização de residência.

O regime da concessão de autorização de residência com dispensa de visto, é alargado, nomeadamente no caso de crianças que tenham nascido em Portugal, aqui permanecido ilegalmente e se encontrem a frequentar a educação pré-escolar, o ensino básico, o ensino secundário ou profissional bem como aos progenitores que sobre elas exerçam o poder paternal efectivo.

- **Reforçar o combate à imigração ilegal**, designadamente por via do agravamento das sanções para a exploração de imigrantes ilegais, destacando-se o agravamento da moldura penal do crime de auxílio à imigração ilegal e das coimas aplicáveis às entidades empregadoras, e a criminalização do casamento por conveniência, visando defraudar a legislação de estrangeiros e de nacionalidade. Por outro lado, é aumentada a protecção às vítimas de tráfico de seres humanos e às pessoas alvo de acções de auxílio à imigração ilegal, designadamente através da concessão de autorização de residência a vítimas de tráfico de pessoas e de acções de auxílio à imigração ilegal que colaborem com a justiça. Foi ainda eliminada a possibilidade de aplicação da prisão preventiva no âmbito da expulsão⁵⁸, privilegiando-se as medidas de coacção de colocação em centro de instalação temporária ou a vigilância electrónica.

- Transposição para a ordem jurídica interna de **Directivas** da União Europeia⁵⁹ relativas ao direito ao **reagrupamento familiar**, ao **apoio em caso de trânsito** para efeitos de afastamento por via aérea, ao estatuto de **residentes de longa duração**, ao título de **residência para vítimas do tráfico de seres humanos**, à obrigação de **comunicação de dados dos passageiros** pelas transportadoras, à **admissão de estudantes e pessoas para formação não remunerada** ou de voluntariado e **admissão** para efeitos de **investigação científica**. De realçar a Directiva n.º 2003/109/CE do Conselho, de 25 de Novembro de 2003, relativa ao novo estatuto de residentes de longa duração

⁵⁸ Expulsão administrativa de imigrantes em situação ilegal ou expulsão judicial de imigrantes em situação legal, sem conexão com procedimentos criminais.

⁵⁹ Vide capítulo referente à implementação de legislação comunitária.

(superior a 5 anos), o qual encerra um acervo alargado de direitos equiparados aos concedidos aos cidadãos nacionais, bem como o direito de circulação e fixação no espaço europeu.

A lei de estrangeiros (Lei 23/2007) foi regulamentada através do **Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de Novembro**, que para além de estabelecer os pressupostos necessários à instrução processual de todas as matérias relativas à imigração, vem ainda definir, que estes procedimentos sejam reduzidos ao máximo indispensável, promovendo a informação inter-serviços, evitando deste modo, deslocações diversas a várias entidades, para a resolução de um mesmo problema. Este diploma vai de encontro ao que vem sendo definido, tendo em vista a criação de uma administração moderna e eficiente.

Por outro lado, a Lei 23/2007, de 4 de Julho e respectivo decreto regulamentar, foram complementados através de portarias que concretizaram diversos aspectos dos regimes legais consagrados na referida lei, nomeadamente:

- **Portaria N.º 727/2007**, publicada em Diário da República, 2ª série – N.º 172, de **6 de Setembro de 2007**, veio definir os quantitativos das taxas e demais encargos, a cobrar pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, devidos pelos procedimentos administrativos inerentes à concessão de vistos em postos de fronteira, à prorrogação de permanência em Portugal, à emissão de documentos de viagem, à concessão e renovação de autorizações de residência, à disponibilização de escolta, à colocação de estrangeiros não admitidos em centros de instalação temporária e à prática dos demais actos relacionados com a entrada ou permanência de estrangeiros no País.

- **Portaria N.º 1079/2007**, de **16 de Novembro**, que estabelece os limites etários mínimo e máximo, para efeitos de concessão de visto de residência para frequência do ensino secundário.

- **Portaria N.º 1563/2007**, de **11 de Dezembro**, que fixou os critérios uniformes e definiu os meios de subsistência de que devem dispor os cidadãos estrangeiros para entrada, permanência ou residência em território nacional, definidos como os recursos estáveis e regulares suficientes para as necessidades essenciais do cidadão estrangeiro no que respeita a alimentação, alojamento e cuidados de saúde e higiene.

- **Portaria N.º 287/2007**, de **16 de Março**, que define a desmaterialização dos boletins de alojamento de estrangeiros a enviar pelos estabelecimentos hoteleiros ao SEF. Neste âmbito, foi celebrado um protocolo entre o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Associação de Hotéis de Portugal, de forma a acelerar a adesão de novos procedimentos.

Finalmente, o **Decreto-Lei N.º 368/2007 de 5 de Novembro** resultou da necessidade de dar cumprimento ao disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 109.º, no n.º 2 do artigo 111.º e no n.º 2 do artigo 216.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho. Este diploma consagra a protecção das vítimas do crime de tráfico de pessoas criando, para esse efeito, um regime especial de concessão de autorização de residência. Este regime especial dispensa a verificação, no caso concreto, da necessidade da sua permanência em território nacional no interesse das investigações e dos procedimentos judiciais e prescinde da vontade clara de colaboração com as autoridades na investigação e repressão do tráfico de pessoas ou do auxílio à imigração ilegal.

No que se relaciona com a vertente migratória, de realçar ainda a **Lei N.º 51/2007 de 31 de Agosto**, que define os objectivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2007-2009. Entre os seus objectivos específicos prevê-se a prevenção e repressão de associações criminosas dedicadas ao tráfico de pessoas e a promoção da protecção de vítimas especialmente indefesas (art.º 2º), elencando-se como crimes de prevenção prioritária o tráfico de pessoas, o auxílio à imigração ilegal (art.º 3º). Por seu lado, o art.º 5º incluiu os imigrantes entre as vítimas especialmente indefesas.

Secção 2. Entrada e controlo de fronteira

No domínio do controlo de fronteira, há a assinalar o **Despacho N.º 6781-A/2007**, de 4 de Abril, do Ministro da Administração Interna, (DR, 2ª série, N.º 69, de 9 de Abril de 2007) onde o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras passa a assumir as funções de controlo de pessoas nos postos de fronteira marítima externa de Peniche, Cascais, Setúbal, Sesimbra, Aveiro, Nazaré, Olhão, Faro, Portimão, Leixões, Póvoa de Varzim e Sines, até então asseguradas pela Brigada Fiscal da GNR. Esta passagem do controlo, efectuou-se de forma gradual e nos termos do calendário predefinido no referido despacho.

Atentas as competências do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras no que respeita ao controlo das fronteiras marítimas externas, de referir também o **Decreto N.º 16/2007, de 27 de Julho**, emanado pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, pelo qual o Governo aprovou as alterações à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974 (Convenção SOLAS 74), introduzindo um novo capítulo, XI-2 e um Código Internacional para a Protecção (*security*) dos Navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS), destinadas a reforçar a protecção (*security*) dos navios utilizados no tráfego internacional e das instalações portuárias conexas. Foram, ainda, adoptadas emendas ao capítulo V, “Segurança da navegação”, e ao capítulo XI-1 “Medidas especiais para reforçar a segurança marítima”.

Ainda dedicados às fronteiras marítimas, o **Decreto-Lei N.º 370/2007**, de 6 de Novembro, que veio regular os procedimentos aplicáveis ao acesso e saída de embarcações de portos nacionais e a verificação da respectiva documentação, e o **Decreto-Regulamentar N.º 86/2007**, de 12 de Dezembro, que veio estabelecer as formas de articulação nos espaços marítimos entre as entidades competentes, nomeadamente as que integram a Autoridade Marítima.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Neste contexto, ao nível da imigração ilegal e tráfico de seres humanos, este diploma consagra que os órgãos e serviços da Marinha/AMN e da GNR, passam a realizar sob coordenação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, todas as acções de vigilância e fiscalização nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional em matéria de imigração ilegal e tráfico de seres humanos, podendo exercer as respectivas medidas cautelares necessárias e adequadas.

Desta forma, compete ao SEF a condução de todos os processos respeitantes a ilícitos no âmbito da imigração ilegal por via marítima.

Secção 3. Integração

Dando continuidade ao compromisso de uma política inclusiva de imigração, foi adoptado o **Plano para a Integração de Imigrantes (PII)**, aprovado através da **Resolução de Conselho de Ministros N.º 63-A/2007**, publicada em Diário da República, 1ª série – N.º 85, de 3 de Maio de 2007.

Este Plano encerra a estratégia nacional e os objectivos do Estado em matéria de acolhimento e integração de imigrantes, em articulação com o controlo dos fluxos migratórios e com a ajuda ao desenvolvimento dos países de origem. Para o efeito identifica um conjunto de 120 medidas dirigidas a áreas sectoriais, tais como o Trabalho, Emprego e Formação Profissional, Habitação, Saúde, Educação, Cultura e Desporto, Solidariedade e Segurança Social e Justiça.

Neste âmbito, cabe ao Ministério da Administração Interna e, em particular ao SEF, um papel de relevo entre as entidades responsáveis pela implementação destas medidas.

Secção 4. Protecção a refugiados e asilo

Em 2007, o quadro jurídico-legal referente ao asilo e refugiados foi enriquecido através da **Resolução de Conselho de Ministros N.º 110/2007**, de 12 de Julho, publicada em Diário da República, 1ª série – N.º 160, de 21 de Agosto de 2007, sobre as condições de acolhimento anual, nomeadamente no quadro de pedidos de **reinstalação de refugiados**, nos termos do previsto no artigo 27º da Lei N.º 15/98, de 26 de Março (Lei de Asilo). Concretizam-se por esta via, as políticas activas de acolhimento e apoio aos asilados, em coordenação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e com o Conselho Português para os Refugiados.

Secção 5. Jurisprudência

Em termos de jurisprudência publicada no decurso do ano de 2007, relativa a imigração e asilo, merece referência:

O Acórdão N.º 396/2007 do Tribunal Constitucional que nega provimento ao recurso para declaração de inconstitucionalidade do art.º n.º 1 do Código Penal, por violação do art.º 18º n.º 2 da Constituição e da autorização legislativa contida na Lei N.º22/2002, de 21 de Agosto, no que se prende com a criminalização do favorecimento à permanência ilegal de cidadãos estrangeiros, consagrada no Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro, ao dar nova redacção ao art. 134º-A, nº2 do DL nº 244/98, com fundamento na violação do art.º 165º n.º1, alínea c) da Constituição.

O Acórdão N.º 30/2007 do Tribunal Constitucional que julga conforme à Constituição o art.º 25º da Lei de Processo dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/85, de 16 de Julho, interpretada no sentido de não admitir imediato recurso contencioso contra uma informação/parecer não vinculativo da Inspecção-Geral do Trabalho sobre um contrato de trabalho, no âmbito de um procedimento de autorização de permanência em território nacional de cidadão estrangeiro, com fundamento na violação dos art.ºs 20º e 268º, n.º 4, da Lei Fundamental.

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 15 de Maio de 2007 (Proc. N.º 1176/06), que decide negar provimento ao recurso sobre decisão de expulsão de cidadão estrangeiro, pelo facto de ter permanecido ilegalmente em território nacional, determinada ao abrigo dos artigos 117º a 121º do Decreto-Lei N.º 244/98, de 8 de Agosto com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei N.º 34/2003, de 25 de Fevereiro. O art.º 118º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei N.º 244/98, na redacção do Decreto-Lei N.º 34/2003, instituiu, em lei posterior, um modelo especial de concretização do direito de participação procedimental que prefere ao regime geral fixado no art.º 100º e seguintes do CPA. A fundamentação que declara abonar-se na factualidade que se considerou adquirida no respectivo relatório, satisfaz as exigências de fundamentação formal expressa, de acordo com o modelo remissivo da segunda parte do art.º 135 do CPA, ficando o relatório a fazer parte integrante do respectivo acto.

Secção 6. Transposição de legislação comunitária no domínio da imigração e asilo

Directivas transpostas no âmbito da nova lei de estrangeiros (Lei N.º 23/2007)

Como acima referido, através da nova lei de estrangeiros, foram transpostas para a ordem jurídica interna as seguintes directivas:

- Directiva n.º 2003/86/CE do Conselho, de 22 de Setembro de 2003, relativa ao direito ao **reagrupamento familiar**;
- Directiva n.º 2003/110/CE do Conselho, de 25 de Novembro de 2003, relativa ao **apoio em caso de trânsito** para efeitos de afastamento por via aérea;

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

- Directiva n.º 2003/109/CE do Conselho, de 25 de Novembro de 2003, relativa ao estatuto dos nacionais de Estados terceiros **residentes de longa duração**;
- Directiva n.º 2004/81/CE do Conselho, de 29 de Abril de 2004, relativa ao título de **residência** concedido aos nacionais de Estados terceiros que sejam **vítimas do tráfico de seres humanos** ou objecto de uma acção de auxílio à imigração ilegal, e que cooperem com as autoridades competentes;
- Directiva n.º 2004/82/CE do Conselho, de 29 de Abril de 2004, relativa à obrigação de **comunicação de dados dos passageiros** pelas transportadoras;
- Directiva n.º 2004/114/CE do Conselho, de 13 de Dezembro de 2004, relativa às condições de **admissão** de nacionais de Estados terceiros para efeitos de estudos, de **intercâmbio de estudantes, de formação não remunerada** ou de voluntariado;
- Directiva n.º 2005/71/CE do Conselho, de 12 de Outubro de 2005, relativa a um procedimento específico de **admissão** de nacionais de Estados terceiros para efeitos de **investigação científica**.

Em simultâneo, a mesma lei procedeu à consolidação no direito nacional da transposição dos seguintes actos comunitários:

- a) Decisão-Quadro do Conselho, de 28 de Novembro de 2002, relativa ao reforço do quadro penal para a **prevenção do auxílio à entrada, ao trânsito e à residência irregulares**;
- b) Directiva n.º 2001/40/CE, do Conselho, de 28 de Maio de 2001, relativa ao reconhecimento mútuo de **decisões de afastamento** de nacionais de Estados terceiros;
- c) Directiva n.º 2001/51/CE, do Conselho, de 28 de Junho, que completa as disposições do artigo **26.º da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen**, de 14 de Junho de 1985;
- d) Directiva n.º 2002/90/CE, do Conselho, de 28 de Novembro, relativa à definição do **auxílio à entrada, ao trânsito e à residência irregulares**.

Na área do asilo, estão em curso os processos de transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 2004/83/CE, do Conselho, de 29 Abril, que estabelece as “Normas mínimas relativas às condições a preencher para beneficiar do estatuto de refugiado” (Directiva de qualificação) e da Directiva n.º 2005/85/CE do Conselho de 1 Dezembro, relativa às “Normas mínimas aplicáveis ao procedimento de concessão e retirada do estatuto de refugiado” (Directiva de procedimentos), no âmbito da futura Lei de Asilo, cuja proposta de Lei foi já apresentada pelo governo à Assembleia da República.

Capítulo 2 – Medidas técnicas e administrativas

Na esfera da actuação administrativa e técnica, em 2007 foi dada continuidade à estratégia de modernização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, cuja concretização assentou num conjunto diversificado de medidas de natureza administrativa e técnica, de grande impacto para a gestão da imigração e do asilo em Portugal.

A filosofia de actuação subjacente a este esforço de modernização do SEF visou a renovação tecnológica, da desburocratização e do reforço da qualidade dos serviços, numa **perspectiva global e integrada da imigração**, onde ressalta a aproximação aos cidadãos e a tutela dos seus direitos fundamentais, com salvaguarda os valores associados à segurança que os condicionalismos da realidade mundial impõem.

Neste contexto, pela sua dimensão ou significado para a melhoria dos serviços, merecem destaque as seguintes iniciativas:

Secção 1. Medidas técnicas

A concretização da estratégia de modernização empreendida pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras determinou, no período em análise, a continuidade de um conjunto de projectos estruturantes, de entre os quais, em razão do seu significado ou dimensão, se destacam:

- Continuação da implementação do sistema de emissão do Passaporte Electrónico Português (PEP) e dos seus sub-projectos **Serviço de Última Hora**⁶⁰ e **PEP móvel**⁶¹. Este projecto foi distinguido com o **Prémio Inovação** na edição 2007 do Segurex - Salão Internacional da Protecção e da Segurança 2007.

- **Projecto SISone4ALL** – Concepção e implementação das componentes nacionais do Sistema de Informação *Schengen*, permitindo o alargamento do Espaço Europeu de Livre Circulação de Pessoas aos territórios da Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, República Checa, Letónia, Lituânia, Polónia e Malta. A concretização deste alargamento foi o acto que encerrou a Presidência Portuguesa da UE⁶² e constitui um marco na consolidação de um Espaço Europeu Comum de Liberdade, Segurança e Justiça.

- Projecto **RAPID** (Reconhecimento Automático de Passageiros Identificados Automaticamente), trata-se do primeiro sistema do mundo a permitir o controlo automatizado de passageiros munidos de passaportes electrónicos, com reconhecimento biométrico através da face. Este projecto permite racionalizar o

⁶⁰ Permite a emissão de passaportes provisórios nos aeroportos, em situações de emergência.

⁶¹ Equipamento de quiosques portáteis de recolha dos elementos necessários à emissão do passaporte (imagem, impressões digitais e assinatura do requerente) a requerentes impossibilitados de se deslocarem a um Posto de Recolha para emissão do PEP.

⁶² Em 21 de Dezembro de 2007.

controlo de fronteira, com aumento do fluxo de pessoas e garantia de maior segurança. O RAPID foi incluído no Plano Tecnológico e SIMPLEX'07.

- Início do desenvolvimento do Sistema do **Workflow e Gestão Documental**, visando a desmaterialização dos processos, monitorização e automatização da sua marcha, na perspectiva de eficiência no atendimento e de racionalização de recursos humanos a ser implementado em 2008.

- Início do complexo e difícil processo de conversão do actual Sistema Integrado de Informação (SII) no futuro **Sistema de Informação do SEF (SI-SEF)**, tanto no que diz respeito à plataforma tecnológica que lhe dá suporte, como nas funcionalidades aplicacionais para os utilizadores, e totalmente integrado com o sistema de *front-office (workflow)* a implementar em 2008. O futuro Sistema de Informação do SEF permitirá aumentar a produtividade dos serviços, através da redução substancial de passos necessários à execução das mesmas tarefas.

- Implementação do sistema experimental do **visto biométrico**, garantindo a futura interoperabilidade com o sistema VIS⁶³ no processo de controlo de fronteiras para cidadãos de países terceiros que carecem de visto para entrar em Portugal.

- **Sistema de Controlo de Fronteiras (SCF)**, permitindo a realização do controlo de pessoas e documentos num tempo médio inferior a 8 segundos, com consulta em tempo real às Bases de Dados de Pessoas e Documentos de *Schengen* e das Medidas Cautelares, com óbvias vantagens em termos de celeridade, eficácia, segurança e racionalização de recursos.

- Na sequência da entrada em vigor da nova lei de estrangeiros foi criado o **Sistema Automático de Pré-Agendamento (SAPA)** para utilização *on-line*, visando a manifestação de interesse dos requerentes relativamente aos regimes legais previstos nos art.ºs 88 e 89 da Lei N.º 23/2007, de 4 de Julho.

Secção 2. Medidas administrativas

- Ao nível da melhoria das condições de atendimento ao público, não deve esquecer-se o **sistema de agendamento on-line**, através do Portal do SEF, bem como o papel do **Centro de Contacto do SEF**, multicanal e multilingue, que deu resposta a mais de 300.000 chamadas telefónicas em 2007.

- Neste âmbito, foi ainda **alargado o pré-agendamento** para atendimento ao público nos balcões do SEF nas áreas de Lisboa, Cascais, Porto e Setúbal.

- Ainda no âmbito do reforço da qualidade do atendimento ao público, as Delegações de Castelo Branco, Guarda, Portimão e Vila Real foram dotadas de **novas instalações** e procedeu-se à melhoria das instalações da Direcção Regional da Madeira. Bem como à abertura de um posto de atendimento ao

⁶³ Visa Information System/Sistema de Informação sobre Vistos

público na **Loja do Cidadão de Odivelas**. Ao nível dos postos de fronteira, foram dotados de novas instalações os postos marítimos de Aveiro, Nazaré, Póvoa do Varzim, Peniche, Aveiro, Leixões, Faro, Portimão, Sines e Setúbal.

- **Campanha de Sensibilização sobre Tráfico de Seres Humanos**, com a apresentação da publicação do Conselho da Europa “*You are not for sale*” em versão portuguesa, sob o mote “Não estás à venda” destinada a sensibilização da sociedade para esta temática, em particular estudantes, profissionais da Saúde e outros agentes que actuam nas áreas problemáticas de cariz social. Iniciada em 2007, a campanha terminará em Outubro de 2008.

- Celebração de **Protocolo de Cooperação com a Associação Brasileira de Portugal**, para disponibilização de Mediadores sócio-culturais para atendimento na Delegação Regional de Setúbal do SEF, visando facilitar a comunicação e agilizar o acesso dos imigrantes aos serviços prestados.

- Ocupação de 12 pontos de passagem de fronteira marítima autorizada, nos termos do Código de Fronteiras *Schengen*, até então sob responsabilidade da BF/GNR.

- Celebração de **Protocolo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses**, em 27 de Setembro de 2006, permitindo a plena concretização da emissão de Certificados de Residência a cidadãos UE e seus familiares, conforme previsto na Lei nº 37/2006, de 9 de Agosto.

- Desenvolvimento, em parceria com a OIM, de um Projecto (Projecto *SuRRIA*), para criação de uma rede descentralizada de informação e de apoio aos imigrantes no domínio do **retorno voluntário**.

- A **Unidade Habitacional de Santo António (UHSA)**, no Porto, foi alvo de um estudo global de **avaliação**, por parte de investigadores do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Vila Real). Este estudo conclui que a UHSA se “apresenta, no contexto nacional, como uma unidade, a vários títulos, pioneira e experimental e, em última instância, com pretensões de organização modelar para uma futura geração de congéneres”. O estudo recomenda ainda que a concepção e concretização de novos centros se mantenham “fiéis à escala da UHSA, ou seja, à sua dimensão física e à capacidade total de acolhimento, dados os benefícios que a mesma comporta em termos da gestão dos espaços e dos processos relacionais, da preservação de uma abordagem de proximidade às pessoas, às suas histórias de vida e aos seus problemas e, como corolário de tudo isto, à qualidade do ambiente humano no seu interior”.



PARTE IV

Estrutura e Caracterização Organizacional do SEF

PARTE IV

Estrutura e caracterização organizacional do SEF

Capítulo 1 – Enquadramento e estrutura orgânica

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)⁶⁴ é um **serviço de segurança**, organizado hierarquicamente na dependência do Ministério da Administração Interna, com autonomia administrativa. Na sua qualidade de órgão de polícia criminal, o SEF actua no processo, nos termos da lei processual penal, sob a direcção e em dependência funcional da autoridade judiciária competente, cabendo-lhe realizar as acções determinadas e os actos delegados pela mesma autoridade.

O SEF tem como **missão** o controlo da circulação de pessoas nas fronteiras, a entrada, permanência e actividades de estrangeiros em território nacional, prevenir e reprimir a criminalidade relacionada com a imigração ilegal e o tráfico de pessoas e a instrução dos processos de concessão dos estatutos de luso-brasileiro de igualdade e de refugiados.

O SEF estrutura-se verticalmente e é dirigido por um Director Nacional, coadjuvado por três Directores Nacionais Adjuntos, compreendendo os Serviços Centrais e os Serviços Descentralizados. Os Serviços estão legalmente classificados como de natureza operacional ou de apoio. Incluem-se entre os primeiros, a Direcção Central de Investigação, Pesquisa e Análise de Informação, a Direcção Central de Fronteiras, as Direcções Regionais e Delegações, os Postos de Fronteira e os Postos Mistos, prossequindo as restantes unidades funções de apoio ou complementares, no contexto das atribuições e missão do Serviço.

⁶⁴ Decreto-Lei N.º 203/2006, de 27 de Outubro e Decreto-Lei N.º 252/2000, de 16 de Outubro.

Capítulo 2 – Competências

Na concretização da missão que lhe está legalmente atribuída, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras possui competência para vigiar e fiscalizar a **circulação de pessoas nos postos de fronteira**, incluindo a zona internacional dos portos e aeroportos. No âmbito do controlo de pessoas nas fronteiras, o SEF é competente para impedir a entrada ou saída do território português das pessoas que não satisfaçam os requisitos legalmente definidos para o efeito. De igual forma, pode impedir o desembarque de passageiros e tripulantes que se encontrem indocumentados ou em situação irregular, bem como daqueles que viajem em embarcações e aeronaves provenientes de portos ou aeroportos de risco sob o aspecto sanitário, sem prévio assentimento das competentes autoridades sanitárias.

Neste contexto, cabe-lhe ainda autorizar e verificar a entrada de pessoas a bordo de embarcações e aeronaves. Por outro lado, no que se refere às fronteiras terrestres (fronteiras internas, no conceito da Convenção de Aplicação do Acordo de *Schengen*) assegura a realização de **controles móveis** e de operações conjuntas com serviços ou forças de segurança congéneres, nacionais e espanholas.

Dentro do território português o SEF controla e fiscaliza a **permanência e as actividades dos estrangeiros** em todo o território nacional e procede à investigação dos crimes de auxílio à imigração ilegal e de outros com eles conexos, nomeadamente o crime de tráfico de pessoas, sem prejuízo da competência de outras entidades.

Em matéria de fiscalização das actividades dos estrangeiros em território nacional, cabe-lhe manter colaboração com as entidades competentes para a fiscalização do cumprimento da lei reguladora do trabalho de estrangeiros.

Na vertente da regulação dos fluxos migratórios, o SEF é a autoridade competente pela concessão de **vistos** nas fronteiras e prorrogação de vistos consulares em território português. Cabe-lhe ainda emitir parecer relativamente a pedidos de vistos consulares, nos termos legalmente definidos.

É também da sua competência reconhecer o direito ao **reagrupamento familiar**, autorizar a prorrogação da permanência de estrangeiros em território nacional, emitir autorizações de residência e documentos de viagem, nos termos legalmente determinados.

No quadro do **afastamento** de estrangeiros de território nacional, tem a seu cargo a instauração, instrução e decisão de processos de expulsão administrativa, devendo dar execução às decisões de expulsão administrativas e judiciais, bem como accionar, instruir e decidir os processos de readmissão e,

de igual forma, assegurar a sua execução. Pode ainda escoltar até ao seu destino pessoas que foram alvo de qualquer medida de afastamento.

Quanto ao **asilo**, o SEF é a entidade nacional competente para decidir sobre a aceitação da análise dos pedidos de asilo e para instruir os processos de concessão deste estatuto, assim como para a determinação do Estado responsável pela análise dos respectivos pedidos e da transferência dos candidatos entre os Estados Membros da União Europeia.

Na área do acesso à **nacionalidade**, compete-lhe emitir parecer no âmbito dos processos de acesso à nacionalidade portuguesa.

É ainda o SEF que assegura a gestão e a comunicação de dados relativos à Parte Nacional do Sistema de Informação *Schengen* (**NSIS**) e de outros sistemas de informação comuns aos Estados Membros da União Europeia, no âmbito do controlo da circulação de pessoas, bem como os relativos à base de dados de emissão dos passaportes (BADEP).

Pertence-lhe igualmente cooperar com as representações diplomáticas e consulares de outros Estados, devidamente acreditadas em Portugal, nomeadamente no repatriamento dos seus nacionais.

No **plano internacional**, o SEF assegura, por determinação do Governo, a representação do Estado Português no âmbito da União Europeia, ao nível dos Grupos de Trabalho e comités do Conselho e da Comissão para a área da Justiça e Assuntos Internos, designadamente no Comité Estratégico Imigração, Fronteiras e Asilo (CEIFA) e no Grupo de Alto Nível de Asilo Migração (GANAM), assim como no Grupo de Budapeste e noutras organizações internacionais. Assegura também, através de oficiais de ligação, os compromissos assumidos no âmbito da cooperação internacional nos termos legalmente previstos colaborando e estabelecendo formas de cooperação com serviços congéneres estrangeiros.

Capítulo 3 – Formação e recursos humanos

Secção 1. Formação

No decurso do ano de 2007, beneficiaram de formação a nível interno **3440 formandos** o que, para um universo de 1445 funcionários, resulta num rácio de 2,38 de acções por funcionário.

Na sua totalidade, o SEF ministrou **194** acções de curta duração⁶⁵, **49** de média duração⁶⁶ e **5** acções de longa duração⁶⁷.

Em termos de conteúdos, destacam-se as acções internas ministradas nas áreas **Técnica/operacional, Informática, Ciências Jurídicas e Administrativa** e ainda a formação sobre “Controlo de Fronteiras Marítimas”, no âmbito do processo de transferência dos postos de fronteira marítimos. Na vertente das **ciências jurídicas**, destaca-se a formação ministrada em Código de Procedimento Administrativo (para juristas e não juristas) e Código do Processo dos Tribunais Administrativos.

Pela sua relevância, merece especial destaque a realização de **31** acções de formação sobre “**Registo de Cidadãos Comunitários**”, dirigidas a 841 formandos dos municípios nacionais, no quadro das competências que lhes foram atribuídas pelo novo regime legal dos cidadãos da União Europeia e seus familiares (Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto de 2006) e a **formação sobre o PEP**, destinada aos funcionários dos Governos Cívicos e dos Governos Regionais da Madeira e Açores, num total de 12 acções e 161 formandos.

No que respeita à **cooperação nacional**, o SEF realizou/participou em **27** eventos de natureza formativa e/ou informativa, promovidos por um leque alargado de entidades nacionais (nomeadamente CEJ; GNR; PSP; Marinha), referindo-se, a título de exemplo, diversas palestras no Instituto de Estudos Superiores Militares sobre o SEF e as temáticas da imigração e asilo. Destaque ainda para a participação no programa do Seminário Serviço Social e Justiça (Universidade Lusíada) na vertente imigração, e na Semana “Advogar para a cidadania” – Ordem dos Advogados, com a apresentação “A tutela dos Direitos Fundamentais na nova lei de estrangeiros”.

Ao nível da **cooperação internacional**, destaca-se as acções desenvolvidas no âmbito do Projecto de cooperação Técnico-Policial do MAI, onde o SEF promoveu a realização de **20 acções** de formação no estrangeiro, repartidas por Cabo Verde (2), S. Tomé (4), Guiné - Bissau (4), Moçambique (5), Angola (5), e a primeira fase do projecto de formação de formadores dos Serviços congéneres dos PALP, decorrido em Lisboa, frequentado por 12 formandos de Angola, Cabo Verde e Moçambique, bem como o estágio de 2 elementos da Polícia Nacional/Departamento de Estrangeiros e Fronteiras de Cabo Verde.

Destaque ainda para a acção de formação sobre documentação electrónica e biométrica junto dos Consulados da UE representados em Dakar, para a acção de fraude documental a 18 funcionários da Polícia Aérea e de Fronteiras do Senegal, assim como para a organização de um seminário Pan-Asiático em documentação de segurança e detecção de falsificações na região Administrativa de Macau.

⁶⁵ até 12H

⁶⁶ 12H <= 30H

⁶⁷ >30H

Secção 2. Recursos humanos

No que concerne aos recursos humanos, no ano de 2007 os quadros do SEF foram reforçados com a entrada de 161 funcionários, através do ingresso de 43 funcionários para a Carreira de Apoio à Investigação e Fiscalização, de 11 técnicos de informática, por concurso externo, e de 104 elementos para diversas categorias, ao abrigo do regime de requisição. Em paralelo, assinala-se a saída de 39 funcionários, 11 dos quais por aposentação e 21 por ter cessado a respectiva requisição.



PARTE V

Objectivos do Serviço

PARTE V

Objectivos do Serviço

Em 2007 o SEF deu continuidade à estratégia de actuação empreendida no ano transacto, assente numa gestão por objectivos, visando uma mudança da sua cultura organizacional, norteadas pelos valores da eficácia, aproximação aos cidadãos e um aumento dos níveis de controlo e de segurança.

Em termos genéricos, os objectivos definidos para o ano em análise propunham-se aumentar a qualidade e eficácia dos serviços, aumentar os níveis de eficiência e otimizar recursos financeiros, humanos e infra-estruturas; bem como promover a motivação dos funcionários, através da formação e qualificação.

Neste sentido, os objectivos prioritários definidos para o ano de 2007 foram:

1. Melhoria da acção de fiscalização e controlo das fronteiras, concretizada através de:

1.1. Ocupação integral dos postos de fronteira marítima ainda sob a responsabilidade da GNR/Brigada Fiscal.

Objectivo plenamente atingido, com a **transferência de 12 postos de fronteira marítima**, até aí sob a alçada da Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana, concretizando o propósito de reunir numa única entidade as responsabilidades inerentes ao controlo de circulação de pessoas nas fronteiras nacionais.

1.2. Implementação do Sistema de Controlo de Fronteiras Electrónicas (SCF) nos Aeroportos Nacionais com tráfego internacional (atingir os 90%).

O objectivo foi superado, uma vez que este sistema foi implementado em todos os supra referidos aeroportos.

2 Melhoria das condições de atendimento ao público, através do cumprimento de níveis superiores de serviço prestados através de:

2.1. Diminuição média nos tempos de espera em menos 10% relativamente aos valores de 2006

Objectivo claramente superado⁶⁸. Em 2007 registou-se uma redução de 28% no tempo médio de espera, que caiu de **77'18''** em 2006 para **56'77''** no ano em análise.

2.2. Desenvolvimento do sistema de *Workflow* e Gestão Documental (atingir os 75%); com desmaterialização dos processos a partir do *Front Office* e automatização dos respectivos procedimentos

Objectivo parcialmente atingido. Para esta situação concorreram, apesar do *software* estar concluído, circunstâncias de natureza administrativa, alheias ao Serviço, que obstaram à aquisição em tempo útil do equipamento necessário. Por este motivo, verifica-se a plena produção da aplicação, em apenas duas Delegações do SEF.

3. Melhoria no combate à imigração ilegal e tráfico de pessoas, com intensificação das acções de fiscalização em mais 15%, face aos valores de 2006.

Objectivo claramente superado. Face a 2006 registou-se um aumento da actividade de fiscalização em 82,4%, comparativamente aos valores do ano anterior. Neste âmbito, no ano em apreço as Direcções Regionais levaram a cabo **6 727 acções**, das quais **3 209** foram empreendidas pelo **SEF de forma autónoma** e **3 518** em **actuação conjunta** com outras entidades, prosseguindo assim a política de combate ao emprego clandestino, à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos.

4. Valorização das competências dos recursos humanos, através do acréscimo das acções de formação interna e internacional em mais 5% face aos valores do ano anterior.

Objectivo claramente superado. No decurso de 2007 foram realizadas **188**⁶⁹ acções de formação dirigidas aos funcionários do SEF (**acções internas**), registando-se um aumento de 65% face ao ano anterior.

⁶⁸ Dados extraídos do sistema MSWait relativos ao tempo de espera nas Direcções Regionais do Algarve, Lisboa Vale do Tejo e Alentejo e Delegações Regionais de Leiria, Cascais, Santarém, Tavira e Setúbal.

⁶⁹ 4 acções de formação inicial, 75 de formação contínua (9 de tiro, 14 área operacional, 24 ciências jurídicas e 28 actuação administrativa), 34 acções de auto formação e 1 acção de formação de formadores.

A **nível internacional** o SEF concretizou um total de **26** acções formativas, representando um aumento de 13% relativamente ao ano anterior.

5. Desenvolvimento, instalação e formação nos novos Estados Membros da UE da versão actualizada do Sistema de Informação Schengen (SIS).

Objectivo claramente superado. Este projecto de concepção e implementação das componentes nacionais do Sistema de Informação Schengen, **(SISone4ALL)**, o qual constituiu um dos objectivos da Presidência portuguesa da União Europeia em 2007, que permitiu o alargamento do Espaço Europeu de Livre Circulação de Pessoas aos territórios da Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Republica Checa, Letónia, Lituânia, Polónia e Malta.

É de sublinhar que este acto encerrou a Presidência Portuguesa, em 21 de Dezembro de 2007.



CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Na execução da estratégia definida para o SEF, no decurso do ano de 2007 foi empreendido um significativo esforço, designadamente nos domínios da modernização estrutural e da produtividade, norteado por uma gestão por objectivos e com aposta nas novas tecnologias, na simplificação de procedimentos, na desburocratização e na racionalização de meios e recursos. Em síntese, deu-se continuidade a um projecto de modernização do Serviço, orientado pelos valores da aproximação aos cidadãos e da tutela dos seus direitos, numa abordagem global e integrada da realidade imigratória, com salvaguarda dos interesses subjacentes à segurança, sem esquecer a afirmação do papel do SEF, a nível nacional e internacional, no que se refere à sua intervenção nos processos e assuntos referentes à imigração.

No contexto do esforço empreendido no sentido da melhoria e da eficácia da sua actuação, não terá sido, porventura, fortuito o facto de as queixas apresentadas contra o SEF dirigidas ao Provedor de Justiça terem diminuído cerca de 50% no decurso do ano em referência, como refere o relatório de 2007 deste Órgão de Estado à Assembleia da República.

O ano de 2007 ficou marcado pela entrada em vigor da nova lei de estrangeiros (Lei 23/2007, de 4 de Julho), a qual implicou a readequação de procedimentos e sistemas, de harmonia com os normativos legais nela contidos. Este ano ficou também indelevelmente associado à Presidência Portuguesa da União Europeia, no segundo semestre, a qual exigiu um esforço adicional do SEF na sua vertente internacional, atentas as competências do Serviço na área da “Justiça e Assuntos Internos” do Conselho da União Europeia.

Já na vertente operacional, destacou-se a assumpção da responsabilidade do SEF sobre a integralidade dos postos de fronteira externa, com a transferência de 12 pontos de fronteira marítima, concretizando-se o objectivo de reunir sob a alçada de uma única entidade o controlo da circulação de pessoas nos postos de fronteiras nacionais.

I

Em termos de **população estrangeira residente em Portugal**, no período em referência, assistiu-se a um **aumento dos quantitativos populacionais globais, no valor de 3.7%** face aos valores do ano anterior, num total de **435 736 estrangeiros residentes** (*stock* provisório). Estes valores consolidam uma tendência no sentido do crescimento sustentado da população estrangeira,

assinalada desde o ano de 2003, com excepção do crescimento negativo registado em 2005. Significativo é também o facto de a maior consolidação dos dados provisórios referentes a 2006, ter permitido concluir que nesse ano a população estrangeira aumentou em 1.33%, infirmando os valores provisórios recolhidos a 31 de Dezembro de 2006, que apontavam no sentido de um ligeiro decréscimo populacional relativamente ao ano de 2005.

Este crescimento fez-se, basicamente por via do **aumento consistente** do quantitativo de titulares de **autorização de residência**, também aqui consolidando uma tendência registada nos últimos anos. Conclui-se ainda que o reagrupamento familiar continua a assumir um papel essencial na consolidação da comunidade residente.

Pela primeira vez, o Brasil surge como a comunidade estrangeira mais numerosa, resultado do crescimento sustentado desta comunidade verificado ao longo dos últimos anos. Sublinha-se também o facto de 43% da comunidade estrangeira ser originária de países de língua portuguesa: Brasil e Cabo Verde (15% em ambos os casos), Angola (8%) e Guiné-Bissau (5%).

Por outro lado, as alterações legislativas ocorridas no ano em análise, designadamente a nova lei de estrangeiros, conferem a 2007 um carácter de “ano de transição”, em termos da caracterização da população imigrante em Portugal. Numa vertente instrumental, também as inovações tecnológicas assinaladas no SEF deverão contribuir para a melhoria e fiabilidade da informação estatística, instrumento essencial para a avaliação e planificação das políticas de imigração e asilo.

II

No que concerne à **actividade de investigação e fiscalização**, deve destacar-se o **aumento exponencial** (+82,4%) de **acções de fiscalização**, que subiram de 3 688, no ano de 2006, para **6 727** em 2007, concretizando o objectivo estratégico do Serviço em matéria de combate à migração ilegal, emprego clandestino e tráfico de seres humanos. Estes resultados reflectiram-se de forma igualmente positiva no elevado número de processos de **contra-ordenação instaurados** (com um ligeiro aumento), de **medidas cautelares** detectadas (+14,8%), e das **readmissões activas** (+30%).

No entanto, para uma correcta avaliação daqueles resultados não poderá ignorar-se o facto de a Bulgária e Roménia terem aderido, em 2007, à União Europeia, sendo certo que, nos últimos anos, estes dois países contribuíram, de forma expressiva, para os valores registados na área da fiscalização. De facto, neste contexto, verifica-se que, não obstante esta nova realidade comunitária, o decréscimo dos afastamentos (expulsões administrativas e notificações para abandono voluntário) relativamente a 2006 expressa uma quebra de reduzido significado.

Concretamente na área da **investigação criminal**, manteve-se o predomínio da criminalidade relacionada com a falsificação de documentos e com a

imigração ilegal. O crime de auxílio à imigração ilegal merece-nos particular atenção por a ele estarem acessoriamente ligados fenómenos criminais de maior complexidade, como o tráfico de pessoas (ou mesmo o terrorismo). A propósito desta relevância, sublinham-se as pesadas condenações de que foi alvo um grupo de onze cidadãos do leste Europeu, no Algarve.

Ao nível do **número de registos** no SEF sob **NUIPC**, regista-se um decréscimo de 19,5% (**531** em **2007**, face a 659 em 2006). Porém, já quanto aos processos distribuídos para investigação assinala-se um aumento de 18,9% (**346** processos em **2007**, face a 291 em 2006).

A América do Sul, África e leste da Europa foram as principais **áreas geográficas** de origem de fluxos migratórios ilegais identificadas nos processos distribuídos para investigação.

Quanto à **nacionalidade dos arguidos**, e embora não se tenham registado alterações significativas ao nível das nacionalidades mais representativas (portuguesa, brasileira e angolana), considera-se que deve ser feita referência aos nacionais da Roménia, Nigéria e Senegal e, pontualmente, aos nacionais de outros países do continente asiático (que surgem em outros), por originarem alguns problemas ao nível da criminalidade relacionada com a imigração ilegal, o tráfico de pessoas, a falsificação de documentos e outra criminalidade conexas.

Em matéria de **controlo das fronteiras**, o SEF controlou um total de **12 353 269 pessoas**, das quais **11 117 362** nas fronteiras aéreas e **1 235 907** nas fronteiras marítimas. Em confronto com 2006, constata-se a subida do número de voos e de embarcações controladas (+13% e +60,4% respectivamente). No caso das embarcações, para o seu significativo aumento terá também contribuído a passagem integral do controlo das fronteiras marítimas para o SEF (Abril de 2007).

Quanto às **recusas de entrada** em Portugal, assinala-se uma subida de 14,4%, sendo o uso de documento falso/falsificado, o motivo que registou maior incremento (+26%), facto possivelmente associado à melhoria de equipamentos auxiliares da detecção de fraude documental, bem como à formação contínua dos recursos humanos.

Em termos de **detecção de documentos** fraudulentos, registou-se um acréscimo de 13,5%, com destaque para os documentos venezuelanos (+46%). Os principais motivos de fraude foram a substituição de folhas, uso de documento alheio e documentos emitidos indevidamente.

Durante 2007, a pressão migratória irregular da América Latina deteve predominância sobre as dos demais continentes. Deste modo, o **Brasil** foi a origem de um expressivo fluxo migratório para Portugal, como resulta dos dados relativos às recusas de entrada, afastamentos (nas suas diversas formas), regresso voluntário, contra-ordenações e readmissões. Em termos de nacionalidade de arguidos em processos-crime sob investigação, os cidadãos brasileiros ocupam o segundo lugar, a seguir aos portugueses.

Desde 2004 que a **Venezuela** vem ocupando o segundo lugar em termos de recusas de entrada em Portugal, sem que, no entanto, se assinalem

fenómenos desta grandeza nas demais vertentes operacionais do Serviço, com excepção da fraude documental, que se encontra estreitamente ligada às situações de não admissão em Portugal, domínio onde foram detectados 656 documentos fraudulentos em passageiros provenientes de Caracas.

No ano de 2007 assiste-se a uma descida considerável das recusas de entrada da **Bolívia**, invertendo o fenómeno registado desde 2004, ano a partir do qual os nacionais deste país vinham ocupando o terceiro lugar em matéria de não admissão. Este decréscimo está seguramente associado à re-introdução da obrigatoriedade de visto para os cidadãos bolivianos para entrada na União Europeia, patenteando o efeito directo das condições de admissão e do nível de controlo na origem nos fluxos migratórios irregulares.

À excepção do Brasil, os países da América Latina não detêm expressão em termos de processos de expulsão instaurados, inferindo-se que este fluxo migratório irregular utiliza a fronteira externa portuguesa como porta de entrada para acesso aos demais Estados da União Europeia, sem que Portugal se configure como destino prioritário.

O nível que a **utilização fraudulenta de passaportes venezuelanos** vem atingindo, é merecedor de atenção, podendo tal facto ficar a dever-se ao regime de isenção de visto para uma permanência até 90 dias atribuído aos nacionais da Venezuela.

Por áreas geográficas, o continente africano constitui o segundo continente em termos de proveniência de fluxos irregulares. Destaca-se o aumento de recusas a cidadãos do Senegal e o decréscimo relativamente à Guiné-Bissau. Angola volta a situar-se entre as cinco nacionalidades mais representativas em termos de recusas de entrada, contrariando uma tendência de decréscimo acentuado registada desde o ano de 2002, fenómeno susceptível de merecer uma redobrada atenção em termos de controlo dos fluxos migratórios na origem.

Em matéria de **asilo**, em 2007 destaca-se a concessão de 25 autorizações de residência por razões humanitárias, na sua maioria a colombianos. Por outro lado, é de assinalar os pedidos de asilo formulados por 86 colombianos, o que constitui uma alteração expressiva em termos de nacionalidade face ao ano anterior, no qual os pedidos de cidadãos oriundos de África tinham clara predominância.

No **domínio internacional**, o destaque vai para a intervenção do SEF no âmbito da União Europeia, em particular na Presidência Portuguesa, onde a importância das temáticas migratórias foi, aliás, reconhecida por Portugal, que definiu o tema da **imigração legal e o combate à imigração ilegal como uma prioridade** da nossa Presidência.

A presidência de **9 grupos do Conselho** esteve a cargo do SEF, que foi ainda responsável pela condução de **63 reuniões no Conselho**, envolvendo a participação de **40 peritos** deste Serviço. Neste contexto, uma nota para o projecto **SISone4All**, que permitiu o alargamento do Espaço Europeu de Livre Circulação aos territórios de nove dos dez novos Estados Membros.

Destaque para a participação do SEF nas actividades relativas ao controlo dos fluxos migratórios e da fronteira comum da União Europeia, designadamente integrando **13 operações da Agência FRONTEX**, traduzindo o empenho colocado pelo nosso país na consolidação de uma acção concertada em termos de fiscalização das fronteiras comuns da União Europeia.

No domínio da cooperação internacional, o ano de 2007 ficou marcado pela continuidade do **reforço das relações** com os **países Lusófonos**, na área da formação e cooperação técnica.

III

No decurso de 2007 registaram-se desenvolvimentos significativos no domínio da legislação aplicável na área da imigração e asilo, em especial através da aprovação e entrada em vigor da nova lei de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros (**lei da imigração**), contida na **Lei 23/2007**, de 4 de Julho, a qual procedeu à transposição de diversas Directivas comunitárias neste domínio. A lei de estrangeiros foi ainda regulamentada através do **Decreto Regulamentar N.º 84/2007**, de 5 de Novembro, e complementada pelas Portarias N.ºs 727/2007, de 6 de Setembro, 1079/2007, de 16 de Novembro, 1563/2007, de 11 de Dezembro, 287/2007, de 16 de Março

Por seu lado, o **Decreto-Lei N.º 368/2007** de 5 de Novembro, instituiu um regime especial de concessão de autorização de residência vítimas do crime de tráfico de pessoas. Merece ainda destaque a vertente imigratória dos objectivos e prioridades da política criminal, constantes da **Lei N.º 51/2007** de **31 de Agosto**. No plano programático, destaque para o **Plano para a Integração de Imigrantes (PII)**, aprovado através da Resolução de Conselho de Ministros N.º 63-A/2007.

Na vertente do asilo, foi adoptada a **Resolução de Conselho de Ministros N.º 110/2007**, relativa às condições de acolhimento, nomeadamente no quadro de pedidos de reinstalação de refugiados

Finalmente, de assinalar que a transferência para o SEF da responsabilidade sobre postos de fronteira marítima externa de Peniche, Cascais, Setúbal, Sesimbra, Aveiro, Nazaré, Olhão, Faro, Portimão, Leixões, Póvoa de Varzim e Sines foi formalizada pelo **Despacho N.º 6781-A/2007**, de 4 de Abril, do Ministro da Administração Interna.

IV

Actuação técnica e administrativa – Foi dada continuidade a um conjunto de projectos estruturantes, tendentes à **renovação tecnológica e ao reforço da qualidade dos serviços**, destacando-se, neste quadro, os sub-projectos do

Passaporte Electrónico (PEP), **Serviço de Última Hora**⁷⁰ e **PEP móvel**⁷¹, este vencedor do Prémio Inovação na edição 2007 do Segurex – Salão Internacional da Protecção e da Segurança 2007. O **Sistema Controlo de Fronteiras (SCF)**, foi outro dos projectos de significativo impacto, permitindo controlar, de forma automática, pessoas e seus documentos, e a consulta às Bases de Dados de Controlo de Pessoas e Documentos do Sistema de Informação *Schengen*, e das Medidas Cautelares, constituindo um ganho extraordinário na perspectiva da segurança.

De igual forma, o projecto **Reconhecimento Automático de Passageiros Identificados Documentalmente (RAPID)**, trata-se do primeiro sistema do mundo a permitir o controlo automatizado de passageiros munidos de passaportes electrónicos, com reconhecimento biométrico através da face. Este sistema integrou o Plano Tecnológico e o SIMPLEX'07.

Ainda actualmente em curso, devem também destacar-se o desenvolvimento dos projectos relativos ao Sistema do **Workflow e Gestão Documental**, o arranque do processo de conversão do actual Sistema Integrado de Informação (SII) no futuro **Sistema de Informação do SEF (SI-SEF)** e a implementação do sistema experimental do **visto biométrico**.

Ao nível da melhoria das condições de **atendimento ao público**, não deve esquecer-se o sistema de **agendamento on-line**, através do Portal do Serviço, bem como o papel do **Centro de Contacto do SEF**, multicanal e multilingue e a abertura de um posto de atendimento na Loja do Cidadão de Odivelas.

Em termos de **investimentos financeiros** é de assinalar os que foram realizados na melhoria dos serviços prestados e das infra estruturas, na aquisição de equipamento informático e de serviços de desenvolvimento aplicacional, bem como, nos investimentos realizados em acções de formação e na organização de vários seminários.

Também a qualificação dos **Recursos Humanos** continua a constituir uma das prioridades deste Serviço, tendo sido ministradas 248 acções de formação, com um significativo *ratio* de 2.48 acções por funcionário. Em termos de formação a outras entidades nacionais, destaque para as acções aos municípios, no âmbito do “Registo de Cidadãos Comunitários”, e formação sobre o PEP, para funcionários dos Governos Civis e dos Governos Regionais da Madeira e Açores.

Na **cooperação internacional** é de realçar a aposta feita ao nível dos PALOP, com a promoção de 20 acções de formação aos Serviços congéneres de Cabo Verde, S. Tomé, Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, e início da primeira fase de um ambicioso projecto de formação de formadores para 12 formandos de Angola, Cabo Verde e Moçambique, visando reforçar as competências dos quadros locais para a consolidação de um corpo de formadores e de programas de formação nas áreas do controlo de fronteiras.

⁷⁰ Que permite ao SEF emitir passaportes provisórios nos aeroportos, em situações de emergência.

⁷¹ Destinado a requerentes impossibilitados de se deslocarem a um Posto de Recolha para emissão do PEP.

V

Como já foi oportunamente referido, a gestão por objectivos é uma ferramenta essencial da estratégia em curso. Assim, não poderá deixar de se sublinhar o nível de ambição contida nos objectivos estratégicos que o SEF definiu para o ano em análise, bem assim como o esforço empreendido na sua concretização. Neste contexto e a título de exemplo, faz-se notar o significado e impacto, a nível nacional e comunitário, do **projecto SISone4ALL**, que concretizou um dos objectivos da Presidência Portuguesa da União Europeia, no segundo semestre de 2007.

Dos cinco objectivos estratégicos, quatro foram claramente superados; concretizou-se a ocupação integral dos postos de fronteira marítima, reforçou-se o combate à imigração ilegal e tráfico de pessoas, por via da intensificação da acção de fiscalização, valorizaram-se os recursos humanos através da aposta na formação e implementaram-se as componentes nacionais do Sistema de Informação *Schengen* dos novos Estados membros da União, através do projecto, como acima referido.

Quanto ao objectivo relativo às condições de atendimento ao público⁷², foi possível reduzir o tempo médio de espera em 28% face aos valores de 2006, superando a taxa percentual de 10% definido pelo respectivo objectivo.

Porém, não foi possível implementar o sistema de *Workflow*, peça essencial para a melhoria do atendimento público. Pese embora o SEF tenha desenvolvido o *software* necessário para este efeito, razões de ordem processual, no âmbito do processo de aquisição dos respectivos equipamentos (e, como tal, exógenas ao SEF) obstaram à concretização deste objectivo.

⁷² Nos locais onde foi instalado o Sistema MSWait.



ANEXOS



ANEXO I

População Estrangeira em Território Nacional



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	TOTAL NACIONAL				AVEIRO				BEJA				BRAGA			
		Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Total	HM	435736	401612	5741	28383			125	731			41	564			94	470
	H	240096	219765	3906	16425	17130	16274	92	473	4623	4018	34	393	8562	7998	74	294
	M	195640	181847	1835	11958			33	258			7	171			20	176
Europa	HM	179040	168124	2508	8408			69	324			25	444			54	181
	H	99482	92846	1903	4733	7276	6883	55	221	3400	2931	22	317	4002	3767	42	120
	M	79558	75278	605	3675			14	103			3	127			12	61
União Europeia (inclui os trabalhadores dos novos EM da EU abrangidos pelo respectivo regime transitório)	HM	115556	113275	230	2051			2	19			3	338			1	44
	H	61664	60294	168	1202	2708	2687	2	16	2424	2083	2	260	2287	2242	1	30
	M	53892	52981	62	849				3			1	78				14
Alemanha	HM	15498	15498							492				327			
	H	8340	8340			311	311				492				327		
	M	7158	7158														
Austria	HM	820	820							15				25			
	H	441	441			31	31				15				25		
	M	379	379														
Bélgica	HM	3091	3091							69				73			
	H	1584	1584			55	55				69				73		
	M	1507	1507														
Bulgária	HM	5028	4702	51	275			1	6			1	38				3
	H	2850	2673	30	147	187	180	1	4	451	412	1	14	34	31		1
	M	2178	2029	21	128				2				24				2
Chipre	HM	3	3														
	H	2	2														
	M	1	1														
Dinamarca	HM	1068	1068							44				8			
	H	592	592			58	58				44				8		
	M	476	476														
Eslovénia	HM	54	54							2				2			
	H	19	19			2	2				2				2		
	M	35	35														
Espanha	HM	18030	18030							166				435			
	H	8911	8911			525	525				166				435		
	M	9119	9119														
Estónia	HM	86	86											1			
	H	14	14			9	9								1		
	M	72	72														
Finlândia	HM	691	691							2				9			
	H	291	291			21	21				2				9		
	M	400	400														
França	HM	10556	10556							60				429			
	H	5542	5542			559	559				60				429		
	M	5014	5014														
Grécia	HM	247	247											9			
	H	116	116			10	10								9		
	M	131	131														



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	TOTAL NACIONAL				AVEIRO				BEJA				BRAGA			
		Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Hungria	HM	377	377							2				8			
	H	117	117			25	25				2				8		
	M	260	260														
Irlanda	HM	883	883							5				10			
	H	436	436			11	11				5				10		
	M	447	447														
Itália	HM	5985	5985							29				163			
	H	3606	3606			208	208				29				163		
	M	2379	2379														
Letónia	HM	190	190							8				5			
	H	55	55			11	11				8				5		
	M	135	135														
Lituânia	HM	429	429							6				23			
	H	186	186			72	72				6				23		
	M	243	243														
Luxemburgo	HM	164	164							1				4			
	H	96	96			11	11				1				4		
	M	68	68														
Malta	HM	14	14							1							
	H	3	3								1						
	M	11	11														
Países Baixos	HM	6589	6589							199				72			
	H	3553	3553			83	83				199				72		
	M	3036	3036														
Polónia	HM	911	911							9				25			
	H	353	353			46	46				9				25		
	M	558	558														
Reino Unido	HM	23608	23608							227				135			
	H	12468	12468			156	156				227				135		
	M	11140	11140														
República Checa	HM	244	244							10				4			
	H	77	77			8	8				10				4		
	M	167	167														
República Eslovaca	HM	186	186							32				2			
	H	80	80			3	3				32				2		
	M	106	106														
Roménia	HM	19155	17200	179	1776			1	13			2	300			1	41
	H	11068	9875	138	1055	293	279	1	12	584	282	1	246	468	426	1	29
	M	8087	7325	41	721				1			1	54				12
Suécia	HM	1649	1649							10				16			
	H	864	864			13	13				10				16		
	M	785	785														



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	TOTAL NACIONAL				AVEIRO				BEJA				BRAGA			
		Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Outros da Europa	HM	63484	54849	2278	6357			67	305			22	106			53	137
	H	37818	32552	1735	3531	4568	4196	53	205	976	848	20	57	1715	1525	41	90
	M	25666	22297	543	2826			14	100			2	49			12	47
Albânia	HM	56	51		5												
	H	37	35		2	3	3							2	2		
	M	19	16		3												
Andorra	HM	14	14														
	H	4	4			-1	-1										
	M	10	10														
Antiga Rep. Jugoslava da Macedónia	HM	40	37		3												
	H	27	25		2	4	4							6	6		
	M	13	12		1												
Bielorússia	HM	776	647	25	104			3	24				1				4
	H	398	330	14	54	150	123	1	19	7	6		1	17	13		3
	M	378	317	11	50			2	5								1
Bósnia-Herzegovina	HM	120	120														
	H	39	39			3	3							4	4		
	M	81	81														
Croácia	HM	149	147	1	1			1									
	H	78	77		1	10	9			1	1			21	21		
	M	71	70	1				1									
Ex-Checoslováquia	HM	69	69														
	H	38	38			8	8							2	2		
	M	31	31														
Ex-Jugoslávia	HM	149	149														
	H	90	90			2	2							5	5		
	M	59	59														
Ex-Sérvia e Montenegro	HM	192	192														
	H	87	87			18	18			1	1			1	1		
	M	105	105														
Ex-URSS	HM	308	308														
	H	147	147			1	1							12	12		
	M	161	161														
Islândia	HM	68	68														
	H	29	29			7	7							1	1		
	M	39	39														
Liechtenstein	HM	5	5														
	H	4	4														
	M	1	1														
Moldávia	HM	14053	11414	585	2054			5	33			9	33			2	13
	H	8630	6939	530	1161	473	435	5	19	220	178	9	16	104	89	2	8
	M	5423	4475	55	893				14				17				5
Mónaco	HM	4	4														
	H	2	2														
	M	2	2														
Montenegro	HM	3	3														
	H	2	2														
	M	1	1														
Noruega	HM	825	825														
	H	460	460			15	15			6	6			13	13		
	M	365	365														



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	TOTAL NACIONAL				AVEIRO				BEJA				BRAGA			
		Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Rússia	HM	5114	4523	195	396			13	42			1	7			6	10
	H	2366	2088	105	173	621	566	10	25	59	51		3	145	129	4	6
	M	2748	2435	90	223			3	17			1	4			2	4
Sérvia	HM	20	20														
	H	10	10			3	3							1	1		
	M	10	10														
Suíça	HM	1827	1827														
	H	1002	1002			40	40			42	42			27	27		
	M	825	825														
Turquia	HM	212	186	2	24				1								5
	H	125	112	2	11	6	5		1	1	1			25	20		2
	M	87	74		13												3
Ucrânia	HM	39480	34240	1470	3770			45	205			12	65			45	105
	H	24243	21032	1084	2127	3205	2955	37	141	639	562	11	37	1329	1179	35	71
	M	15237	13208	386	1643			8	64			1	28			10	34
África	HM	147959	138337	1244	8378			13	108			1	30			6	105
	H	84148	78136	750	5262	2174	2053	9	79	312	281	1	24	1276	1165	5	59
	M	63811	60201	494	3116			4	29				6			1	46
Angola	HM	32728	30431	411	1886			5	22				1			1	29
	H	17610	16337	239	1034	595	568	3	15	29	28		1	451	421	1	17
	M	15118	14094	172	852			2	7								12
Cabo Verde	HM	63925	61110	399	2416			1	25			1	9			2	39
	H	35075	33678	227	1170	382	356	1	18	175	165	1	7	331	290	1	17
	M	28850	27432	172	1246				7				2			1	22
Guiné-Bissau	HM	23733	22174	194	1365			2	21				7			2	17
	H	15555	14458	129	968	632	609	2	15	27	20		5	163	144	2	10
	M	8178	7716	65	397				6				2				7
Moçambique	HM	5681	5403	23	255			2	8				2				8
	H	2990	2846	13	131	87	77	2	6	19	17			108	100		7
	M	2691	2557	10	124				2				2				1
São Tomé e Príncipe	HM	10627	9736	131	760			2	13								5
	H	5077	4653	64	360	190	175		10	11	11			55	50		1
	M	5550	5083	67	400			2	3								4
Outros de África	HM	11265	9483	86	1696			1	19				11			1	7
	H	7841	6164	78	1599	288	268	1	15	51	40		11	168	160	1	7
	M	3424	3319	8	97				4								
África do Sul	HM	2083	2081	1	1												
	H	1018	1017		1	28	28			5	5			15	15		
	M	1065	1064	1													
Argélia	HM	220	206	3	11				1				2				
	H	164	151	3	10	2	1		1	6	4		2	6	6		
	M	56	55		1												
Benim	HM	28	23	3	2												
	H	25	20	3	2	1	1										
	M	3	3														
Botswana	HM	11	11														
	H	1	1			3	3							1	1		
	M	10	10														
Burkina Faso	HM	11	11														
	H	8	8														
	M	3	3														



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	TOTAL NACIONAL				AVEIRO				BEJA				BRAGA			
		Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Burundi	HM	2	2														
	H	1	1														
	M	1	1														
Camarões	HM	77	70	1	6				1								
	H	52	46	1	5	3	2		1	1	1			2	2		
	M	25	24		1												
Chade	HM	2	2														
	H																
	M	2	2														
Congo (República Democrática)	HM	417	412		5												
	H	231	227		4	27	27							16	16		
	M	186	185		1												
Congo (República)	HM	133	113	2	18												
	H	87	73	2	12	3	3							12	12		
	M	46	40		6												
Costa do Marfim	HM	153	149		4												
	H	99	95		4	19	19							3	3		
	M	54	54														
Egipto	HM	351	248		103												
	H	307	210		97	5	5			1	1			2	2		
	M	44	38		6												
Etiópia	HM	19	19														
	H	4	4			4	4										
	M	15	15														
Gabão	HM	7	7														
	H	4	4														
	M	3	3														
Gâmbia	HM	90	51	2	37												
	H	78	40	2	36									1	1		
	M	12	11		1												
Gana	HM	200	179	3	18												
	H	153	135	3	15	7	7										
	M	47	44		3												
Guiné	HM	1835	1552	22	261				1				2				
	H	1437	1161	22	254	29	28	1		8	6		2	40	40		
	M	398	391		7												
Guiné Equatorial	HM	30	30														
	H	18	18														
	M	12	12														
Jibouti	HM	1	1														
	H																
	M	1	1														
Lesoto	HM	4	4														
	H	1	1			2	2										
	M	3	3														
Libéria	HM	40	38		2												
	H	37	35		2												
	M	3	3														
Líbia	HM	54	51		3												
	H	36	33		3	1	1							1	1		
	M	18	18														
Madagáscar	HM	17	17														
	H	5	5														
	M	12	12														



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	TOTAL NACIONAL				AVEIRO				BEJA				BRAGA			
		Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Malawi	HM	27	26	1													
	H	13	13														
	M	14	13	1													
Mali	HM	111	103		8												
	H	98	90		8	1	1							3	3		
	M	13	13														
Marrocos	HM	1871	1515	22	334				14				6			1	3
	H	1377	1041	20	316	115	101		13	25	19		6	25	21	1	3
	M	494	474	2	18				1								
Maurícia	HM	12	12														
	H	5	5														
	M	7	7														
Mauritânia	HM	53	49		4												
	H	43	39		4	1	1										
	M	10	10														
Namíbia	HM	10	10														
	H	2	2														
	M	8	8														
Niger	HM	257	257														
	H	155	155														
	M	102	102														
Nigéria	HM	392	300	3	89				2								
	H	253	180	1	72	8	6			2	2			3	3		
	M	139	120	2	17				2								
Quênia	HM	11	5		6												
	H	4	1		3	1	1			1	1						
	M	7	4		3												
República Centro-Africana	HM	31	31														
	H	14	14														
	M	17	17														
Ruanda	HM	1			1				1								
	H					2	1							2	2		
	M	1			1				1								
Seicheles e Dependências	HM	4	4														
	H	2	2														
	M	2	2														
Senegal	HM	1947	1170	16	761												3
	H	1646	897	15	734	16	16							20	17		3
	M	301	273	1	27												
Serra Leoa	HM	113	110	2	1												
	H	88	85	2	1									2	2		
	M	25	25														
Somália	HM	1	1														
	H	1	1														
	M																
Suazilândia	HM	16	16														
	H	8	8														
	M	8	8														
Sudão	HM	15	15														
	H	10	10											2	2		
	M	5	5														
Tanzânia	HM	328	325		3												
	H	178	176		2												
	M	150	149		1												



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	TOTAL NACIONAL				AVEIRO				BEJA				BRAGA			
		Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Togo	HM	54	46	4	4												
	H	43	36	4	3												
	M	11	10		1												
Tunísia	HM	113	106		7								1				
	H	85	78		7	5	5			1			1	10	10		
	M	28	28														
Uganda	HM	13	10		3												1
	H	6	4		2									1			1
	M	7	6		1												
Zâmbia	HM	13	10	1	2												
	H	9	8		1										1		
	M	4	2	1	1												
Zimbabwe	HM	87	85		2												
	H	35	34		1	5	5			1	1						
	M	52	51		1												
América	HM	83592	72387	1751	9454			36	218			13	80			25	120
	H	40994	35154	1054	4786	6609	6355	24	109	775	682	9	45	2725	2580	19	66
	M	42598	37233	697	4668			12	109			4	35			6	54
América do Norte	HM	10446	10228		218				4				10				
	H	5895	5766		129	745	741		1	44	34		4	100	100		
	M	4551	4462		89				3				6				
Canadá	HM	1849	1829		20								8				
	H	1105	1097		8	139	139			16	8		3	14	14		
	M	744	732		12								5				
EUA	HM	8264	8097		167				1				1				
	H	4663	4550		113	593	592		1	20	19			75	75		
	M	3601	3547		54								1				
Outros da América do Norte	HM	333	302		31				3				1				
	H	127	119		8	13	10			8	7		1	11	11		
	M	206	183		23				3								
Bermudas	HM	2	2														
	H	2	2														
	M																
México	HM	331	300		31				3				1				
	H	125	117		8	13	10			8	7		1	11	11		
	M	206	183		23				3								
América Central e do Sul	HM	73146	62159	1751	9236			36	214			13	70			25	120
	H	35099	29388	1054	4657	5864	5614	24	108	731	648	9	41	2625	2480	19	66
	M	38047	32771	697	4579			12	106			4	29			6	54
Brasil	HM	66354	55665	1719	8970			35	194			11	68			24	111
	H	31834	26300	1036	4498	4057	3828	23	98	690	611	8	40	2450	2315	19	61
	M	34520	29365	683	4472			12	96			3	28			5	50
Venezuela	HM	3199	3177	2	20			1	2				1				1
	H	1663	1651	1	11	1575	1572	1	1	6	5		1	59	58		1
	M	1536	1526	1	9				1								
Outros da América Central e do Sul	HM	3593	3317	30	246				18			2	1			1	8
	H	1602	1437	17	148	232	214		9	35	32	1		116	107		4
	M	1991	1880	13	98				9			1	1			1	4
Antígua e Barbuda	HM																
	H																
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	TOTAL NACIONAL				AVEIRO				BEJA				BRAGA			
		Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Argentina	HM	684	640	2	42												2
	H	372	347	2	23	16	16			7	7			4	2		2
	M	312	293		19												
Barbados	HM	4	4														
	H	2	2											1	1		
	M	2	2														
Belize	HM	1	1														
	H	1	1														
	M																
Bolívia	HM	96	86	1	9												
	H	35	31	1	3	6	6			7	7						
	M	61	55		6												
Chile	HM	284	268		16				4								
	H	142	131		11	18	14		2	4	4			5	5		
	M	142	137		5				2								
Colômbia	HM	631	591	8	32							2				1	
	H	216	194	2	20	48	48			7	5	1		38	37		
	M	415	397	6	12							1				1	
Costa Rica	HM	18	17		1												
	H	9	8		1	1	1			-1	-1						
	M	9	9														
Cuba	HM	712	648	10	54				8				1				3
	H	307	262	6	39	58	50		3	3	2			42	39		1
	M	405	386	4	15				5				1				2
Domínica	HM	3	3														
	H	1	1											1	1		
	M	2	2														
Equador	HM	414	346	7	61				5								2
	H	200	157	6	37	27	22		3	3	3			12	10		1
	M	214	189	1	24				2								1
Granada	HM	2	2														
	H																
	M	2	2														
Guatemala	HM	33	29		4												
	H	14	14														
	M	19	15		4												
Guiana	HM	23	23														
	H	11	11							1	1			1	1		
	M	12	12														
Haiti	HM	4	4														
	H	3	3														
	M	1	1														
Honduras	HM	13	13														
	H	3	3			1	1			2	2			1	1		
	M	10	10														
Jamaica	HM	13	13														
	H	7	7			4	4										
	M	6	6														
Nicarágua	HM	12	12														
	H	4	4														
	M	8	8														
Panamá	HM	17	12	1	4												
	H	6	5		1	3	3							1	1		
	M	11	7	1	3												



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	TOTAL NACIONAL				AVEIRO				BEJA				BRAGA			
		Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Paraguai	HM	47	42		5												
	H	23	21		2	2	2							5	5		
	M	24	21		3												
Peru	HM	306	301		5												1
	H	126	123		3	29	29			1	1			4	3		
	M	180	178		2												1
República Dominicana	HM	85	83		2												
	H	21	20		1	7	7							-1	-1		
	M	64	63		1												
Salvador	HM	17	17														
	H	8	8			5	5							1	1		
	M	9	9														
Santa Lúcia	HM	1	1														
	H																
	M	1	1														
São Vicente	HM	1	1														
	H	1	1														
	M																
Suriname	HM	6	6														
	H	5	5														
	M	1	1														
Trindade e Tobago	HM	21	21														
	H	13	13														
	M	8	8														
Uruguai	HM	145	133	1	11												
	H	72	65		7	7	6			1	1			1	1		
	M	73	68	1	4												
Ásia	HM	24269	21902	238	2129			7	81			2	10			9	63
	H	15001	13164	199	1638	1051	963	4	64	129	117	2	7	549	477	8	48
	M	9268	8738	39	491			3	17				3			1	15
Afeganistão	HM	5	5														
	H	3	3														
	M	2	2														
Arábia Saudita	HM	23	23														
	H	14	14														
	M	9	9														
Arménia	HM	55	48	3	4												
	H	35	29	3	3												
	M	20	19		1												
Azerbaijão	HM	8	8														
	H	4	4							1	1						
	M	4	4														
Bangladesh	HM	1180	1073	5	102												
	H	884	780	5	99	15	15			1	1			40	39		1
	M	296	293		3												
Barém	HM	16	16														
	H	16	16														
	M																
Brunei	HM	8	8														
	H	4	4														
	M	4	4														
Butão	HM																
	H																
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	TOTAL NACIONAL				AVEIRO				BEJA				BRAGA			
		Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Catar	HM	2	2														
	H	1	1														
	M	1	1														
Cazaquistão	HM	596	508	15	73			3	26							2	3
	H	333	274	9	50	273	244	1	20	9	9			20	15	2	3
	M	263	234	6	23			2	6								
China	HM	10448	9689	53	706			2	23				3			2	24
	H	5897	5407	35	455	541	516	1	19	82	79		2	327	301	1	16
	M	4551	4282	18	251			1	4				1			1	8
Coreia do Norte	HM	19	19														
	H	9	9														
	M	10	10														
Coreia do Sul	HM	240	223		17												1
	H	126	119		7									2	1		
	M	114	104		10												1
Emiratos Árabes Unidos	HM	2	2														
	H	2	2														
	M																
Filipinas	HM	470	442	8	22								1				
	H	96	93	1	2	7	7			3	2			2	2		
	M	374	349	5	20								1				
Geórgia	HM	868	683	60	125			2	3				4			4	5
	H	655	507	53	95	35	30	2	3	22	16	2	4	45	36	4	5
	M	213	176	7	30												
Hong-Kong	HM	298	298														
	H	151	151														
	M	147	147														
Iémen	HM	2	2														
	H	2	2														
	M																
Índia	HM	4104	3538	52	514				9								8
	H	2887	2382	51	454	42	33		6	1	1			28	20		6
	M	1217	1156	1	60				3								2
Indonésia	HM	33	31		2												
	H	6	4		2	1	1										
	M	27	27														
Irão	HM	624	619		5				1								
	H	363	360		3	4	3							5	5		
	M	261	259		2				1								
Iraque	HM	151	151														
	H	94	94			2	2										
	M	57	57														
Israel	HM	133	132		1												
	H	82	82			2	2			1	1			2	2		
	M	51	50		1												
Japão	HM	938	896		42				2								
	H	526	503		23	21	19		1	1	1			10	10		
	M	412	393		19				1								
Jordânia	HM	87	86		1								1				
	H	52	51		1	1	1			1			1				
	M	35	35														
Kuwait	HM	18	18														
	H	10	10														
	M	8	8														



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	TOTAL NACIONAL				AVEIRO				BEJA				BRAGA			
		Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Laos	HM	2	2														
	H																
	M	2	2														
Líbano	HM	195	194		1												
	H	109	108		1	3	3			1	1			2	2		
	M	86	86														
Macau	HM	3	3														
	H																
	M	3	3														
Malásia	HM	52	52														
	H	29	29			2	2							1	1		
	M	23	23														
Maldivas	HM	7	7														
	H	3	3														
	M	4	4														
Mongólia	HM	4	4														
	H	4	4														
	M																
Myanmar	HM	2	2														
	H																
	M	2	2														
Nepal	HM	302	250	8	46												
	H	196	150	6	40												
	M	106	100		6												
Oman	HM	5			5												
	H	4			4												
	M	1			1												
Paquistão	HM	2371	2092	14	265				1								
	H	1801	1528	14	259	22	21		1	4	4			7	7		
	M	570	564		6												
Quirziquistão	HM	39	35		4												1
	H	26	22		4	1	1							4	3		1
	M	13	13														
Singapura	HM	45	45														
	H	15	15			1	1							2	2		
	M	30	30														
Síria	HM	90	88		2												
	H	52	50		2												
	M	38	38														
Sri Lanka	HM	25	24		1												
	H	13	12		1												
	M	12	12														
Tailândia	HM	134	128		6												
	H	36	33		3	6	6			1	1			2	2		
	M	98	95		3												
Taiwan	HM	7	5		2												
	H	3	2		1												
	M	4	3		1												
Tajiquistão	HM	2	1	1													
	H	1	1														
	M	1		1													
Território Palestino Ocupado	HM	22	11		11												
	H	16	7		9												
	M	6	4		2												



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	TOTAL NACIONAL				AVEIRO				BEJA				BRAGA			
		Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Timor	HM	57	20		37								1				7
	H	24	12		12	3	3			1				11	4		6
	M	33	8		25								1				1
Turcomenistão	HM	3	3														
	H																
	M	3	3														
Usbequistão	HM	562	404	23	135				16							1	13
	H	412	282	22	108	69	53		14					39	25	1	10
	M	150	122	1	27				2								3
Vietname	HM	12	12														
	H	5	5														
	M	7	7														
Oceânia	HM	586	572		14												1
	H	311	305		6	17	17			8	8			8	7		1
	M	275	267		8												
Austrália	HM	507	497		10												1
	H	266	262		4	12	12			7	7			7	6		1
	M	241	235		6												
Fidji	HM	1	1														
	H																
	M	1	1														
Nova Zelândia	HM	78	74		4												
	H	45	43		2	5	5			1	1			1	1		
	M	33	31		2												
Apátrida	HM	273	273														
	H	152	152			2	2							2	2		
	M	121	121														
Desconhecida	HM	17	17														
	H	8	8			1	1			-1	-1						
	M	9	9														



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

		BRAGANÇA				CASTELO BRANCO				COIMBRA				ÉVORA			
PAÍS	Sexo	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Total	HM			18	104			19	193			58	691			37	300
	H	1545	1423	17	72	2967	2755	17	115	14508	13759	40	403	3829	3492	24	151
	M			1	32			2	78			18	288			13	149
Europa	HM			14	42			10	70			24	112			19	105
	H	731	675	13	26	1497	1417	10	45	8146	8010	21	68	2415	2291	14	57
	M			1	16				25			3	44			5	48
União Europeia (inclui os trabalhadores dos novos EM da EU abrangidos pelo respectivo regime transitório)	HM				10			1	30				14				22
	H	396	386		7	711	680	1	16	6310	6296		8	1263	1241		14
	M				3				14				6				8
Alemanha	HM	18				84				720				140			
	H		18				84				720				140		
	M																
Áustria	HM	3				7				57				14			
	H		3				7				57				14		
	M																
Bélgica	HM	4				13				306				42			
	H		4				13				306				42		
	M																
Bulgária	HM	22			8				1				4				1
	H	5	14		5	60	59		1	137	133		3	47	46		1
	M	3			3								1				
Chipre	HM																
	H																
	M																
Dinamarca	HM									48				6			
	H										48				6		
	M																
Eslovénia	HM					1				6				1			
	H						1				6				1		
	M																
Espanha	HM	187				108				1456				225			
	H		187				108				1456				225		
	M																
Estónia	HM									10				1			
	H										10				1		
	M																
Finlândia	HM									31				2			
	H										31				2		
	M																
França	HM	58				99				519				77			
	H		58				99				519				77		
	M																
Grécia	HM					1				46				1			
	H						1				46				1		
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	BRAGANÇA				CASTELO BRANCO				COIMBRA				ÉVORA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Hungria	HM	1				1				34				4			
	H		1				1				34				4		
	M																
Irlanda	HM									18				3			
	H										18				3		
	M																
Itália	HM	17				30				997				62			
	H		17				30				997				62		
	M																
Letónia	HM	2				1				10				2			
	H		2				1				10				2		
	M																
Lituânia	HM	1				5				66				2			
	H		1				5				66				2		
	M																
Luxemburgo	HM	1								13				4			
	H		1								13				4		
	M																
Malta	HM																
	H																
	M																
Países Baixos	HM					43				464				154			
	H						43				464				154		
	M																
Polónia	HM	7				17				101				11			
	H		7				17				101				11		
	M																
Reino Unido	HM	19				58				702				28			
	H		19				58				702				28		
	M																
República Checa	HM	6				2				70				6			
	H		6				2				70				6		
	M																
República Eslovaca	HM									50				1			
	H										50				1		
	M																
Roménia	HM				2			1	29				10				21
	H	50	48		2	177	147	1	15	389	379		5	339	318		13
	M								14				5				8
Suécia	HM					4				60				91			
	H						4				60				91		
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	BRAGANÇA				CASTELO BRANCO				COIMBRA				ÉVORA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Outros da Europa	HM			14	32			9	40			24	98			19	83
	H	335	289	13	19	786	737	9	29	1836	1714	21	60	1152	1050	14	43
	M			1	13				11			3	38			5	40
Albânia	HM																
	H	1	1							2	2			1	1		
	M																
Andorra	HM																
	H	1	1														
	M																
Antiga Rep. Jugoslava da Macedónia	HM																
	H									4	4						
	M																
Bielorússia	HM											1	9				
	H	3	3			3	3			101	91	1	4	3	3		
	M												5				
Bósnia-Herzegovina	HM																
	H	2	2														
	M																
Croácia	HM																
	H									1	1						
	M																
Ex-Cecoslováquia	HM																
	H					2	2			1	1						
	M																
Ex-Jugoslávia	HM																
	H	1	1							2	2			1	1		
	M																
Ex-Sérvia e Montenegro	HM																
	H	3	3							6	6			2	2		
	M																
Ex-URSS	HM																
	H					2	2			6	6						
	M																
Islândia	HM																
	H					1	1			2	2						
	M																
Liechtenstein	HM																
	H																
	M																
Moldávia	HM			11	9			2	7			4	14			6	46
	H	104	84	10	2	44	35	2	6	190	172	4	9	291	239	6	26
	M			1	7				1				5				20
Mónaco	HM																
	H																
	M																
Montenegro	HM																
	H																
	M																
Noruega	HM																
	H					2	2			43	43			2	2		
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	BRAGANÇA				CASTELO BRANCO				COIMBRA				ÉVORA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Rússia	HM				1							4	7			2	4
	H	19	18			40	40			173	162	2	2	66	60	1	
	M				1							2	5			1	4
Sérvia	HM									2	2						
	H																
	M																
Suíça	HM																
	H	4	4			30	30			45	45			17	17		
	M																
Turquia	HM												5				
	H									11	6		2	4	4		
	M												3				
Ucrânia	HM			3	22			7	33			15	63			11	33
	H	197	172	3	17	662	622	7	23	1247	1169	14	43	765	721	7	17
	M				5				10			1	20			4	16
África	HM			1	30			1	47			8	272			1	59
	H	270	239	1	22	449	401		31	2791	2511	4	154	414	354		34
	M				8			1	16			4	118			1	25
Angola	HM			1	1				8			1	58				12
	H	79	77	1	1	78	70		5	722	663	1	27	87	75		8
	M								3				31				4
Cabo Verde	HM				10				27			2	104				35
	H	94	84		7	249	222		17	948	842	2	55	194	159		16
	M				3				10				49				19
Guiné-Bissau	HM				1			1	5			4	37				6
	H	18	17		1	27	21		5	500	459	1	28	39	33		4
	M							1				3	9				2
Moçambique	HM				2				1				23				2
	H	11	9		2	21	20		1	182	159		10	37	35		2
	M												13				
São Tomé e Príncipe	HM				3				4			1	33			1	1
	H	19	16			39	35		1	238	204		18	33	31		1
	M				3				3			1	15			1	
Outros de África	HM				13				2				17				3
	H	49	36		11	35	33		2	201	184		16	24	21		3
	M				2								1				
África do Sul	HM																
	H	2	2			4	4			18	18						
	M																
Argélia	HM												1				
	H	1	1			3	3			4	3		1	2	2		
	M																
Benim	HM																
	H																
	M																
Botswana	HM																
	H																
	M																
Burkina Faso	HM																
	H																
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	BRAGANÇA				CASTELO BRANCO				COIMBRA				ÉVORA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Burundi	HM																
	H																
	M																
Camarões	HM																
	H	1	1							1	1						
	M																
Chade	HM																
	H													1	1		
	M																
Congo (República Democrática)	HM																
	H	2	2			4	4			5	5						
	M																
Congo (República)	HM				1												
	H	1			1					1	1						
	M				1												
Costa do Marfim	HM																1
	H					2	2			1	1			4	3		1
	M																
Egipto	HM																
	H	2	2							7	7						
	M																
Etiópia	HM																
	H																
	M																
Gabão	HM																
	H																
	M																
Gâmbia	HM												1				
	H									1			1				
	M																
Gana	HM												1				
	H									15	14		1				
	M																
Guiné	HM								1								
	H					3	2		1	31	31			4	4		
	M																
Guiné Equatorial	HM																
	H																
	M																
Jibouti	HM																
	H																
	M																
Lesoto	HM																
	H																
	M																
Libéria	HM																
	H																
	M																
Líbia	HM																
	H																
	M																
Madagáscar	HM																
	H																
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	BRAGANÇA				CASTELO BRANCO				COIMBRA				ÉVORA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Malawi	HM																
	H																
	M																
Mali	HM												1				
	H	1	1							3	2		1				
	M																
Marrocos	HM				10								10				1
	H	22	12		10	12	12			43	33		10	6	5		1
	M																
Maurícia	HM																
	H																
	M																
Mauritânia	HM																
	H									2	2						
	M																
Namíbia	HM																
	H									1	1						
	M																
Niger	HM																
	H																
	M																
Nigéria	HM				1								1				1
	H	1								7	6			1			1
	M				1								1				
Quênia	HM																
	H	10	10							11	11			1	1		
	M																
República Centro-Africana	HM																
	H																
	M																
Ruanda	HM																
	H					1	1										
	M																
Seicheles e Dependências	HM																
	H																
	M																
Senegal	HM				1								2				
	H	5	4		1	3	3			15	13		2	1	1		
	M																
Serra Leoa	HM																
	H					1	1			1	1						
	M																
Somália	HM																
	H																
	M																
Suazilândia	HM																
	H													1	1		
	M																
Sudão	HM																
	H																
	M																
Tanzânia	HM																
	H									26	26						
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	BRAGANÇA				CASTELO BRANCO				COIMBRA				ÉVORA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Togo	HM									1	1						
	H																
	M																
Tunisia	HM					2	1		1	5	5			2	2		
	H																
	M																
Uganda	HM																
	H																
	M																
Zâmbia	HM																
	H																
	M																
Zimbabwe	HM																
	H	1	1							2	2			1	1		
	M																
América	HM			3	20			5	56			20	245			15	122
	H	372	349	3	13	723	662	4	22	2925	2660	10	144	824	687	9	51
	M				7			1	34			10	101			6	71
América do Norte	HM								4				2				
	H	8	8			63	59		1	331	329			25	25		
	M								3				2				
Canadá	HM																
	H	6	6			15	15			109	109			2	2		
	M																
EUA	HM								4				1				
	H	2	2			43	39		1	212	211			21	21		
	M								3				1				
Outros da América do Norte	HM												1				
	H		0			5	5			10	9			2	2		
	M												1				
Bermudas	HM																
	H																
	M																
México	HM												1				
	H					5	5			10	9			2	2		
	M												1				
América Central e do Sul	HM			3	20			5	52			20	243			15	122
	H	364	341	3	13	660	603	4	21	2594	2331	10	144	799	662	9	51
	M				7			1	31			10	99			6	71
Brasil	HM			3	18			5	52			20	232			15	114
	H	338	317	3	11	619	562	4	21	2316	2064	10	137	765	636	9	51
	M				7			1	31			10	95			6	63
Venezuela	HM				1								1				2
	H	5	4			9	9			175	174			6	4		
	M				1								1				2
Outros da América Central e do Sul	HM				1								10				6
	H	21	20		1	32	32			103	93			28	22		
	M												3				6
Antígua e Barbuda	HM																
	H																
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	BRAGANÇA				CASTELO BRANCO				COIMBRA				ÉVORA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Argentina	HM																
	H	1	1			12	12			14	13		1	6	6		
	M												1				
Barbados	HM																
	H																
	M																
Belize	HM																
	H																
	M																
Bolívia	HM																
	H													1	1		
	M																
Chile	HM																
	H	1	1			2	2			8	6		2				
	M												1				
Colômbia	HM				1												
	H	6	5		1	6	6			20	20			2	2		
	M												1				
Costa Rica	HM																
	H									-1	-1						
	M																
Cuba	HM																
	H	5	5			3	3			40	35		5	1	1		
	M												5				
Domínica	HM																
	H																
	M																
Equador	HM																
	H	3	3			1	1			4	3		1	2	2		
	M												1				
Granada	HM																
	H																
	M																
Guatemala	HM																3
	H									2	2			3			
	M																3
Guiana	HM																
	H													1	1		
	M																
Haiti	HM																
	H																
	M																
Honduras	HM																
	H					1	1										
	M																
Jamaica	HM																
	H																
	M																
Nicarágua	HM																
	H																
	M																
Panamá	HM																
	H																
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	BRAGANÇA				CASTELO BRANCO				COIMBRA				ÉVORA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Paraguai	HM																
	H	2	2														
	M																
Peru	HM																
	H	1	1			5	5			8	8			1	1		
	M																
República Dominicana	HM																
	H	2	2							1	1			1	1		
	M																
Salvador	HM																
	H																
	M																
Santa Lúcia	HM																
	H																
	M																
São Vicente	HM																
	H																
	M																
Suriname	HM																
	H					2	2										
	M																
Trindade e Tobago	HM																
	H									4	4						
	M																
Uruguai	HM																
	H									3	2			1			3
	M													1	10	7	
																	3
Ásia	HM				12			3	20			6	62			2	14
	H	169	157		11	294	271	3	17	608	540	5	37	170	154	1	9
	M				1				3			1	25			1	5
Afganistão	HM																
	H																
	M																
Arábia Saudita	HM																
	H																
	M																
Arménia	HM																
	H									1	1						
	M																
Azerbaijão	HM																
	H																
	M																
Bangladesh	HM																
	H					28	28			18	18						
	M																
Barém	HM																
	H									1	1						
	M																
Brunei	HM																
	H																
	M																
Butão	HM																
	H																
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	BRAGANÇA				CASTELO BRANCO				COIMBRA				ÉVORA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Catar	HM																
	H																
	M																
Cazaquistão	HM				10				1				1				
	H	37	27		10	5	4		1	20	19		1	1	1		
	M																
China	HM								7			1	15			1	9
	H	97	97			106	99		4	338	322	1	7	113	103		6
	M								3				8			1	4
Coreia do Norte	HM																
	H																
	M																
Coreia do Sul	HM																
	H					1	1			3	3						
	M																
Emiratos Árabes Unidos	HM																
	H																
	M																
Filipinas	HM																
	H	1	1			1	1			6	6			5	5		
	M																
Geórgia	HM				1								1			1	3
	H	6	5		1	6	6			8	7		1	22	18	1	3
	M																
Hong-Kong	HM																
	H	8	8														
	M																
Iémen	HM																
	H																
	M																
Índia	HM							2	8			3	12				1
	H	11	11			114	104	2	8	57	42	3	10	12	11		
	M												2				1
Indonésia	HM																
	H									1	1			1	1		
	M																
Irão	HM																
	H					3	3			18	18			1	1		
	M																
Iraque	HM																
	H	2	2														
	M																
Israel	HM																
	H					1	1										
	M																
Japão	HM												4				
	H									21	17			1	1		
	M												4				
Jordânia	HM																
	H													2	2		
	M																
Kuwait	HM																
	H																
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	BRAGANÇA				CASTELO BRANCO				COIMBRA				ÉVORA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Laos	HM																
	H																
	M																
Líbano	HM																
	H	1	1							3	3						
	M																
Macau	HM																
	H																
	M																
Malásia	HM																
	H																
	M																
Maldivas	HM																
	H																
	M																
Mongólia	HM																
	H																
	M																
Myanmar	HM																
	H																
	M																
Nepal	HM												4				
	H					1	1			4			4				
	M																
Oman	HM																
	H																
	M																
Paquistão	HM							1	1				4				1
	H	4	4			14	12	1	1	24	20		4	5	4		1
	M																
Quirziquistão	HM								1								
	H					5	4		1	2	2			2	2		
	M																
Singapura	HM																
	H					2	2										
	M																
Síria	HM																
	H					1	1			2	2						
	M																
Sri Lanka	HM																
	H					1	1			1	1						
	M																
Tailândia	HM																
	H					2	2										
	M																
Taiwan	HM																
	H																
	M																
Tajiquistão	HM																
	H													1	1		
	M																
Território Palestino Ocupado	HM																
	H																
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	BRAGANÇA				CASTELO BRANCO				COIMBRA				ÉVORA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Timor	HM								2				9				
	H					3	1		2	15	6						
	M												9				
Turcomenistão	HM																
	H																
	M																
Usbequistão	HM				1							2	12				
	H	2	1							65	51	1	10	4	4		
	M				1							1	2				
Vietname	HM																
	H																
	M																
Oceânia	HM																
	H	1	1			4	4			31	31			6	6		
	M																
Austrália	HM																
	H	1	1			3	3			29	29			6	6		
	M																
Fidji	HM																
	H																
	M																
Nova Zelândia	HM																
	H					1	1			2	2						
	M																
Apátrida	HM																
	H	2	2							1	1						
	M																
Desconhecida	HM																
	H									6	6						
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	FARO				GUARDA				LEIRIA				LISBOA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Total	HM			727	2999			20	106			239	938			3030	14902
	H	74335	70609	576	1966	2360	2234	16	63	12866	11689	193	590	188516	170584	1842	8203
	M			151	1033			4	43			46	348			1188	6699
Europa	HM			472	1428			13	45			144	476			922	3020
	H	50634	48734	387	864	1175	1117	11	31	7920	7300	125	310	51510	47568	631	1425
	M			85	564			2	14			19	166			291	1595
União Europeia (inclui os trabalhadores dos novos EM da EU abrangidos pelo respectivo regime transitório)	HM			66	270			1	16			11	14			101	801
	H	34357	34021	56	161	641	624	1	9	2464	2439	11	10	38788	37886	63	391
	M			10	109				7				4			38	410
Alemanha	HM																
	H	5029	5029			113	113			278	278			4393	4393		
	M																
Áustria	HM																
	H	169	169			4	4			12	12			287	287		
	M																
Bélgica	HM																
	H	868	868			21	21			90	90			1028	1028		
	M																
Bulgária	HM			12	62			1	11			3	5			23	87
	H	1427	1353	8	39	81	69	1	5	61	53	3	3	1334	1224	10	35
	M			4	23				6				2			13	52
Chipre	HM																
	H	1	1														
	M																
Dinamarca	HM																
	H	283	283			6	6			14	14			356	356		
	M																
Eslovénia	HM																
	H	8	8							2	2			16	16		
	M																
Espanha	HM																
	H	984	984			138	138			251	251			9132	9132		
	M																
Estónia	HM																
	H	12	12							4	4			32	32		
	M																
Finlândia	HM																
	H	236	236			2	2			9	9			210	210		
	M																
França	HM																
	H	1329	1329			107	107			486	486			4331	4331		
	M																
Grécia	HM																
	H	20	20							2	2			110	110		
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	FARO				GUARDA				LEIRIA				LISBOA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Hungria	HM	43	43							12	12			138	138		
	H																
	M																
Irlanda	HM	441	441			2	2			10	10			272	272		
	H																
	M																
Itália	HM	495	495			20	20			112	112			2407	2407		
	H																
	M																
Letónia	HM	29	29							16	16			57	57		
	H																
	M																
Lituânia	HM	39	39			2	2			16	16			53	53		
	H																
	M																
Luxemburgo	HM	31	31			1	1			10	10			48	48		
	H																
	M																
Malta	HM	1	1											4	4		
	H																
	M																
Países Baixos	HM	2840	2840			54	54			201	201			1384	1384		
	H																
	M																
Polónia	HM	77	77			7	7			60	60			312	312		
	H																
	M																
Reino Unido	HM	13767	13767			9	9			375	375			5229	5229		
	H																
	M																
República Checa	HM	27	27			2	2			5	5			57	57		
	H																
	M																
República Eslovaca	HM	25	25			3	3			7	7			34	34		
	H																
	M																
Roménia	HM	5789	5527	54	208	68	63			5		8	9	6771	5979	78	714
	H			48	122					4		8	7			53	356
	M			6	86					1			2			25	358
Suécia	HM	387	387			1	1			15	15			793	793		
	H																
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	FARO				GUARDA				LEIRIA				LISBOA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Outros da Europa	HM			406	1158			12	29			133	462			821	2219
	H	16277	14713	331	703	534	493	10	22	5456	4861	114	300	12722	9682	568	1034
	M			75	455			2	7			19	162			253	1185
Albânia	HM																4
	H	1	1							3	3			27	23		1
	M																3
Andorra	HM													8	8		
	H																
	M																
Antiga Rep. Jugoslava da Macedónia	HM																2
	H	1	1			1	1			3	3			9	7		2
	M																
Bielorrússia	HM			6	18				2			1	2			10	25
	H	95	71	5	7	18	16		1	39	36		1	100	65	4	7
	M			1	11				1			1	1			6	18
Bósnia-Herzegovina	HM																
	H	2	2			2	2			7	7			71	71		
	M																
Croácia	HM																
	H	21	21							6	6			37	37		
	M																
Ex-Checoslováquia	HM																
	H									1	1			34	34		
	M																
Ex-Jugoslávia	HM																
	H	23	23							1	1			68	68		
	M																
Ex-Sérvia e Montenegro	HM																
	H	36	36			1	1			4	4			61	61		
	M																
Ex-URSS	HM																
	H									4	4			226	226		
	M																
Islândia	HM																
	H	22	22							1	1			19	19		
	M																
Liechtenstein	HM										0						
	H	4	4														
	M																
Moldávia	HM			131	551			4	6			26	88			206	708
	H	5319	4637	124	355	48	38	4	3	682	568	26	52	2996	2082	177	350
	M			7	196				3				36			29	358
Mónaco	HM																
	H	3	3											1	1		
	M																
Montenegro	HM																
	H	3	3														
	M																
Noruega	HM																
	H	237	237			1	1			14	14			349	349		
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	FARO				GUARDA				LEIRIA				LISBOA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Rússia	HM	1087	975	41	71	8	8			284	254	10	20	1223	1000	76	147
	H			23	26							6	9			37	61
	M			18	45							4	11			39	86
Sérvia	HM	5	5											3	3		
	H																
	M																
Suíça	HM	573	573			7	7			84	84			549	549		
	H																
	M																
Turquia	HM	20	20							2	2			84	80		4
	H																3
	M																1
Ucrânia	HM	8825	8079	228	518	448	419	8	21	4321	3873	96	352	6857	4999	529	1329
	H			179	315			6	18			82	238			350	610
	M			49	203			2	3			14	114			179	719
África	HM	10887	10258	67	562	311	277	2	32	1285	1159	15	111	93240	86748	1011	5481
	H			61	466			2	13			10	72			568	3377
	M			6	96				19			5	39			443	2104
Angola	HM	1274	1226	11	37	79	77		2	305	287	5	13	21249	19603	354	1292
	H			9	25				1			5	5			198	701
	M			2	12				1				8			156	591
Cabo Verde	HM	4269	4123	22	124	132	110		22	526	464	3	59	39953	38152	332	1469
	H			21	75				9				32			174	670
	M			1	49				13			3	27			158	799
Guiné-Bissau	HM	2942	2795	19	128	14	12		2	102	96	2	4	15714	14580	150	984
	H			17	111							1	3			94	681
	M			2	17				2			1	1			56	303
Moçambique	HM	195	181		14	17	17			67	63		4	3618	3469	19	130
	H				5								3			10	65
	M				9								1			9	65
São Tomé e Príncipe	HM	144	132		12	11	10		1	36	33		3	6945	6321	110	514
	H				8				1				3			52	239
	M				4											58	275
Outros de África	HM	2063	1801	15	247	58	51	2	5	249	216	5	28	5761	4623	46	1092
	H			14	242			2	2			4	26			40	1021
	M			1	5				3			1	2			6	71
África do Sul	HM	621	619	1	1	11	11			21	21			1013	1013		
	H				1												
	M			1													
Argélia	HM	43	42		1					9	9			66	60	2	4
	H				1											2	3
	M																1
Benim	HM	3	3											20	16	2	2
	H															2	2
	M																
Botswana	HM	1	1							1	1			4	4		
	H																
	M																
Burkina Faso	HM	1	1							4	4			6	6		
	H																
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	FARO				GUARDA				LEIRIA				LISBOA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Burundi	HM	1	1														
	H																
	M																
Camarões	HM				2											1	1
	H	6	4		2					2	2			26	24	1	1
	M																
Chade	HM																
	H									1	1						
	M																
Congo (República Democrática)	HM																5
	H	7	7			11	11			10	10			254	249		4
	M																1
Congo (República)	HM								4							2	13
	H	2	2			13	9		1					73	58	2	11
	M								3								2
Costa do Marfim	HM																1
	H	14	14							1	1			64	63		1
	M																
Egipto	HM				14												86
	H	66	52		14	1	1			6	6			191	105		80
	M																6
Etiópia	HM																
	H									1	1			8	8		
	M																
Gabão	HM																
	H	1	1											4	4		
	M																
Gâmbia	HM															2	29
	H	12	12											59	28	2	28
	M																1
Gana	HM				5											2	6
	H	30	25		5	3	3			3	3			85	77	2	6
	M																1
Guiné	HM			8	102				1			1				9	148
	H	479	369	8	102	3	2		1	3	2	1		914	757	9	141
	M																7
Guiné Equatorial	HM																
	H	1	1							2	2			17	17		
	M																
Jibouti	HM																
	H													1	1		
	M																
Lesoto	HM																
	H													1	1		
	M																
Libéria	HM																
	H	2	2											34	34		
	M																
Líbia	HM																3
	H													45	42		3
	M																
Madagáscar	HM																
	H	3	3											12	12		
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	FARO				GUARDA				LEIRIA				LISBOA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Malawi	HM													23	22	1	
	H																
	M															1	
Mali	HM				3												4
	H	9	6		3	1	1							61	57		4
	M																
Marrocos	HM			5	61			2				4	21			1	60
	H	444	378	5	57	14	12	2		158	133	3	20	385	324		51
	M				4							1	1			1	9
Maurícia	HM																
	H	2	2											8	8		
	M																
Mauritânia	HM																4
	H	3	3							1	1			39	35		4
	M																
Namíbia	HM																
	H	3	3											3	3		
	M																
Niger	HM																
	H																
	M																
Nigéria	HM				8											3	72
	H	36	28		8					1	1			236	161	1	60
	M															2	12
Quênia	HM				1												3
	H	13	12							2	2			237	234		2
	M				1												1
República Centro-Africana	HM																
	H	2	2											2	2		
	M																
Ruanda	HM																
	H	1	1							5	5			13	13		
	M																
Seicheles e Dependências	HM																
	H									1	1			2	2		
	M																
Senegal	HM				48								4			16	638
	H	205	157		48					7	3		4	1363	709	15	611
	M															1	27
Serra Leoa	HM															2	1
	H	7	7											97	94	2	1
	M																
Somália	HM																
	H													1	1		
	M																
Suazilândia	HM																
	H	1	1											7	7		
	M																
Sudão	HM																
	H	1	1											11	11		
	M																
Tanzânia	HM												1				1
	H	3	3							2	1		1	248	247		
	M																1



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	FARO				GUARDA				LEIRIA				LISBOA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Togo	HM															2	4
	H	6	5		1									42	36	2	3
	M																1
Tunísia	HM																5
	H	19	19			1	1			3	3			30	25		5
	M																5
Uganda	HM												2				
	H									5	3		1	5	5		
	M												1				
Zâmbia	HM															1	2
	H													9	6		1
	M															1	1
Zimbabwe	HM				1												
	H	15	14		1									42	42		
	M																
América	HM			150	853			5	21			64	252			990	5218
	H	9818	8815	96	509	655	629	3	11	3045	2729	43	138	31380	25172	559	2470
	M			54	344			2	10			21	114			431	2748
América do Norte	HM				9								4				133
	H	984	975		5	167	167			359	355		1	5299	5166		82
	M				4								3				51
Canadá	HM				2												7
	H	345	343		1	3	3			138	138			537	530		2
	M				1												5
EUA	HM				6								1				114
	H	626	620		3	162	162			201	200		1	4599	4485		77
	M				3												37
Outros da América do Norte	HM				1								3				12
	H	13	12		1	2	2			20	17			163	151		3
	M												3				9
Bermudas	HM																
	H													1	1		
	M																
México	HM				1								3				12
	H	13	12		1	2	2			20	17			162	150		3
	M												3				9
América Central e do Sul	HM			150	844			5	21			64	248			990	5085
	H	8834	7840	96	504	488	462	3	11	2686	2374	43	137	26081	20006	559	2388
	M			54	340			2	10			21	111			431	2697
Brasil	HM			148	822			5	20			63	244			973	4980
	H	8046	7076	95	490	432	407	3	10	2544	2237	42	135	24397	18444	551	2328
	M			53	332			2	10			21	109			422	2652
Venezuela	HM				3											1	6
	H	310	307		2	20	20			19	19			345	338		3
	M				1											1	3
Outros da América Central e do Sul	HM			2	19				1			1	4			16	99
	H	478	457	1	12	36	35		1	123	118	1	2	1339	1224	8	57
	M			1	7								2			8	42
Antígua e Barbuda	HM																
	H																
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	FARO				GUARDA				LEIRIA				LISBOA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Argentina	HM			1	2								1				15
	H	145	142	1	1	22	22			50	49			252	237		9
	M				1								1				6
Barbados	HM																
	H	1	1														
	M																
Belize	HM																
	H																
	M																
Bolívia	HM				1											1	7
	H	4	3		1					2	2			50	42	1	2
	M																5
Chile	HM																8
	H	29	29			6	6			6	6			141	133		6
	M																2
Colômbia	HM				2							1	2			3	21
	H	77	75		1	3	2			9	6	1	1	212	188		13
	M				1								1			3	8
Costa Rica	HM																1
	H	3	3											14	13		1
	M																
Cuba	HM				3								1			8	11
	H	86	83		2					31	30		1	227	208	4	8
	M				1										4		3
Domínica	HM																
	H	1	1														
	M																
Equador	HM				9											4	23
	H	81	72		5					6	6			130	103	3	12
	M				4											1	11
Granada	HM																
	H	1	1														
	M																
Guatemala	HM																
	H													15	15		
	M																
Guiana	HM																
	H													4	4		
	M																
Haiti	HM																
	H													3	3		
	M																
Honduras	HM																
	H													2	2		
	M																
Jamaica	HM																
	H	2	2											4	4		
	M																
Nicarágua	HM																
	H	4	4											6	6		
	M																
Panamá	HM				1												1
	H	1			1					3	3			22	21		
	M																1



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	FARO				GUARDA				LEIRIA				LISBOA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Paraguai	HM																5
	H	3	3							1	1			14	9		2
	M																3
Peru	HM																3
	H	14	14							6	6			129	126		2
	M																1
República Dominicana	HM																2
	H	4	4							5	5			38	36		1
	M																1
Salvador	HM																
	H	2	2											6	6		
	M																
Santa Lúcia	HM																
	H													1	1		
	M																
São Vicente	HM																
	H																
	M																
Suriname	HM																
	H									1	1			2	2		
	M																
Trindade e Tobago	HM																
	H	7	7											5	5		
	M																
Uruguai	HM			1	1												2
	H	13	11		1	5	5			3	3			62	60		1
	M			1													1
Ásia	HM			38	156				8			16	99			107	1170
	H	2775	2581	32	127	217	209		8	601	486	15	70	11982	10705	84	926
	M			6	29							1	29			23	244
Afganistão	HM																
	H													3	3		
	M																
Arábia Saudita	HM																
	H	7	7											10	10		
	M																
Arménia	HM																
	H	7	7							9	6	1	2	23	20	2	1
	M											1	1				
Azerbaijão	HM																
	H													3	3		
	M																
Bangladesh	HM			1	4											4	83
	H	81	76	1	3	1	1							628	541	4	81
	M				1												2
Barém	HM																
	H													5	5		
	M																
Brunei	HM																
	H	1	1											5	5		
	M																
Butão	HM																
	H																
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	FARO				GUARDA				LEIRIA				LISBOA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Catar	HM													2	2		
	H																
	M																
Cazaquistão	HM			1	1							1	3			5	12
	H	23	21	1	1	4	4			31	27	1	1	45	28	1	5
	M												2			4	7
China	HM			10	53				1				19			27	357
	H	1069	1006	9	39	96	95		1	248	229		11	4304	3920	15	222
	M			1	14								8			12	135
Coreia do Norte	HM													18	18		
	H																
	M																
Coreia do Sul	HM				1												15
	H	1												208	193		7
	M				1												8
Emiratos Árabes Unidos	HM																
	H	2	2														
	M																
Filipinas	HM			1	1								2			5	15
	H	54	52							11	9			285	265	1	2
	M			1	1								2			4	13
Geórgia	HM			14	13							3	7			17	31
	H	188	161	11	8	6	6			57	47	2	5	202	154	15	20
	M			3	5							1	2			2	11
Hong-Kong	HM													1	1		
	H	286	286														
	M																
Iémen	HM													2	2		
	H																
	M																
Índia	HM			5	52				7			2	11			32	353
	H	494	437	5	49	94	87		7	64	51	2	11	2638	2253	31	315
	M				3											1	38
Indonésia	HM																2
	H	3	3											20	18		2
	M																
Irão	HM																2
	H	51	51											446	444		2
	M																
Iraque	HM																
	H	7	7											92	92		
	M																
Israel	HM																
	H	15	15											85	85		
	M																
Japão	HM				2								3				14
	H	22	20		1	1	1			9	6		1	653	639		8
	M				1								2				6
Jordânia	HM																
	H	34	34							1	1			44	44		
	M																
Kuwait	HM																
	H	3	3											12	12		
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	FARO				GUARDA				LEIRIA				LISBOA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Laos	HM													1	1		
	H																
	M																
Líbano	HM													123	123		
	H	38	38			1	1			6	6						
	M																
Macau	HM													3	3		
	H																
	M																
Malásia	HM													22	22		
	H	13	13			2	2										
	M																
Maldivas	HM													7	7		
	H																
	M																
Mongólia	HM																
	H	1	1			1	1										
	M																
Myanmar	HM													2	2		
	H																
	M																
Nepal	HM				5											6	36
	H	74	69		5					1	1			196	154	6	31
	M																5
Oman	HM																5
	H													5			4
	M																1
Paquistão	HM				7							1	11			7	218
	H	154	147		7	8	8			45	33	1	11	1666	1441	7	212
	M																6
Quirziquistão	HM																
	H	-1	-1			1	1			1	1			8	8		
	M																
Singapura	HM																
	H	3	3											25	25		
	M																
Síria	HM																1
	H	18	18							1	1			50	49		1
	M																
Sri Lanka	HM				1												
	H	4	3		1									14	14		
	M																
Tailândia	HM				2												3
	H	35	33			1	1			3	3			63	60		2
	M				2												1
Taiwan	HM																2
	H													7	5		1
	M																1
Tajiquistão	HM			1													
	H	1															
	M			1													
Território Palestino Ocupado	HM																11
	H													19	8		9
	M																2



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	FARO				GUARDA				LEIRIA				LISBOA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Timor	HM				1								5				4
	H	1			1					5				7	3		
	M												5				4
Turcomenistão	HM																
	H													2	2		
	M																
Usbequistão	HM			5	13							8	36			2	5
	H	85	67	5	12	1	1			109	65	8	29	19	12	2	1
	M				1								7				4
Vietname	HM																
	H	1	1											9	9		
	M																
Oceânia	HM																13
	H	183	183			1	1			6	6			230	217		5
	M																8
Austrália	HM																9
	H	171	171			1	1			6	6			183	174		3
	M																6
Fidji	HM																
	H	1	1														
	M																
Nova Zelândia	HM																4
	H	11	11											47	43		2
	M																2
Apátrida	HM																
	H	36	36			1	1			8	8			169	169		
	M																
Desconhecida	HM																
	H	2	2							1	1			5	5		
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	PORTALEGRE				PORTO				SANTARÉM				SETÚBAL			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Total	HM			27	237			166	1729			585	1428			400	2249
	H	2396	2132	22	129	28013	26118	126	1059	8558	6545	421	744	43821	41172	283	1292
	M			5	108			40	670			164	684			117	957
Europa	HM			15	131			77	385			381	838			185	539
	H	1499	1353	14	72	12424	11962	62	229	5296	4077	280	444	9604	8880	143	324
	M			1	59			15	156			101	394			42	215
União Europeia (inclui os trabalhadores dos novos EM da EU abrangidos pelo respectivo regime transitório)	HM			2	55			7	28			16	239			16	98
	H	999	942	2	32	7255	7220	5	18	2123	1868	12	130	5516	5402	10	64
	M				23			2	10			4	109			6	34
Alemanha	HM																
	H	51	51			1313	1313			144	144			816	816		
	M																
Áustria	HM																
	H	5	5			61	61			12	12			23	23		
	M																
Bélgica	HM																
	H	23	23			130	130			46	46			175	175		
	M																
Bulgária	HM			1	12				9			3	8			5	13
	H	52	39	1	8	388	379		6	141	130	2	7	277	259	2	8
	M				4				3			1	1			3	5
Chipre	HM																
	H					1	1			1	1						
	M																
Dinamarca	HM																
	H	4	4			132	132			4	4			33	33		
	M																
Eslovénia	HM																
	H	1	1			5	5			2	2			2	2		
	M																
Espanha	HM																
	H	287	287			1687	1687			238	238			831	831		
	M																
Estónia	HM																
	H					5	5			2	2			4	4		
	M																
Finlândia	HM																
	H					77	77			2	2			17	17		
	M																
França	HM																
	H	38	38			871	871			189	189			510	510		
	M																
Grécia	HM																
	H					20	20			1	1			6	6		
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	PORTALEGRE				PORTO				SANTARÉM				SETÚBAL			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Hungria	HM					57	57			3	3			19	19		
	H																
	M																
Irlanda	HM					22	22			21	21			19	19		
	H	5	5														
	M																
Itália	HM					476	476			121	121			342	342		
	H	50	50														
	M																
Letónia	HM					19	19			1	1			18	18		
	H																
	M																
Lituânia	HM					52	52			24	24			13	13		
	H	20	20														
	M																
Luxemburgo	HM					10	10			2	2			1	1		
	H	2	2														
	M																
Malta	HM					4	4							2	2		
	H																
	M																
Países Baixos	HM					252	252			168	168			293	293		
	H	85	85														
	M																
Polónia	HM					114	114			19	19			47	47		
	H	2	2														
	M																
Reino Unido	HM					1075	1075			116	116			399	399		
	H	99	99														
	M																
República Checa	HM					12	12			2	2			16	16		
	H	3	3														
	M																
República Eslovaca	HM					9	9			8	8			5	5		
	H																
	M																
Roménia	HM			1	43			7	19	13	231					11	85
	H	269	225	1	24	363	337	5	12	851	607	10	123	1577	1481	8	56
	M				19			2	7			3	108			3	29
Suécia	HM																
	H	3	3			100	100			5	5			71	71		
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	PORTALEGRE				PORTO				SANTARÉM				SETÚBAL			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Outros da Europa	HM			13	76			70	357			365	599			169	441
	H	500	411	12	40	5169	4742	57	211	3173	2209	268	314	4088	3478	133	260
	M			1	36			13	146			97	285			36	181
Albânia	HM												1				
	H					4	4			3	2		1	1	1		
	M																
Andorra	HM																
	H					1	1							4	4		
	M																
Antiga Rep. Jugoslava da Macedónia	HM								1								
	H					4	3							3	3		
	M								1								
Bielorrússia	HM								6			1	2			2	2
	H	11	11			95	89		5	19	16		1	27	23	2	1
	M								1			1	1				1
Bósnia-Herzegovina	HM																
	H	6	6			4	4			2	2			10	10		
	M																
Croácia	HM								1								
	H					28	27		1	2	2			10	10		
	M																
Ex-Checoslováquia	HM																
	H	2	2			16	16										
	M																
Ex-Jugoslávia	HM																
	H					30	30			3	3			6	6		
	M																
Ex-Sérvia e Montenegro	HM																
	H					17	17			1	1			2	2		
	M																
Ex-URSS	HM																
	H					38	38			4	4			5	5		
	M																
Islândia	HM																
	H	1	1			8	8			1	1			1	1		
	M																
Liechtenstein	HM																
	H					1	1										
	M																
Moldávia	HM			6	57			10	54			76	177			76	236
	H	217	154	6	27	474	410	10	36	650	397	65	102	1649	1338	69	137
	M				30				18			11	75			7	98
Mónaco	HM																
	H																
	M																
Montenegro	HM																
	H																
	M																
Noruega	HM																
	H	2	2			29	29			3	3			41	41		
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	PORTALEGRE				PORTO				SANTARÉM				SETÚBAL			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Rússia	HM				2			9	33			15	25			10	16
	H	10	8		2	561	519	6	13	110	70	9	9	401	375	2	10
	M							3	20			6	16			8	6
Sérvia	HM					2	2							1	1		
	H																
	M																
Suíça	HM																
	H	17	17			113	113			24	24			72	72		
	M																
Turquia	HM							1	8				1			1	
	H					36	27	1	3	2	1			10	9	1	
	M								5				1				
Ucrânia	HM			7	17			50	254			273	393			80	188
	H	234	210	6	11	3708	3404	40	153	2349	1683	194	201	1845	1577	59	112
	M			1	6			10	101			79	192			21	76
África					23			32	549			25	77			43	757
	HM																
	H	283	260		13	4925	4344	23	363	956	854	16	39	25790	24990	33	433
	M				10			9	186			9	38			10	324
Angola	HM				2			8	122			13	33			10	207
	H	82	80		2	1436	1306	6	56	325	279	8	16	5451	5234	6	125
	M							2	66			5	17			4	82
Cabo Verde	HM				20			5	157			4	23			19	243
	H	143	123		11	1597	1435	1	65	286	259	2	12	13539	13277	16	133
	M				9			4	92			2	11			3	110
Guiné-Bissau	HM							2	20			1	8			3	120
	H	11	11			457	435	1	17	91	82	1	4	2552	2429	2	80
	M							1	3				4			1	40
Moçambique	HM							1	27			1	1				20
	H	12	12			217	189		15	74	72	1		932	912		10
	M							1	12				1				10
São Tomé e Príncipe	HM				1			5	18			5	9			7	141
	H	20	19			205	182	4	10	47	33	3	4	2555	2407	5	63
	M				1			1	8			2	5			2	78
Outros de África								11	205			1	3			4	26
	HM																
	H	15	15			1013	797	11	200	133	129	1	3	761	731	4	22
	M								5								4
África do Sul	HM																
	H	2	2			121	121			23	23			89	89		
	M																
Argélia	HM															1	2
	H					37	37			4	4			28	25	1	2
	M																
Benim	HM															1	
	H													4	3	1	
	M																
Botswana	HM																
	H					1	1										
	M																
Burkina Faso	HM																
	H													1	1		
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	PORTALEGRE				PORTO				SANTARÉM				SETÚBAL			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Burundi	HM													1	1		
	H																
	M																
Camarões	HM								1								1
	H					18	17							14	13		1
	M								1								1
Chade	HM																
	H																
	M																
Congo (República Democrática)	HM																
	H	1	1			24	24			1	1			44	44		
	M																
Congo (República)	HM																
	H					5	5							20	20		
	M																
Costa do Marfim	HM								1								1
	H					8	7		1	2	2			34	33		1
	M																
Egipto	HM								1								2
	H					30	29		1	3	3			12	10		2
	M																
Etiópia	HM																
	H	3	3			1	1							1	1		
	M																
Gabão	HM																
	H					1	1										
	M																
Gâmbia	HM																
	H									1	1			14	7		7
	M																
Gana	HM							1	5								1
	H					49	43	1	4					7	6		
	M								1								1
Guiné	HM							1	1			1	1			1	2
	H	2	2			118	116	1	1	10	8	1	1	107	104	1	2
	M																
Guiné Equatorial	HM																
	H													10	10		
	M																
Jibouti	HM																
	H																
	M																
Lesoto	HM																
	H																
	M																
Libéria	HM																
	H													4	2		2
	M																
Líbia	HM																
	H					3	3										
	M																
Madagáscar	HM																
	H					2	2										
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	PORTALEGRE				PORTO				SANTARÉM				SETÚBAL			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Malawi	HM													2	2		
	H																
	M																
Mali	HM					11	11			3	3			12	12		
	H																
	M																
Marrocos	HM							9	136				2				2
	H	5	5			361	216	9	133	65	63		2	126	124		2
	M								3								
Maurícia	HM																
	H																
	M																
Mauritânia	HM																
	H					2	2							4	4		
	M																
Namíbia	HM																
	H													2	2		
	M																
Niger	HM																
	H																
	M																
Nigéria	HM								1								2
	H					19	18		1					27	25		1
	M																1
Quênia	HM								1								1
	H	2	2			3	2		1	1	1			22	21		
	M																1
República Centro-Africana	HM																
	H					1	1										
	M																
Ruanda	HM																
	H					7	7							1	1		
	M																
Seicheles e Dependências	HM																
	H																
	M																
Senegal	HM								57								2
	H					167	110		57	7	7			98	96		2
	M																
Serra Leoa	HM																
	H					2	2							3	3		
	M																
Somália	HM																
	H																
	M																
Suazilândia	HM																
	H					2	2							5	5		
	M																
Sudão	HM																
	H													1	1		
	M																
Tanzânia	HM								1								
	H					1			1	2	2			46	46		
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	PORTALEGRE				PORTO				SANTARÉM				SETÚBAL			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Togo	HM					1	1							3	2	1	
	H																
	M																
Tunísia	HM					14	14			9	9			5	5		
	H																
	M																
Uganda	HM					1	1							1	1		
	H																
	M																
Zâmbia	HM													1	1		
	H																
	M																
Zimbabwe	HM					3	3			2	2			12	11		1
	H																
	M																1
América	HM			8	67			45	598			161	425			166	890
	H	489	414	4	31	8095	7452	29	327	1801	1215	109	200	6788	5732	101	485
	M			4	36			16	271			52	225			65	405
América do Norte	HM				2				37								3
	H	30	28		1	353	316		27	143	143			277	274		3
	M				1				10								
Canadá	HM																1
	H	1	1			40	40			36	36			76	75		1
	M																
EUA	HM				2				29								2
	H	22	20		1	284	255		24	97	97			176	174		2
	M				1				5								
Outros da América do Norte	HM								8								
	H	7	7			29	21		3	10	10			25	25		
	M								5								
Bermudas	HM																
	H	2	2														
	M																
México	HM								8								
	H	5	5			29	21		3	10	10			25	25		
	M								5								
América Central e do Sul	HM			8	65			45	561			161	425			166	887
	H	459	386	4	30	7742	7136	29	300	1658	1072	109	200	6511	5458	101	482
	M			4	35			16	261			52	225			65	405
Brasil	HM			8	65			42	507			160	419			163	872
	H	447	374	4	30	7083	6534	26	259	1570	991	109	196	6156	5121	99	475
	M			4	35			16	248			51	223			64	397
Venezuela	HM																
	H	2	2			221	221			19	19			83	83		
	M																
Outros da América Central e do Sul	HM							3	54			1	6			3	15
	H	10	10			438	381	3	41	69	62		4	272	254	2	7
	M								13			1	2			1	8
Antígua e Barbuda	HM																
	H																
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	PORTALEGRE				PORTO				SANTARÉM				SETÚBAL			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Argentina	HM								7				5			1	8
	H	5	5			54	47		4	15	10		3	41	32	1	4
	M								3				2				4
Barbados	HM																
	H					2	2										
	M																
Belize	HM																
	H													1	1		
	M																
Bolívia	HM																1
	H					6	6			3	3			11	10		1
	M																1
Chile	HM								1								
	H	1	1			20	19		1	7	7			27	27		
	M																
Colômbia	HM								4			1	1				
	H	4	4			73	69		2	14	12		1	49	49		
	M								2			1					
Costa Rica	HM																
	H					2	2										
	M																
Cuba	HM							2	21								1
	H					106	83	2	19	11	11			56	55		1
	M							2									1
Domínica	HM																
	H													1	1		
	M																
Equador	HM							1	20							1	
	H					90	69	1	15	5	5			12	11	1	
	M								5								
Granada	HM																
	H													1	1		
	M																
Guatemala	HM																1
	H					1	1			1	1			9	8		1
	M																1
Guiana	HM																
	H													15	15		
	M																
Haiti	HM																
	H																
	M																
Honduras	HM																
	H					1	1							4	4		
	M																
Jamaica	HM																
	H					3	3										
	M																
Nicarágua	HM																
	H									1	1			1	1		
	M																
Panamá	HM								1							1	1
	H					2	1							5	3		
	M								1						1		1



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	PORTALEGRE				PORTO				SANTARÉM				SETÚBAL			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Paraguai	HM					10	10							5	5		
	H																
	M																
Peru	HM					46	46			6	6			22	21		1
	H																1
	M																
República Dominicana	HM					7	7			3	3			3	3		
	H																
	M																
Salvador	HM					3	3										
	H																
	M																
Santa Lúcia	HM																
	H																
	M																
São Vicente	HM									1	1						
	H																
	M																
Suriname	HM									1	1						
	H																
	M																
Trindade e Tobago	HM					1	1										
	H																
	M																
Uruguai	HM					11	11			1	1			9	7		2
	H																2
	M																
Ásia	HM			4	16			12	197			18	88			6	63
	H	125	105	4	13	2536	2327	12	140	495	389	16	61	1577	1508	6	50
	M				3				57			2	27				13
Afganistão	HM																
	H													2	2		
	M																
Arábia Saudita	HM					1	1							4	4		
	H																
	M																
Arménia	HM					2	2			5	5			3	2		1
	H																1
	M																
Azerbaijão	HM					1	1			1	1			2	2		
	H																
	M																
Bangladesh	HM								8								5
	H	10	10			146	138		8	3	3			141	136		5
	M																
Barém	HM					9	9							1	1		
	H																
	M																
Brunei	HM					2	2										
	H																
	M																
Butão	HM																
	H																
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	PORTALEGRE				PORTO				SANTARÉM				SETÚBAL			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Catar	HM																
	H																
	M																
Cazaquistão	HM							2	13							1	
	H					87	72	2	7	8	8			15	14	1	
	M								6								
China	HM			2	7				93			5	38			1	29
	H	61	52	2	4	1567	1474		66	247	204	4	25	747	717	1	20
	M				3				27			1	13				9
Coreia do Norte	HM																
	H																
	M																
Coreia do Sul	HM																
	H					21	21										
	M																
Emiratos Árabes Unidos	HM																
	H																
	M																
Filipinas	HM								2				1				
	H	2	2			20	18			15	14			32	32		
	M								2				1				
Geórgia	HM			2	7			2	11			9	26			1	8
	H	34	25	2	7	80	67	2	11	63	28	8	15	26	17	1	7
	M											1	11				1
Hong-Kong	HM																
	H																
	M																
Iémen	HM																
	H																
	M																
Índia	HM				1			5	30			2	5			1	14
	H	5	4		1	219	184	5	21	49	42	2	5	197	182	1	12
	M								9								2
Indonésia	HM																
	H					2	2			2	2			2	2		
	M																
Irão	HM								2								
	H	2	2			18	16		1	7	7			56	56		
	M								1								
Iraque	HM																
	H					3	3			2	2			43	43		
	M																
Israel	HM								1								
	H	8	8			10	9							8	8		
	M								1								
Japão	HM								7				7				1
	H	2	2			90	83		5	18	11		5	63	62		
	M								2				2				1
Jordânia	HM																
	H					2	2							2	2		
	M																
Kuwait	HM																
	H					1	1							2	2		
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	PORTALEGRE				PORTO				SANTARÉM				SETÚBAL			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Laos	HM																
	H																
	M																
Líbano	HM								1								
	H					5	4		1	2	2			9	9		
	M																
Macau	HM																
	H																
	M																
Malásia	HM																
	H					8	8			1	1			3	3		
	M																
Maldivas	HM																
	H																
	M																
Mongólia	HM																
	H					2	2										
	M																
Myanmar	HM																
	H																
	M																
Nepal	HM								1								
	H					14	13			3	3						
	M								1								
Oman	HM																
	H																
	M																
Paquistão	HM				1				6			2	11			2	4
	H	1			1	116	110		6	41	28	2	11	192	186	2	4
	M																
Quirziquistão	HM																
	H					1	1							11	11		
	M																
Singapura	HM																
	H					7	7			1	1			2	2		
	M																
Síria	HM																
	H					5	5			2	2			3	3		
	M																
Sri Lanka	HM																
	H					1	1							1	1		
	M																
Tailândia	HM								1								
	H					12	11		1					2	2		
	M																
Taiwan	HM																
	H																
	M																
Tajiquistão	HM																
	H																
	M																
Território Palestino Ocupado	HM																
	H					1	1							2	2		
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	PORTALEGRE				PORTO				SANTARÉM				SETÚBAL			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Timor	HM								7								
	H					8	1		2	2	2						
	M								5								
Turcomenistão	HM																
	H																
	M																
Usbequistão	HM							3	14								1
	H					75	58	3	11	23	23			6	5		1
	M								3								
Vietname	HM																
	H																
	M																
Oceânia	HM																
	H		0			20	20			9	9			36	36		
	M																
Austrália	HM																
	H					19	19			9	9			33	33		
	M																
Fidji	HM																
	H																
	M																
Nova Zelândia	HM																
	H					1	1							3	3		
	M																
Apátrida	HM																
	H					11	11			1	1			26	26		
	M																
Desconhecida	HM																
	H					2	2										
	M																



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	VIANA DO CASTELO				VILA REAL				VISEU				AÇORES				MADEIRA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Total	HM			25	121			17	101			31	201			25	113			57	206
	H	3364	3218	20	85	2007	1889	15	63	4284	4052	26	130	4830	4692	19	69	7222	6959	49	131
	M			5	36			2	38			5	71			6	44			8	75
Europa	HM			16	54			13	49			19	81			7	9			29	75
	H	2032	1962	14	41	1016	954	11	33	2146	2046	17	57	1629	1613	6	5	4688	4584	25	44
	M			2	13			2	16			2	24			1	4			4	31
União Europeia (inclui os trabalhadores dos novos EM da EU abrangidos pelo respectivo regime transitório)	HM				13			1	3			2	19				2				16
	H	1578	1565		10	561	557	1	2	1037	1016	1	14	1039	1037		1	3099	3083		9
	M				3				1			1	5				1				7
Alemanha	HM																				
	H	103	103			29	29			94	94			421	421			622	622		
	M																				
Áustria	HM																				
	H	3	3			2	2			5	5			26	26			59	59		
	M																				
Bélgica	HM																				
	H	29	29			16	16			34	34			26	26			43	43		
	M																				
Bulgária	HM				1							1	6								
	H	23	22		1	22	22			253	246	1	6	14	14			17	17		
	M																				
Chipre	HM																				
	H																				
	M																				
Dinamarca	HM																				
	H	8	8							1	1			10	10			53	53		
	M																				
Eslovénia	HM																				
	H									1	1			1	1			2	2		
	M																				
Espanha	HM																				
	H	767	767			196	196			146	146			98	98			173	173		
	M																				
Estónia	HM																				
	H													2	2			4	4		
	M																				
Finlândia	HM																				
	H	7	7			1	1			1	1			3	3			61	61		
	M																				
França	HM																				
	H	258	258			123	123			147	147			160	160			206	206		
	M																				
Grécia	HM																				
	H	5	5							2	2			5	5			9	9		
	M																				



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL

Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	VIANA DO CASTELO				VILA REAL				VISEU				AÇORES				MADEIRA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Hungria	HM																				
	H	1	1			1	1			1	1							27	27		
	M																				
Irlanda	HM																				
	H	2	2							1	1			9	9			32	32		
	M																				
Itália	HM																				
	H	51	51			27	27			86	86			69	69			223	223		
	M																				
Letónia	HM																				
	H													5	5			6	6		
	M																				
Lituânia	HM																				
	H	4	4			2	2			3	3			2	2			24	24		
	M																				
Luxemburgo	HM																				
	H	2	2			5	5			15	15			1	1			2	2		
	M																				
Malta	HM																				
	H													2	2						
	M																				
Países Baixos	HM																				
	H	59	59			16	16			56	56			37	37			129	129		
	M																				
Polónia	HM																				
	H	10	10			6	6			7	7			4	4			30	30		
	M																				
Reino Unido	HM																				
	H	152	152			18	18			46	46			74	74			924	924		
	M																				
República Checa	HM																				
	H					1	1			4	4			1	1			8	8		
	M																				
República Eslovaca	HM																				
	H					2	2			1	1							4	4		
	M																				
Roménia	HM				12								13				2				16
	H	90	78		9	93	89		1	123	109		8	50	48		1	395	379		9
	M				3				1				5				1				7
Suécia	HM																				
	H	4	4			1	1			10	10			19	19			46	46		
	M																				



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	VIANA DO CASTELO				VILA REAL				VISEU				AÇORES				MADEIRA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Outros da Europa	HM			16	41			12	46			17	62			7	7			29	59
	H	454	397	14	31	455	397	10	31	1109	1030	16	43	590	576	6	4	1589	1501	25	35
	M			2	10			2	15			1	19			1	3			4	24
Albânia	HM																				
	H					2	2			2	2			4	4						
	M																				
Andorra	HM																				
	H	1	1																		
	M																				
Antiga Rep. Jugoslava da Macedónia	HM																				
	H	1	1							1	1			1	1			2	2		
	M																				
Bielorússia	HM												2							1	7
	H	2	2			2	2			26	24		2	7	7			51	43	1	2
	M																				5
Bósnia-Herzegovina	HM																				
	H					4	4			1	1							2	2		
	M																				
Croácia	HM																				
	H	1	1			3	3											8	8		
	M																				
Ex-Checoslováquia	HM																				
	H									1	1							2	2		
	M																				
Ex-Jugoslávia	HM																				
	H					-2	-2			2	2			1	1			6	6		
	M																				
Ex-Sérvia e Montenegro	HM																				
	H	1	1			9	9			1	1			2	2			26	26		
	M																				
Ex-URSS	HM																				
	H	8	8							1	1			1	1						
	M																				
Islândia	HM																				
	H													4	4						
	M																				
Liechtenstein	HM																				
	H																				
	M																				
Moldávia	HM			1	1			2	1			2	7			1	1			5	13
	H	55	53	1	1	20	17	2		163	154	2	4	88	86	1		266	248	5	8
	M								1			3				1					5
Mónaco	HM																				
	H																				
	M																				
Montenegro	HM																				
	H																				
	M																				
Noruega	HM																				
	H	13	13							4	4			7	7			44	44		
	M																				



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	VIANA DO CASTELO				VILA REAL				VISEU				AÇORES				MADEIRA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Rússia	HM			1	1			1	1			1	1			1	2			5	6
	H	43	41	1	1	27	26		1	59	57	1	1	47	44	1	1	131	120	2	3
	M															1	1			3	3
Sérvia	HM													1	1			2	2		
	H																				
	M																				
Suíça	HM																				
	H	19	19			7	7			29	29			35	35			93	93		
	M																				
Turquia	HM																				
	H	1	1							1	1			3	3			6	6		
	M																				
Ucrânia	HM			14	39			10	44			14	52			5	4			18	33
	H	309	256	12	29	383	329	8	30	818	752	13	36	389	380	4	3	950	899	17	22
	M			2	10			2	14			1	16			1	1			1	11
África	HM				15			1	16			2	55			9	33			6	16
	H	244	229		12	246	229	1	9	556	499	2	32	945	903	9	20	605	583	5	10
	M				3				7			23				13				1	6
Angola	HM				5				2				24			1	14			1	2
	H	95	90		4	86	84		1	170	146		15	70	55	1	8	65	62		1
	M				1				1				9				6			1	1
Cabo Verde	HM				5				10				16			7	14			1	5
	H	49	44		3	78	68		5	222	206		9	690	669	7	8	68	62	1	1
	M				2				5				7				6				4
Guiné-Bissau	HM							1				2	1			1	1			4	3
	H	30	30			28	27	1		30	27	2	1	110	108	1	1	246	239	4	2
	M																				1
Moçambique	HM								1				10				1				1
	H	10	10			9	8			34	24		4	18	17			13	12		1
	M								1				6				1				
São Tomé e Príncipe	HM												1				1				
	H	1	1			12	12			45	44			14	13		1	7	7		
	M												1								
Outros de África	HM				5				3				3				2				5
	H	59	54		5	33	30		3	55	52		3	43	41		2	206	201		5
	M																				
África do Sul	HM																				
	H	9	9			1	1			10	10			18	18			72	72		
	M																				
Argélia	HM																				
	H	4	4			3	3							1	1			1	1		
	M																				
Benim	HM																				
	H																				
	M																				
Botswana	HM																				
	H																				
	M																				
Burkina Faso	HM																				
	H									-1	-1										
	M																				



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL

Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	VIANA DO CASTELO				VILA REAL				VISEU				AÇORES				MADEIRA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Burundi	HM																				
	H																				
	M																				
Camarões	HM									2	2							1	1		
	H																				
	M																				
Chade	HM																				
	H																				
	M																				
Congo (República Democrática)	HM																				
	H	1	1			6	6			4	4										
	M																				
Congo (República)	HM									3	3										
	H																				
	M																				
Costa do Marfim	HM													1	1						
	H																				
	M																				
Egipto	HM																				
	H	3	3			2	2			5	5			-1	-1			16	16		
	M																				
Etiópia	HM									1	1										
	H																				
	M																				
Gabão	HM																				
	H					1	1														
	M																				
Gâmbia	HM																				
	H																	2	2		
	M																				
Gana	HM																				
	H													1	1						
	M																				
Guiné	HM								1				1								1
	H	6	6			2	1		1	5	4		1	8	8			63	62		1
	M																				
Guiné Equatorial	HM																				
	H																				
	M																				
Jibouti	HM																				
	H																				
	M																				
Lesoto	HM																				
	H	1	1																		
	M																				
Libéria	HM																				
	H																				
	M																				
Líbia	HM																				
	H																	4	4		
	M																				
Madagáscar	HM																				
	H																				
	M																				



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL

Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	VIANA DO CASTELO				VILA REAL				VISEU				AÇORES				MADEIRA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Malawi	HM																				
	H													1	1			1	1		
	M																				
Mali	HM													1	1			1	1		
	H	2	2			2	2														
	M																				
Marrocos	HM				4				1				2				1				
	H	25	21		4	8	7		1	17	15		2	4	3		1	11	11		
	M																				
Maurícia	HM																				
	H									2	2										
	M																				
Mauritânia	HM																				
	H																	1	1		
	M																				
Namíbia	HM																				
	H																	1	1		
	M																				
Niger	HM																				
	H																				
	M																				
Nigéria	HM				1																
	H	1			1					2	2			1	1			4	4		
	M																				
Quênia	HM																				
	H									1	1							1	1		
	M																				
República Centro-Africana	HM																				
	H																				
	M																				
Ruanda	HM																				
	H																				
	M																				
Seicheles e Dependências	HM																				
	H	1	1																		
	M																				
Senegal	HM								1								1				4
	H	2	2			6	5		1	1	1			7	6		1	24	20		4
	M																				
Serra Leoa	HM																				
	H																				
	M																				
Somália	HM																				
	H																				
	M																				
Suazilândia	HM																				
	H																				
	M																				
Sudão	HM																				
	H																				
	M																				
Tanzânia	HM																				
	H																				
	M																				



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	VIANA DO CASTELO				VILA REAL				VISEU				AÇORES				MADEIRA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Togo	HM					1	1														
	H																				
	M																				
Tunísia	HM	2	2			1	1			3	3			1	1						
	H																				
	M																				
Uganda	HM																				
	H																				
	M																				
Zâmbia	HM																	2	2		
	H																				
	M																				
Zimbabwe	HM	2	2															1	1		
	H																				
	M																				
América	HM			8	42			3	22			8	52			9	62			17	91
	H	904	854	5	25	611	586	3	10	1367	1307	6	36	2069	1998	4	38	1617	1509	14	56
	M			3	17				12			2	16			5	24			3	35
América do Norte	HM																				7
	H	138	138			16	16			123	123			1142	1139			99	92		3
	M																				4
Canadá	HM																				
	H	-10	-10			-4	-4			15	15			369	367			2	2		
	M																				
EUA	HM																				6
	H	146	146			18	18			107	107			770	770			90	84		3
	M																				3
Outros da América do Norte	HM																1				1
	H	2	2			2	2			1	1			3	2			7	6		
	M																1				1
Bermudas	HM																				
	H													-3	-3			2	2		
	M																				
México	HM																				1
	H	2	2			2	2			1	1			6	5			5	4		
	M																1				1
América Central e do Sul	HM			8	42			3	22			8	52			9	59			17	84
	H	766	716	5	25	595	570	3	10	1244	1184	6	36	927	859	4	37	1518	1417	14	53
	M			3	17				12			2	16			5	22			3	31
Brasil	HM			8	41			2	22			8	52			9	57			17	80
	H	677	628	5	24	529	505	2	10	1184	1124	6	36	898	832	4	36	1156	1059	14	50
	M			3	17				12			2	16			5	21			3	30
Venezuela	HM																				3
	H	28	28			8	8			23	23			9	9			277	274		2
	M																				1
Outros da América Central e do Sul	HM				1			1									2				1
	H	61	60		1	58	57		1	37	37			20	18		1	85	84		1
	M																1				
Antígua e Barbuda	HM																				
	H																				
	M																				



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	VIANA DO CASTELO				VILA REAL				VISEU				AÇORES				MADEIRA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Argentina	HM																				
	H	9	9			3	3			6	6			2	1			20	20		
	M																1				
Barbados	HM																				
	H																				
	M																				
Belize	HM																				
	H																				
	M																				
Bolívia	HM																				
	H													3	3			3	3		
	M																				
Chile	HM				1																
	H	3	2		1	3	3			2	2							1	1		
	M																				
Colômbia	HM																				
	H	21	21			11	11			7	7			2	2			22	22		
	M																				
Costa Rica	HM																				
	H																				
	M																				
Cuba	HM																				
	H	9	9			10	10			6	6			12	12			6	6		
	M																				
Domínica	HM																				
	H																				
	M																				
Equador	HM																				1
	H	1	1			15	14		1	5	5							17	16		1
	M																				
Granada	HM																				
	H																				
	M																				
Guatemala	HM																				
	H	2	2																		
	M																				
Guiana	HM																				
	H																	1	1		
	M																				
Haiti	HM																				
	H																	1	1		
	M																				
Honduras	HM																				
	H	1	1																		
	M																				
Jamaica	HM																				
	H																				
	M																				
Nicarágua	HM																				
	H																				
	M																				
Panamá	HM																				
	H																	-20	-20		
	M																				



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL

Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	VIANA DO CASTELO				VILA REAL				VISEU				AÇORES				MADEIRA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Paraguai	HM																				
	H	1	1															4	4		
	M																				
Peru	HM																				
	H	2	2			5	5			8	8							19	19		
	M																				
República Dominicana	HM																				
	H	5	5			4	4			2	2							4	4		
	M																				
Salvador	HM																				
	H																				
	M																				
Santa Lúcia	HM																				
	H																				
	M																				
São Vicente	HM																				
	H																				
	M																				
Suriname	HM																				
	H																				
	M																				
Trindade e Tobago	HM																				
	H					1	1											3	3		
	M																				
Uruguai	HM																1				
	H	7	7			6	6			1	1			1			1	4	4		
	M																				
Ásia	HM			1	10				14			2	13				9			5	24
	H	183	172	1	7	134	120		11	209	194	1	5	179	170		6	286	257	5	21
	M				3				3			1	8				3				3
Afeganistão	HM																				
	H																				
	M																				
Arábia Saudita	HM																				
	H	1	1																		
	M																				
Arménia	HM																				
	H																	5	5		
	M																				
Azerbaijão	HM																				
	H																				
	M																				
Bangladesh	HM																				
	H	10	10							6	6			29	28		1	23	23		
	M																1				
Barém	HM																				
	H																				
	M																				
Brunei	HM																				
	H																				
	M																				
Butão	HM																				
	H																				
	M																				



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL

Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	VIANA DO CASTELO				VILA REAL				VISEU				AÇORES				MADEIRA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Catar	HM																				
	H																				
	M																				
Cazaquistão	HM				3																
	H	11	8		1	2	2			1	1			3	3			1	1		
	M				2																
China	HM				4				6			2	10				3				5
	H	97	93		3	96	90		3	141	129	1	3	70	67			101	96		5
	M				1				3			1	7			3					5
Coreia do Norte	HM																				
	H																	1	1		
	M																				
Coreia do Sul	HM																				
	H													3	3			1	1		
	M																				
Emiratos Árabes Unidos	HM																				
	H																				
	M																				
Filipinas	HM																				
	H	3	3							9	9			6	6			8	8		
	M																				
Geórgia	HM								2								1			3	2
	H	2	2			14	12		2	5	5			17	16		1	30	25	3	2
	M																				
Hong-Kong	HM																				
	H																	3	3		
	M																				
Iémen	HM																				
	H																				
	M																				
Índia	HM				1								1				1				
	H	17	16		1	5	5			35	34		1	17	16		1	5	5		
	M																				
Indonésia	HM																				
	H	1	1																		
	M																				
Irão	HM																				
	H	1	1							1	1			10	10			1	1		
	M																				
Iraque	HM																				
	H																				
	M																				
Israel	HM																				
	H																	1	1		
	M																				
Japão	HM				2																
	H	19	17		2	2	2			2	2			1	1			2	2		
	M																				
Jordânia	HM																				
	H																				
	M																				
Kuwait	HM																				
	H																				
	M																				



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL

Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	VIANA DO CASTELO				VILA REAL				VISEU				AÇORES				MADEIRA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Laos	HM																				
	H																				
	M													1	1						
Líbano	HM																				
	H									1	1										
	M																				
Macao	HM																				
	H																				
	M																				
Malásia	HM																				
	H																				
	M																				
Maldivas	HM																				
	H																				
	M																				
Mongólia	HM																				
	H																				
	M																				
Myanmar	HM																				
	H																				
	M																				
Nepal	HM																				
	H	8	8											1	1						
	M																				
Oman	HM																				
	H																				
	M																				
Paquistão	HM			1																	
	H	9	8	1		4	4			1	1			13	13			41	41		
	M																				
Quirziquistão	HM																				
	H					3	1											1	1		
	M								2												
Singapura	HM																				
	H	1	1							1	1										
	M																				
Síria	HM													1							
	H	2	2							2	1			1				4	4		
	M																				
Sri Lanka	HM																				
	H																	3	3		
	M																				
Tailândia	HM																				
	H	1	1			1	1			2	2			1	1			2	2		
	M																				
Taiwan	HM																				
	H																				
	M																				
Tajiquistão	HM																				
	H																				
	M																				
Território Palestino Ocupado	HM																				
	H																				
	M																				



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL

Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos

Dados provisórios de 2007

PAÍS	Sexo	VIANA DO CASTELO				VILA REAL				VISEU				AÇORES				MADEIRA			
		Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's	Sub-Total	TR's	Prorr. AP's	Prorr. VLD's
Timor	HM																				
	H													1							
	M																				
Turcomenistão	HM																				
	H																				
	M																	1	1		
Usbequistão	HM																				
	H					7	3			2	1			6	4			50	31	2	17
	M												1				2			2	14
Vietname	HM																				
	H																				
	M																	2	2		
Oceânia	HM																				
	H		0				0			4	4			4	4			18	18		
	M																				
Austrália	HM																				
	H									3	3			3	3			14	14		
	M																				
Fidji	HM																				
	H																				
	M																				
Nova Zelândia	HM																				
	H									1	1			1	1			4	4		
	M																				
Apátrida	HM																				
	H	1	1							1	1			4	4			8	8		
	M																				
Desconhecida	HM																				
	H									1	1										
	M																				



ANEXO II

População Estrangeira que Solicitou o Estatuto de Residente

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA QUE SOLICITOU ESTATUTO DE RESIDENTE

População estrangeira que solicitou estatuto de residente, por nacionalidade e sexo, segundo o mês do pedido

Dados Provisórios de 2007

Nacionalidade e sexo		Total	Mês do pedido											
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Total	HM	60117	6664	5223	5711	5603	5735	5152	7059	3673	4477	4509	3526	2785
	H	32239	3625	2773	2999	3013	2995	2815	3695	2036	2308	2465	1925	1590
	M	27878	3039	2450	2712	2590	2740	2337	3364	1637	2169	2044	1601	1195
Europa	HM	38920	3700	2913	3550	4070	4261	3843	5907	2310	2608	2437	1887	1434
	H	21364	2024	1580	1933	2293	2301	2174	3141	1295	1362	1367	1054	840
	M	17556	1676	1333	1617	1777	1960	1669	2766	1015	1246	1070	833	594
União Europeia	HM	25452	1449	1261	2169	2980	3288	2845	4985	1437	1587	1576	1082	793
	H	13729	748	615	1160	1662	1793	1604	2649	784	785	871	591	467
	M	11723	701	646	1009	1318	1495	1241	2336	653	802	705	491	326
Alemanha	HM	1640	176	122	121	126	124	109	449	85	106	107	67	48
	H	838	89	59	66	64	60	61	235	45	59	48	33	19
	M	802	87	63	55	62	64	48	214	40	47	59	34	29
Áustria	HM	78	4	4	10	4	9	6	22	3	3	5	5	3
	H	42	2	3	4	2	6	4	12	2		3	2	2
	M	36	2	1	6	2	3	2	10	1	3	2	3	1
Bélgica	HM	299	25	20	26	19	16	18	106	5	19	21	15	9
	H	154	12	7	13	9	7	9	59	3	8	12	10	5
	M	145	13	13	13	10	9	9	47	2	11	9	5	4
Bulgária	HM	2959	96	74	312	461	556	412	328	206	167	153	90	104
	H	1592	57	36	176	244	277	222	177	124	86	93	45	55
	M	1367	39	38	136	217	279	190	151	82	81	60	45	49
Dinamarca	HM	63	9	4	5	3	1		26	5	2	5	1	2
	H	34	3	3	3	2	1		11	3	1	4	1	2
	M	29	6	1	2	1			15	2	1	1		
Eslovénia	HM	19	1	2		1	1	1	4	3	3	2		1
	H	5	1						1	1	1	1		
	M	14		2		1	1	1	3	2	2	1		1

Dados Provisórios de 2007

Nacionalidade e sexo		Total	Mês do pedido											
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Espanha	HM	1442	119	88	100	84	76	62	505	58	137	108	57	48
	H	734	60	33	52	42	39	38	247	37	62	64	29	31
	M	708	59	55	48	42	37	24	258	21	75	44	28	17
Estónia	HM	36	4		4	2	4	4	12		1	2		3
	H	5	1		1		1		2					
	M	31	3		3	2	3	4	10		1	2		3
Finlândia	HM	53	1	4	5	4	5	3	19		2	4	5	1
	H	22		3	3	1		2	9		2	1	1	
	M	31	1	1	2	3	5	1	10			3	4	1
França	HM	840	59	56	73	50	59	38	282	55	62	53	31	22
	H	445	35	27	38	30	31	23	154	27	23	24	16	17
	M	395	24	29	35	20	28	15	128	28	39	29	15	5
Grécia	HM	31		5	3		1	3	12	1	2	1		3
	H	11			1		1	1	4		1	1		2
	M	20		5	2			2	8	1	1			1
Hungria	HM	134	14	14	11	5	11	7	47	4	9	5	6	1
	H	38	2	4	2		7	1	15	1	3	1	1	1
	M	96	12	10	9	5	4	6	32	3	6	4	5	
Irlanda	HM	184	14	17	13	12	14	20	61	6	16	5	5	1
	H	92	6	7	5	6	5	13	32	3	9	2	4	
	M	92	8	10	8	6	9	7	29	3	7	3	1	1
Itália	HM	1036	69	86	90	62	83	55	296	46	105	67	37	40
	H	620	46	56	47	44	50	30	166	26	58	44	21	32
	M	416	23	30	43	18	33	25	130	20	47	23	16	8
Letónia	HM	98	9	11	3	7	11	5	36	5	4	4	3	
	H	28	1	1		2	6	2	11		1	3	1	
	M	70	8	10	3	5	5	3	25	5	3	1	2	
Lituânia	HM	230	24	20	16	7	4	9	117	7	8	6	6	6
	H	105	10	11	8	3		7	53	2	2	3	1	5
	M	125	14	9	8	4	4	2	64	5	6	3	5	1
Luxemburgo	HM	26		1	1		1	1	16			1	3	2
	H	13			1			1	8				2	1
	M	13		1			1		8			1	1	1

Dados Provisórios de 2007

Nacionalidade e sexo		Total	Mês do pedido											
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Malta	HM	4	1										3	
	H	1											1	
	M	3	1										2	
Países Baixos	HM	731	72	38	82	64	50	37	225	33	47	45	17	21
	H	390	38	23	40	36	29	22	123	17	22	24	5	11
	M	341	34	15	42	28	21	15	102	16	25	21	12	10
Polónia	HM	367	51	36	20	15	13	16	131	10	29	22	12	12
	H	141	13	12	7	7	3	4	62	4	7	8	6	8
	M	226	38	24	13	8	10	12	69	6	22	14	6	4
Reino Unido	HM	3856	330	289	331	310	291	297	1031	229	237	257	147	107
	H	1970	164	144	156	170	146	146	554	116	104	130	78	62
	M	1886	166	145	175	140	145	151	477	113	133	127	69	45
República Checa	HM	102	3	25	2	7	6	2	39	4	7	7		
	H	40	3	5		4	1	1	17	2	4	3		
	M	62		20	2	3	5	1	22	2	3	4		
República Eslovaca	HM	120	5	16	3	4	7	27	39	4	13	1		1
	H	50	3	2	2	1	4	18	17	1	2			
	M	70	2	14	1	3	3	9	22	3	11	1		1
Roménia	HM	10976	352	318	922	1728	1943	1696	1150	664	600	691	558	354
	H	6300	199	176	528	992	1119	991	663	367	325	401	327	212
	M	4676	153	142	394	736	824	705	487	297	275	290	231	142
Suécia	HM	128	11	11	16	5	2	17	32	4	8	4	14	4
	H	59	3	3	7	3		8	17	3	5	1	7	2
	M	69	8	8	9	2	2	9	15	1	3	3	7	2
Outros da Europa	HM	13468	2251	1652	1381	1090	973	998	922	873	1021	861	805	641
	H	7635	1276	965	773	631	508	570	492	511	577	496	463	373
	M	5833	975	687	608	459	465	428	430	362	444	365	342	268
Albânia	HM	6	3	1	1		1							
	H	4	3					1						
	M	2		1	1									
Andorra	HM	1			1									
	H	1			1									
	M													

Dados Provisórios de 2007

Nacionalidade e sexo		Total	Mês do pedido											
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Antiga Rep. Jugoslava da Macedónia	HM	7	1		3	1			2					
	H	6	1		2	1			2					
	M	1			1									
Bielorússia	HM	197	29	15	12	16	30	18	11	14	15	11	16	10
	H	107	14	8	5	9	16	9	6	7	9	7	10	7
	M	90	15	7	7	7	14	9	5	7	6	4	6	3
Bósnia-Herzegovina	HM	3				1		1		1				
	H													
	M	3				1		1		1				
Croácia	HM	1			1									
	H													
	M	1			1									
Islândia	HM	7	1						6					
	H	4	1						3					
	M	3							3					
Moldávia	HM	3060	422	353	287	189	219	199	210	262	283	215	218	203
	H	1757	248	211	152	113	112	108	112	149	173	131	129	119
	M	1303	174	142	135	76	107	91	98	113	110	84	89	84
Mónaco	HM	2	1										1	
	H	1											1	
	M	1	1											
Montenegro	HM	3					3							
	H	2					2							
	M	1					1							
Noruega	HM	92	4	6	5	9	3	7	27	2	11	6	6	6
	H	46	2	1	2	6	2	6	14	1	4	4	2	2
	M	46	2	5	3	3	1	1	13	1	7	2	4	4
Rússia	HM	926	165	120	100	60	66	71	79	61	71	51	51	31
	H	434	74	58	53	31	28	37	33	29	29	23	22	17
	M	492	91	62	47	29	38	34	46	32	42	28	29	14
Sérvia	HM	22	1	3	3	1			3	1	2	1	1	6
	H	12		2	1	1			2		1		1	4
	M	10	1	1	2				1	1	1	1		2

Dados Provisórios de 2007

Nacionalidade e sexo		Total	Mês do pedido											
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Suíça	HM	149	17	5	11	15	16	8	44	4	11	10	3	5
	H	91	10	3	4	11	10	6	30	4	5	4	2	2
	M	58	7	2	7	4	6	2	14		6	6	1	3
Turquia	HM	35	4	1	4			1	2			5	5	13
	H	17	3	1	2			1				1	4	5
	M	18	1		2				2			4	1	8
Ucrânia	HM	8957	1603	1148	953	798	635	693	538	528	628	562	504	367
	H	5153	920	681	551	459	337	403	290	321	356	326	292	217
	M	3804	683	467	402	339	298	290	248	207	272	236	212	150
África	HM	6546	1075	787	634	393	295	248	192	291	600	989	625	417
	H	3613	619	449	348	203	159	136	106	183	304	513	343	250
	M	2933	456	338	286	190	136	112	86	108	296	476	282	167
Angola	HM	1126	237	189	138	86	56	48	41	51	60	84	73	63
	H	589	115	105	71	44	30	27	22	31	29	43	40	32
	M	537	122	84	67	42	26	21	19	20	31	41	33	31
Cabo Verde	HM	3028	385	287	265	139	116	96	55	113	388	715	330	139
	H	1519	215	143	142	67	59	52	30	62	172	345	153	79
	M	1509	170	144	123	72	57	44	25	51	216	370	177	60
Guiné-Bissau	HM	846	170	139	101	72	41	35	41	33	44	52	65	53
	H	517	107	85	55	35	24	20	22	25	29	35	42	38
	M	329	63	54	46	37	17	15	19	8	15	17	23	15
Moçambique	HM	228	21	23	11	18	6	11	8	19	18	28	40	25
	H	113	11	11	3	14	2	5	4	7	9	17	23	7
	M	115	10	12	8	4	4	6	4	12	9	11	17	18
São Tomé e Príncipe	HM	520	110	67	72	26	24	25	13	11	13	51	49	59
	H	284	52	39	40	13	16	10	6	7	10	27	28	36
	M	236	58	28	32	13	8	15	7	4	3	24	21	23
Outros de África	HM	798	152	82	47	52	52	33	34	64	77	59	68	78
	H	591	119	66	37	30	28	22	22	51	55	46	57	58
	M	207	33	16	10	22	24	11	12	13	22	13	11	20
África do Sul	HM	28	2	2	1	1	2	4		6	4		3	3
	H	16	1	1	1		1	2		3	2		3	2
	M	12	1	1		1	1	2		3	2			1

Dados Provisórios de 2007

Nacionalidade e sexo		Total	Mês do pedido											
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Argélia	HM	23	6	2	4	2					2		5	2
	H	18	6	2	3	1					2		3	1
	M	5			1	1							2	1
Benim	HM	2		1						1				
	H	2		1						1				
	M													
Burkina Faso	HM	5				4	1							
	H	3				2	1							
	M	2				2								
Camarões	HM	5	1			1						1	1	1
	H	5	1			1						1	1	1
	M													
Congo (República Democrática)	HM	11	1	1	3	1	1	1				1		2
	H	3			1							1		1
	M	8	1	1	2	1	1	1						1
Congo (República)	HM	5	1	1										3
	H	2		1										1
	M	3	1											2
Costa do Marfim	HM	8	1	3		2		1						1
	H	5	1	2		1		1						
	M	3		1		1								
Egipto	HM	17	3	3				2	1		6			2
	H	12	3	3				1	1		2			2
	M	5						1			4			
Etiópia	HM	1	1											
	H	1	1											
	M													
Gabão	HM	1										1		
	H	1										1		
	M													
Gâmbia	HM	10	2	4		2						1		1
	H	8	2	4								1		1
	M	2				2								

Dados Provisórios de 2007

Nacionalidade e sexo		Total	Mês do pedido											
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Gana	HM	41	10	7	5	1	2	2	1		2	7	4	
	H	32	6	7	4	1	1	2	1		2	4	4	
	M	9	4		1		1					3		
Guiné	HM	184	27	14	10	9	12	5	1	23	19	18	24	22
	H	149	22	10	8	6	5	3	1	20	16	17	22	19
	M	35	5	4	2	3	7	2		3	3	1	2	3
Guiné Equatorial	HM	1	1											
	H	1	1											
	M													
Mali	HM	10	3	1	1	1			1	1		1		1
	H	9	3	1	1	1			1	1				1
	M	1										1		
Marrocos	HM	272	60	24	14	20	29	9	20	18	22	17	17	22
	H	190	51	20	12	11	16	7	11	14	13	11	12	12
	M	82	9	4	2	9	13	2	9	4	9	6	5	10
Mauritânia	HM	1			1									
	H	1			1									
	M													
Namíbia	HM	1			1									
	H													
	M	1			1									
Nigéria	HM	24	5	4		1	1		3	1	5	1		3
	H	16	3	3		1			2	1	2	1		3
	M	8	2	1			1		1		3			
Quênia	HM	3				1		1		1				
	H	1						1						
	M	2				1				1				
República Centro-Africana	HM	1		1										
	H	1		1										
	M													
Ruanda	HM	1												1
	H													
	M	1												1

Dados Provisórios de 2007

Nacionalidade e sexo		Total	Mês do pedido											
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Senegal	HM	114	24	9	2	3	4	7	3	12	14	9	13	14
	H	89	15	5	2	2	4	4	2	10	13	7	11	14
	M	25	9	4		1		3	1	2	1	2	2	
Serra Leoa	HM	3		1		1					1			
	H	3		1		1					1			
	M													
Tanzânia	HM	1							1					
	H	1							1					
	M													
Togo	HM	6		1	1				1	1	1	1		
	H	6		1	1				1	1	1	1		
	M													
Tunísia	HM	15	4	3	4	2					1	1		
	H	13	3	3	3	2					1	1		
	M	2	1		1									
Uganda	HM	2							2					
	H	1							1					
	M	1							1					
Zimbabwe	HM	2						1					1	
	H	2						1					1	
	M													
América	HM	12078	1417	1230	1317	1009	1050	917	783	891	1042	855	801	766
	H	5709	674	563	597	444	477	422	358	453	500	436	388	397
	M	6369	743	667	720	565	573	495	425	438	542	419	413	369
América do Norte	HM	150	20	11	10	15	14	15	6	5	16	12	8	18
	H	74	8	8	3	5	7	3	3	2	12	9	3	11
	M	76	12	3	7	10	7	12	3	3	4	3	5	7
Canadá	HM	27	2	6	1	2	3	5	3	1	1			3
	H	16	2	5		1	1	2	1	1				3
	M	11		1	1	1	2	3	2		1			
EUA	HM	103	12	4	8	9	10	9	3	3	13	11	7	14
	H	47	3	2	2	2	5	1	2	1	11	8	2	8
	M	56	9	2	6	7	5	8	1	2	2	3	5	6

Dados Provisórios de 2007

Nacionalidade e sexo		Total	Mês do pedido											
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Outros da América do Norte	HM	20	6	1	1	4	1	1		1	2	1	1	1
	H	11	3	1	1	2	1			1	1	1	1	
	M	9	3			2		1		1	1			1
México	HM	20	6	1	1	4	1	1		1	2	1	1	1
	H	11	3	1	1	2	1			1	1	1	1	
	M	9	3			2		1		1	1			1
América Central e do Sul	HM	11928	1397	1219	1307	994	1036	902	777	886	1026	843	793	748
	H	5635	666	555	594	439	470	419	355	451	488	427	385	386
	M	6293	731	664	713	555	566	483	422	435	538	416	408	362
Brasil	HM	11564	1355	1183	1282	963	1005	865	760	856	995	816	763	721
	H	5481	650	543	582	428	458	404	348	435	475	414	371	373
	M	6083	705	640	700	535	547	461	412	421	520	402	392	348
Venezuela	HM	95	14	10	5	6	7	9	7	7	10	7	8	5
	H	34	4	1	3	3	4	2	3	5	2	1	3	3
	M	61	10	9	2	3	3	7	4	2	8	6	5	2
Outros da América Central e do Sul	HM	269	28	26	20	25	24	28	10	23	21	20	22	22
	H	120	12	11	9	8	8	13	4	11	11	12	11	10
	M	149	16	15	11	17	16	15	6	12	10	8	11	12
Argentina	HM	36	5	6	5	2	3	2	1		2	5	3	2
	H	23	2	3	2	1	3	2	1		2	3	2	2
	M	13	3	3	3	1						2	1	
Barbados	HM	1					1							
	H													
	M	1					1							
Bolívia	HM	10		2	3	1		2		1				1
	H	4		1	2			1						
	M	6		1	1	1		1		1				1
Chile	HM	10	1	1		1		3		2			1	1
	H	7	1	1		1		3		1				
	M	3								1			1	1
Colômbia	HM	52	6	6	4	6	6	4		3	6	5	4	2
	H	19	1		2	3	2			1	3	3	3	1
	M	33	5	6	2	3	4	4		2	3	2	1	1

Dados Provisórios de 2007

Nacionalidade e sexo		Total	Mês do pedido											
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Cuba	HM	61	6	4	4	5	6	3	4	10	5	4	5	5
	H	30	5	1	1	1	2	2	2	7	4	1	3	1
	M	31	1	3	3	4	4	1	2	3	1	3	2	4
Domínica	HM	1	1											
	H													
	M	1	1											
Equador	HM	46	6	3	1	1	2	8	2	5	5	2	3	8
	H	22	2	2	1		1	4	1	2	1	2	2	4
	M	24	4	1		1	1	4	1	3	4		1	4
Guatemala	HM	1				1								
	H													
	M	1				1								
Honduras	HM	3					2		1					
	H													
	M	3					2		1					
Nicarágua	HM	3											3	
	H	1											1	
	M	2											2	
Paraguai	HM	3	2						1					
	H	1	1											
	M	2	1						1					
Peru	HM	20		3		3	2	4		1	1	1	3	2
	H	8		2		1		1			1	1		2
	M	12		1		2	2	3		1			3	
República Dominicana	HM	7				1	2	1		1	1	1		
	H	1										1		
	M	6				1	2	1		1	1			
Suriname	HM	1	1											
	H													
	M	1	1											
Uruguai	HM	14		1	3	4		1	1		1	2		1
	H	4		1	1	1						1		
	M	10			2	3		1	1		1	1		1

Dados Provisórios de 2007

Nacionalidade e sexo		Total	Mês do pedido											
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Ásia	HM	2557	466	292	209	131	129	140	177	181	227	228	213	164
	H	1548	307	181	121	73	58	81	90	105	142	149	140	101
	M	1009	159	111	88	58	71	59	87	76	85	79	73	63
Arménia	HM	13	1	2	3				3		2		1	1
	H	7		1	1				2		1		1	1
	M	6	1	1	2				1		1			
Azerbaijão	HM	2								1		1		
	H													
	M	2								1		1		
Bangladesh	HM	75	17	12	9	1	6	8	3	5	2	7	1	4
	H	45	11	9	5	1	2	3	1	1	1	6	1	4
	M	30	6	3	4		4	5	2	4	1	1		
Brunei	HM	5	1		1			1					1	1
	H	2						1						1
	M	3	1		1								1	
Cazaquistão	HM	154	33	16	8	9	14	13	15	5	9	13	14	5
	H	84	19	8	6	6	7	9	6	2	4	7	9	1
	M	70	14	8	2	3	7	4	9	3	5	6	5	4
China	HM	1037	196	89	79	45	40	58	58	81	94	117	102	78
	H	553	110	48	40	19	15	29	33	40	49	68	63	39
	M	484	86	41	39	26	25	29	25	41	45	49	39	39
Coreia do Sul	HM	4			1			2			1			
	H	1						1						
	M	3			1			1			1			
Filipinas	HM	24	6	1		3	4		1	3	3	3		
	H	4	2				2							
	M	20	4	1		3	2		1	3	3	3		
Geórgia	HM	291	45	34	16	21	18	15	55	15	26	17	16	13
	H	196	33	26	13	14	10	12	24	10	22	13	9	10
	M	95	12	8	3	7	8	3	31	5	4	4	7	3
Índia	HM	450	88	77	44	23	18	19	17	30	39	34	40	21
	H	329	71	47	31	15	9	10	10	23	35	30	31	17
	M	121	17	30	13	8	9	9	7	7	4	4	9	4

Dados Provisórios de 2007

Nacionalidade e sexo		Total	Mês do pedido											
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Indonésia	HM	5		1	1					1	1	1		
	H	1								1				
	M	4		1	1						1	1		
Irão	HM	16		1				1			2	3	2	7
	H	8		1							1	1	1	4
	M	8						1			1	2	1	3
Iraque	HM	1							1					
	H	1							1					
	M													
Japão	HM	25	3	4	4				1	1	4	1	2	5
	H	12	1	1	1				1	1	3	1	1	2
	M	13	2	3	3						1		1	3
Jordânia	HM	1	1											
	H	1	1											
	M													
Laos	HM	1					1							
	H													
	M	1					1							
Líbano	HM	5					1		3				1	
	H	2						1					1	
	M	3					1		2					
Malásia	HM	2			1					1				
	H	2			1					1				
	M													
Maldivas	HM	1					1							
	H													
	M	1					1							
Mongólia	HM	2											1	1
	H	2											1	1
	M													
Nepal	HM	28	2	10	5	1	3	1	1	1		1	3	
	H	14	2	4	2		2	1	1	1			1	
	M	14		6	3	1	1					1	2	

Dados Provisórios de 2007

Nacionalidade e sexo		Total	Mês do pedido											
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Paquistão	HM	148	35	19	17	14	9	5	1	7	21	3	9	8
	H	105	32	17	9	9	4	3		6	11	2	6	6
	M	43	3	2	8	5	5	2	1	1	10	1	3	2
Quirziquistão	HM	7	2	4							1			
	H	5	2	2							1			
	M	2		2										
Síria	HM	2								1				1
	H	2								1				1
	M													
Sri Lanka	HM	1											1	
	H	1											1	
	M													
Tailândia	HM	16	2			1	3		1	1	1	2	4	1
	H	4										1	2	1
	M	12	2			1	3		1	1	1	1	2	
Timor	HM	14								10	3		1	
	H	8								5	2		1	
	M	6								5	1			
Usbequistão	HM	227	34	22	20	13	11	17	17	18	18	25	14	18
	H	159	23	17	12	9	7	12	10	13	12	20	11	13
	M	68	11	5	8	4	4	5	7	5	6	5	3	5

Dados Provisórios de 2007

Nacionalidade e sexo		Total	Mês do pedido											
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Oceânia	HM	15	5	1	1			4						4
	H	5	1					2						2
	M	10	4	1	1			2						2
Austrália	HM	11	4					3						4
	H	5	1					2						2
	M	6	3					1						2
Nova Zelândia	HM	4	1	1	1			1						
	H													
	M	4	1	1	1			1						
Apátrida	HM													
	H													
	M													
Desconhecida	HM	1	1											
	H													
	M	1	1											



ANEXO III

Lista de Contactos do SEF

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

LISTA DE CONTACTOS

SERVIÇOS CENTRAIS

SERVIÇOS	MORADA	CONTACTOS
Sede	Rua Conselheiro José Silvestre Ribeiro, 4 1649-007 Lisboa	Tel: +351 217 115 000 Fax :+351 217 140 332 sef@sef.pt
Passos Manuel	Rua Passos Manuel, 40 1069-069 Lisboa	Tel: +351 213 189 900 Fax +351 213 524 828

DIRECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES

SERVIÇOS	MORADA	CONTACTOS
Sede	Rua Marquês da Praia e Monforte, 10 Apartado 259 9500-089 Ponta Delgada	Tel: +351 296 302 230 Fax:+351 296 284 422 dir.acores@sef.pt
Delegação Regional Angra do Heroísmo	Alto das Covas, Sé Apartado 104 9702-220 Angra do Heroísmo	Tel: +351 295 403 180 Fax:+351 295 403 199 del.aheroismo@sef.pt
Delegação Regional da Horta	Rua S. João, nº 46 9900-129 Horta	Tel: +351 292 293 115 Fax:+351 292 391 788 del.horta@sef.pt
Delegação Regional do Pico	Rua D. Jaime Garcia Goulart, 6 9950-361 Madalena do Pico	Tel: +351 292 622 001 Fax:+351 292 623 552 del.pico@sef.pt
Aeroporto das Lajes	Aeroporto Civil das Lajes Ilha Terceira 9760-251 Lajes VPV	Tel: +351 295 542 161 Fax:+351 295 542 162 pf005.lajes@sef.pt
Aeroporto Santa Maria	Aeroporto Santa Maria 9580-908 Vila do Porto	Tel: +351 296 886 650 Fax:+351 296 886 660 pf006.smaria@sef.pt
Aeroporto Ponta Delgada	Aeroporto João Paulo II Ponta Delgada 9500-749 Ponta Delgada	Tel: +351 296 287 020 Fax:+351 296 285 338 pf007.pdelgada@sef.pt
Porto de Ponta Delgada	Av. Infante D. Henrique (Marina) – Ponta Delgada 9500-150 Ponta Delgada	Tel: +351 296 286 623 Fax:+351 296 287 738 pf209.pdelgada@sef.pt
Cais de Sta. Cruz da Horta	Cais de Santa Cruz da Horta 9900-172 Horta	Tel: +351 292 392 043 Fax:+351 292 392 089 pf211.horta@sef.pt
Cais de Vila do Porto – Santa Maria	Cais de Vila do Porto – Santa Maria 9580 Vila do Porto	Tel: +351 296 882 211 Fax:+351 296 882 866
Porto de Angra/Praia da Vitória	Edifício da Marina Praia da Vitoria 9670-571 Praia da Vitoria	Tel: +351 295 542 148 Fax:+351 295 513 666 pf224.pvitoria@sef.pt

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

DIRECÇÃO REGIONAL DO ALGARVE

SERVIÇOS	MORADA	CONTACTOS
Sede	Rua Luis de Camões, 5 8000-388 Faro	Tel: +351 289 888 300 Fax: +351 289 888 301 dir.algarve@sef.pt
Delegação Regional de Albufeira	Rua da Igreja Nova, nº 13 – A 8200-137 Albufeira	Tel: +351 289 513 344 Fax: +351 289 589 955 del.albufeira@sef.pt
Delegação Regional de Portimão	Quinta do Morais, lote 11, Fracção A 8500-774 Portimão	Tel: +351 282 405 330 Fax: +351 282 405 339 del.portimao@sef.pt
Delegação Regional de Tavira	Rua Dr. Augusto Carlos Palma, 13 8800-345 Tavira	Tel: +351 281 380 060 Fax: +351 281 325 362 del.tavira@sef.pt
Aeroporto de Faro	Aeroporto de Faro 8001-701 Faro	Tel: +351 289 817 044 Fax: +351 289 702 436 pf002.faro@sef.pt
Porto de Olhão/Faro	Edifício da Capitania do Porto de Olhão Avenida 5 de Outubro 8000 Faro	Tel: +351 289 704 547 Fax: +351 289 702 436 pf217.olhaofaro@sef.pt
Marina de Vilamoura	Marina de Vilamoura 8125-401 Quarteira	Tel: +351 289 314 857 Fax: +351 289 314 421 pf214.vilamoura@sef.pt
Marina de Portimão	Marina de Portimão Edifício da Administração Ponta da Areia 8500-845 Lagos	Tel: +351 282 426 291 Fax: +351 282 423 369 pf215.portimao@sef.pt
Posto de Atendimento de Portimão	Rua D. Carlos I, 77 Edifício da Segurança Social 8500-502 Portimão	Tel: +351 282 423 024 Fax: +351 282 423 105
Marina de Lagos	Marina de Lagos Edifício da Administração 8600-780 Lagos	Tel: +351 282 792 333 Fax: +351 282 792 334 pf216.lagos@sef.pt
Posto Misto de Vila Real de Stº António (Castro Marim)	A22 Praça da Fronteira, km 131 Apartado 132 8950 Castro Marim	Tel: +351 281 531 734 Fax: +351 281 531 888 pm.castromarim@sef.pt

DIRECÇÃO REGIONAL DO CENTRO

SERVIÇOS	MORADA	CONTACTOS
Sede	Rua Venâncio Rodrigues, 25-31 3000-409 Coimbra	Tel: +351 239 853 500 Fax: +351 239 853 529 dir.centro@sef.pt
Loja do Cidadão de Coimbra	Avenida Central Projectada à Avenida Fernão de Magalhães, 16-20 3000 Coimbra	Tel: +351 239 863 383 Fax: +351 293 863 386
Delegação Regional de Aveiro	Rua Batalhão Caçadores Dez, 75 3810-064 Aveiro	Tel: +351 234 403 930 Fax: +351 234 422 920 del.aveiro@sef.pt

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Loja do Cidadão de Aveiro	Rua Dr. Orlando de Oliveira, n.º 41-47 Forca-Vouga 3800-004 Aveiro	Tel: +351 234 405 871 Fax: +351 234 405 873
Delegação Regional de Castelo Branco	Rua Prof.Dr.Faria de Vasconcelos, Lt 6-R/C 6000-266 Castelo Branco	Tel: +351 272 349 500 Fax: +351 272 349 519 del.cbranco@sef.pt
Delegação Regional de Espinho	Rua 19, n.º 342, 3.º, sala 3.2 4500-255 Espinho	Tel: +351 227 341 165 Fax: +351 272 312 562 del.espinho@sef.pt
Delegação Regional da Figueira da Foz	Doca de Recreio Apartado 2142 3080-902 Figueira da Foz	Tel: +351 233 424 228 Fax: +351 223 428 270 del.ffoz@sef.pt
Delegação Regional da Guarda	Rua Paiva Couceiro, n.º 22 6300-593 Guarda	Tel: +351 271 232 700 Fax: +351 271 232 729 del.guarda@sef.pt
Delegação Regional de Leiria	Lg. Manuel Arriaga, 3 2400-177 Leiria	Tel: +351 244 848 300 Fax: +351 244 848 301 del.leiria@sef.pt
Delegação Regional de Viseu	Rua Alexandre Herculano, 562 F 3510-035 Viseu	Tel: +351 232 467 740 Fax: +351 232 467 749 del.viseu@sef.pt
Loja do Cidadão de Viseu	Quinta das Mesuras Avenida Rei D. Duarte, lote 8-10 3500-613 Viseu	Tel: +351 232 484 962 Fax: +351 232 484 963
Porto da Figueira da Foz	Doca de Recreio 3080-016 Figueira da Foz	Tel: +351 233 424 228 Fax: +351 233 423.278 pf206.ffoz@sef.pt
Porto de Aveiro	Terminal Norte do Porto de Aveiro Edifício 11 Sala 3 Forte da Barra 3830-565 Gafanha da Nazaré	Tel: +351 234 367 010 Fax: +351 234 398 236 pf207.aveiro@sef.pt
Posto Misto de Vilar Formoso	Largo da Fronteira 6355-272 Vilar Formoso	Tel: +351 271 513 265 Fax: +351 271 513 565 pm.vformoso@sef.pt

DIRECÇÃO REGIONAL DE LISBOA, VALE DO TEJO E ALENTEJO

SERVIÇOS	MORADA	CONTACTOS
Sede	Av. António Augusto de Aguiar, 20 1069-119 Lisboa	Tel: +351 213 585 500 Fax: +351 213 144 053 dir.lisboa@sef.pt
Matinha	R. Dr. Estêvão Vasconcelos, 58 1900-665 Lisboa	Tel: +351 218 614 000 Fax: +351 218 614 070
Posto de Atendimento da Reboleira/Amadora	Avenida D. Carlos I Edifício da CP – Loja 2, 3 e 4 2720-161 Amadora	Tel: +351 214 953 212 Fax: +351 214 962 216
Loja do Cidadão dos Restauradores	Praça dos Restauradores, 18/22 Cinema Eden 1250-188 Lisboa	Fax: +351 213 262 912
Loja do Cidadão de Odivelas	Odivelas Parque, Loja 2048 Estrada de Paiã, Casal do Troca 2675-626 Odivelas	Tel: +351 211 526 115 Fax: +351 211 526 117
CNAI de Lisboa	Rua Álvaro Coutinho, n.º 14 1150-025 Lisboa	Tel: +351 218 106 100 Fax: +351 218 106 154
Centro de Informação em cada Rosto Igualdade	Portas de Benfica, Castelo Sul 1500-498 Lisboa	Tel: +351 214 742 393 Fax: +351 214 741 979
Delegação Regional de Beja	Travessa da Banha, 17 7800-396 Beja ^{Anexo III} ₃	Tel: +351 284 324 376 Fax: +351 284 321 534 del.beja@sef.pt

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Delegação Regional de Cascais	Rua da Misericórdia, 1 2750-434 Cascais	Tel: +351 214 823 520 Fax: +351 214 866 208 del.cascais@sef.pt
Delegação Regional Évora	Rua do Machede, 61 7000-864 Évora	Tel: +351 266 788 190 Fax: +351 266 788 198 del.evora@sef.pt
Delegação Regional de Portalegre	Av. Sto. António, 12 7300-074 Portalegre	Tel: +351 245 205 536 Fax: +351 245 205 505 del.portalegre@sef.pt
Delegação Regional de Santarém	Edifício do Governo Civil 2000-118 Santarém	Tel: +351 243 305 130/3 Fax: +351 243 305 144 del.santarem@sef.pt
Delegação Regional de Setúbal	Av. Luísa Tody nº 36, 38 A e 40 2900-450 Setúbal	Tel: +351 265 545 320 Fax: +351 265 545 368 del.setubal@sef.pt
Loja do Cidadão de Setúbal	Avenida Bento Gonçalves, n.º 30-D 2910-431 Setúbal	Fax: +351 265 550 303
Aeroporto de Lisboa	Aeroporto de Lisboa 1700-008 Lisboa	Tel: +351 218 437 567 Fax: +351 218 474 239
Gare Marítima de Alcântara	Edifício da Gare Marítima de Alcântara da Rocha do Conde D'Óbidos 1350-352 Lisboa	Tel: +351 213 913 680 Fax: +351 231 913 699 pf201.plisboa@sef.pt
Porto de Setúbal	Centro de Despacho Rápido de Navios Cais das Fontainhas – Porto de Setúbal 2910-081 Setúbal	Tel: +351 265 571 287 Fax: +351 265 571 230 pf203.setubal@sef.pt
Porto de Sines	Avenida Vasco da Gama Edifício do Porto de Recreio de Sines 7520-101 Sines	Tel: +351 269 632 025 Fax: +351 269 636 131 pf205.sines@sef.pt
Porto de Peniche	Porto de Pesca de Peniche Edifício da Docapesca, 3º Piso 2520-630 Peniche	Tel: +351 262 783 005 Fax: +351 262 783 006 pf218.peniche@sef.pt
Porto da Nazaré	Rua do Porto de Abrigo da Nazaré Torre de Controlo 2450-075 Nazaré	Tel: +351 262 560 370 Fax: +351 262 568 426 pf220.nazare@sef.pt
Marina de Cascais	Marina de Cascais Casa de São Bernardo 2750-800 Cascais	Tel: +351 214 834 767 Fax: +351 214 834 769 pf227.cascais@sef.pt
Porto de Sesimbra	A abrir brevemente	pf228.sesimbra@sef.pt
Unidade de Apoio ao Posto Misto de Caia	Estrada do Caia – Elvas 7350-443 Elvas	Tel: +351 268 641 157 Fax: +351 268 641 164 apcaia@sef.pt

DIRECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA

SERVIÇOS	MORADA	CONTACTOS
Sede	Rua Nova do Rochinha, 1-B 9054-519 Funchal	Tel: +351 291 214 150 Fax: +351 291 214 188 dir.madeira@sef.pt
Loja do Cidadão do Funchal	Avenida Arriaga Edifício Arriaga, n.º 42-A 9000-064 Funchal	Tel: +351 291 212 200
Delegação Regional de Porto Santo	Aeroporto de Porto Santo 9400-035 Porto Santo	Tel: +351 291 982 360 Fax: +351 291 982 026 del.psanto@sef.pt

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Aeroporto do Funchal (Sta. Catarina)	Aeroporto Internacional da Madeira 9100-105 Santa Cruz	Tel: +351 291 524 122 Fax: +351 291 524 121 pf004.funchal@sef.pt
Aeroporto Porto Santo	Aeroporto do Porto Santo Ilha de Porto Santo 9400-035 Porto Santo	Tel: +351 291 983 877 Fax: +351 291 982 026 pf008.psanto@sef.pt
Porto do Funchal	Marina do Funchal 9000-055 Funchal	Tel: +351 291 236 594 Fax: +351 291 236 836 pf208.funchal@sef.pt
Porto de Porto Santo	Estrada do Penedo, nº 223 Edifício Posto de Fronteira 9400-080 Porto Santo	Tel: +351 291 982 911 Fax: +351 291 982 912 pf223.psanto@sef.pt

DIRECÇÃO REGIONAL DO NORTE

SERVIÇOS	MORADA	CONTACTOS
Sede	Rua D. João IV, 536 Apartado 4819 4013 Porto Codex	Tel: +351 225 898 710 Fax: +351 225 898 762 dir.norte@sef.pt
CNAI do Porto	Rua do Pinheiro, n.º 9 4050-484 Porto	Tel: +351 222 071 274 Fax: +351 222 073 812
Loja do Cidadão do Porto	Avenida Fernão de Magalhães, nº 1862, 1º Torre das Antas 4350-158 Porto	Tel: +351 225 19 35 Fax: +351 225 19 37
Delegação Regional de Braga	Rua Mário Valença, 66 Nogueira 4715-206 Braga	Tel: +351 253 680 040 Fax: +351 253 612 917 del.braga@sef.pt
Loja do Cidadão de Braga	Rua dos Granjinhos, nº 6 4700-990 Braga	Tel: +351 253 205 798 Fax: +351 253 205 799
Delegação Regional de Bragança	Largo de São João Edifício do Governo Civil R/c Dto. 5301-864 Bragança	Tel: +351 273 300 010 Fax: +351 273 300 019 del.braganca@sef.pt
Delegação Regional de Viana do Castelo	Rua José Espregueira, 145 4900-459 Viana do Castelo	Tel: +351 258 824 375 Fax: +351 258 828 181 del.vcastelo@sef.pt
Delegação Regional de Vila Real	Lg Conde de Amarante Edifício do Governo Civil 5000 – 529 Vila Real	Tel: +351 259 378 324 Fax: +351 259 328 390 del.vreal@sef.pt
Aeroporto Francisco Sá Carneiro	Pedras Rubras 4470-995 Maia	Tel: +351 229 414 877 Fax: +351 229 414 876 pf003.porto@sef.pt
Porto de Leixões	Porto de Leixões – Edifício Clube de Vela Avenida da Liberdade 4451-851 Leça da Palmeira	Tel: +351 229 965 119 Fax: +351 229 940 068 pf202.leixoes@sef.pt
Posto Marítimo de Viana do Castelo	Cais Comercial do Cabedelo 4900-056 Darque – Viana do Castelo	Tel: +351 258 331 311 Fax: +351 258 331 318 pf204.vcastelo@sef.pt
Porto da Póvoa do Varzim	Edifício da Marina da Póvoa do Varzim Molhe Sul 4490-670 Póvoa do Varzim	Tel: +351 252 688 121 pf222.pvarzim@sef.pt
Posto Misto de Tuy	Avenida de Portugal – Tuy 36700 Tuy - Pontevedra	Tel: 00 34 986 604 342 Fax: 00 34 986 604 357 pm.tuy@sef.pt

**Este relatório foi elaborado pelo Departamento de Planeamento
e Formação (Núcleo de Planeamento) do SEF**

Chefe do Departamento

João Ataíde

Chefe do Núcleo

Maria José Torres

Apoio Técnico

**Alexandra Ramos Bento
Luís Azambuja Martins
Rui Machado**

Apoio Administrativo

Carla Francisco

O DPF-NP agradece o apoio e a colaboração prestada pela Direcção do SEF e por todos os Departamentos do Serviço, sem a qual a elaboração deste documento não teria sido possível.